



DO SILÊNCIO À PALAVRA

Histórias e memórias de mulheres na perspectiva de gênero
no meio rural do noroeste do estado do Rio Grande do Sul



Losandro Antonio Tedeschi

DO SILÊNCIO À PALAVRA

Histórias e memórias de mulheres na perspectiva de gênero
no meio rural do noroeste do estado do Rio Grande do Sul

Losandro Antonio Tedeschi



Universidade Federal da Grande Dourados
Editora UFGD

Coordenador editorial: Edvaldo Cesar Moretti
Técnico de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho
Redatora: Raquel Correia de Oliveira
Programadora visual: Marise Massen Frainer
e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial
Edvaldo Cesar Moretti | Presidente
Wedson Desidério Fernandes
Paulo Roberto Cimó Queiroz
Guilherme Augusto Biscaro
Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti
Rozanna Marques Muzzi
Fábio Edir dos Santos Costa

Diagramação, Impressão e Acabamento: Triunfal Gráfica e Editora | Assis | SP

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

T256s

Tedeschi, Losandro Antonio

Do silêncio à palavra: histórias e memórias de mulheres na perspectiva de gênero no meio rural do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. / Losandro Antonio Tedeschi – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
164p.

ISBN: 978-85-8147-082-5
Possui referências

1. Direitos das mulheres. 2. História das mulheres. 3. Trabalhadoras rurais – Rio Grande do Sul. I. Título.

CDD – 323.6098165

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

© Todos os direitos reservados. Conforme Lei nº 9.610 de 1998

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, exemplo de mulher lutadora em prol dos direitos femininos no campo.

Às mulheres trabalhadoras rurais, da região Noroeste do Rio Grande do Sul, incansáveis na luta por direitos e reconhecimento, que tornaram este trabalho possível.

Às lideranças dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, pelo apoio e diálogo constantes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE I	
MOVIMENTOS SOCIAIS E OS ESPAÇOS DA MULHER	27
1.1 O caso brasileiro	40
1.2 O sindicalismo agrário e as mulheres trabalhadoras rurais	48
1.3 As mulheres trabalhadoras rurais e o contexto histórico - geográfico da pesquisa	67
PARTE II	
A VIDA COTIDIANA E AS RELAÇÕES DE PODER DAS MULHERES RURAIS NO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	87
2.1 O cotidiano da família rural	114
2.2 As mulheres rurais e os espaços de poder	125
CONCLUSÃO	154
REFERÊNCIAS	159

Lista de siglas

ASTRI – Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Regional de Ijuí

CEAAL – Conselho de Educação de Adultos da América Latina

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAG – Frente Agrária Gaúcha

FEMUR – Federación de la Mujer en España

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FLACSO – Faculdade de Ciências Sociais do Chile

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MASTER – Movimento Sem Terra

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organizações Não-Governamentais

PROMEDU - Programa de Desarrollo para las Mujeres Rurales en Peru

SOF – Sempre Viva Organização Feminina

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

INTRODUÇÃO

Na condição de pesquisador e assessor de educação da Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Regional de Ijuí – RS (ASTRI), participei da coordenação do projeto “*Educação para os Direitos das Mulheres Trabalhadoras Rurais*”, que se desenvolveu de setembro de 1997 a outubro de 2000. O Projeto, voltado para a área de gênero e direitos reprodutivos em comunidades do meio rural de três municípios do interior da região noroeste, no Rio Grande do Sul, selecionou como público-alvo oito grupos de mulheres trabalhadoras rurais, com o objetivo de qualificar e capacitar estes grupos na perspectiva das relações de gênero, identificando os mecanismos que reforçam a exclusão destas mulheres do espaço público.

Ainda que tenha utilizado fontes diversas, a experiência de conviver com essas mulheres rurais e entrevistá-las em suas comunidades me afetou profundamente. Construímos um processo com 229 trabalhadoras rurais, distribuídas em 8 grupos em três municípios: Catuípe, Ijuí e Augusto Pestana, situados na região noroeste do Rio Grande do Sul. Dessas, 164 eram casadas, mães de família, sendo 9 viúvas e 56 solteiras. Apesar de ter optado por citar testemunhos consignando somente as iniciais das entrevistadas, quero agradecer a todas essas mulheres que me permitiram usar suas vozes e seus nomes, envolvendo-as diretamente nesta pesquisa, pois construímos coletivamente uma nova visão sobre sua história, no meio rural.

Grças à colaboração dessas mulheres que frequentavam os encontros, que participaram com os seus depoimentos, foi possível construir esta obra que nomeei: *Do silêncio à palavra – história de mulheres, memórias e perspectivas em gênero no meio rural do noroeste do Rio Grande do Sul*. Ao dar um ponto final neste trabalho envolvente e apaixonante, meu reconhecimento a todas essas mulheres cujos nomes e respectivas comunidades a que pertencem construíram/ constróem a história de suas vidas e familiares.

A pesquisa contou com o suporte financeiro da Fundação Macarthur¹, cuja proposta visava à capacitação política de mulheres trabalhadoras rurais, enfocando uma dimensão da realidade rural pouco estudada pelos pesquisadores sociais, a de compreender a presença da mulher agricultora nos diferentes espaços da produção, a partir da perspectiva das relações sociais de gênero. Especificamente, visa a identificar, no contexto social, as variáveis e os fatores que geram a exclusão/ausência das agricultoras de grande parte das decisões relacionadas às atividades econômicas, realizadas no meio rural, particularmente na ASTRI.

A colaboração das entidades envolvidas neste processo, tais como sindicatos de trabalhadoras rurais, movimento de mulheres, grupo de educadores que construímos para desenvolver as oficinas, das famílias de agricultores que fizeram parte da pesquisa, constitui-se num fator de inquestionável importância para a compreensão de todo um trabalho desenvolvido nas famílias da região noroeste do Rio Grande do Sul, principalmente com as mulheres trabalhadoras rurais.

O projeto que coordenei², apoiado pela Fundação Macarthur e a ASTRI, busca, fundamentalmente, contribuir para o aumento da participação das mulheres nos sindicatos, particularmente no processo de gestão e nas instâncias decisórias do noroeste sul-rio-grandense. Além disso, concorre para:

- a) a ampliação do exercício de cidadania das agricultoras que participam dessas entidades;
- b) a consolidação dos espaços de democratização interna da associação e de seus sindicatos filiados;
- c) a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo que integre a questão de gênero ao conjunto de seus elementos constitutivos.

1 The John D. and Catherine T. Macarthur Foundation é uma organização privada sem fins lucrativos, com sede em Chicago - EUA, fundada em 1987, e tem como missão o apoio a grupos e indivíduos para promover melhoras na condição humana. Através de bolsas de estudos, a Fundação apoia projetos de pesquisa-ação nas áreas da população feminina no Brasil, Nigéria, México, Rússia, Índia e Estados Unidos da América.

2 Saliento que essa pesquisa resultou nessa dissertação de mestrado. Por este motivo é que tomo a liberdade de usar o tempo verbal em 1ª pessoa do singular na argumentação, referindo-me à equipe nos momentos que se fazem necessários. Esta equipe foi formada por enfermeiras, bolsistas da universidade e uma psicóloga, que me auxiliaram no desenvolvimento das oficinas com os grupos de mulheres rurais.

Em torno dessa preocupação central, desenvolvo uma análise acerca de diversas problemáticas, tais como os papéis sociais desempenhados por mulheres e homens na execução e gestão das atividades na unidade de produção familiar e na associação; os problemas centrais enfrentados pelas agricultoras, para que possam participar, mais ativamente, das decisões relacionadas à produção e criar novos espaços de empoderamento³; a permanência (e as possibilidades de ruptura) das atuais identidades de gênero construídas socialmente para a agricultura familiar da região noroeste do Rio Grande do Sul. Ao optar pelo grupo doméstico – mulheres – como base de análise para um olhar mais atento ao seu interior, alimento-me de um quadro teórico que apresenta uma vasta produção bibliográfica, que se insere na questão do gênero, nas relações do público e do privado, do feminismo na história, na exclusão das mulheres das instâncias de decisões políticas no movimento sindical. São alvos de estudo nesta pesquisa alguns autor(es) que discorrem sobre as temáticas citadas, como Michel Foucault, Michelle Perrot, Pierre Bourdieu, Georges Duby, Joan Scott, entre outros.

A pesquisa pretendeu abrir e ampliar espaços políticos, dando maior destaque à presença/ausência das mulheres agricultoras da região, conscientizando-as dos seus papéis e elevando sua autoestima. O incentivo à sua participação nas decisões em diferentes esferas da vida objetivava ampliar e entender os espaços de democratização do poder no seio das entidades, e colaborar para a afirmação da cidadania política dessas mulheres trabalhadoras bem como para o seu fortalecimento como sujeitos sociais, subsidiando as ações políticas das organizações locais. Na perspectiva de gênero, visava contribuir, essencialmente, para o debate acerca do lugar das novas relações sociais de gênero no processo de construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, baseado no fortalecimento da agricultura familiar.

Ao falar em agricultura familiar, refiro-me, mesmo que implicitamente, a uma das categorias que uso neste trabalho, a temática de gênero. Na medida em que esta forma específica de organização social possui como uma de suas características fundamentais um tipo de

3 Conceito derivado nos anos 90 acerca de uma nova teoria feminista, que propõe a busca da construção de poder através da conquista dos espaços políticos, familiares, culturais, sociais e econômicos em que a mulher atua. Na atualidade, essa teoria está muito presente nas publicações da REPEM (Rede de Educação Popular para Mulheres na América Latina) filiada ao CEAAL (Conselho de Educação de Adultos na América Latina).

organização do trabalho familiar em que se considera a existência de uma divisão de responsabilidades, por sexo e por idade, no interior da unidade de produção discutir os diferentes papéis exercidos é fundamental. Ou seja, qualquer análise sobre a realidade dos agricultores familiares deve partir da consideração de que esta forma de organização da vida social incorpora, numa mesma unidade de produção e de consumo, o trabalho de mulheres e de homens de diferentes faixas etárias (crianças, jovens, adultos e idosos).

Estudos sobre a presença das mulheres nos processos produtivos agrícolas já foram realizados por outros pesquisadores⁴. Entretanto, as análises históricas a partir de uma perspectiva de gênero são relativamente recentes na historiografia deste tema. As novas teorias que hoje alimentam a luta das mulheres por igualdade de direitos estão alicerçadas nos estudos sobre a equidade de gênero.

Este tema emergiu de um interesse pessoal que me desafia como educador e pesquisador. Enquanto descendente de imigrantes e filho de agricultores, me dispus a construir mecanismos de participação das mulheres nas decisões relacionadas aos processos produtivos, com a finalidade de revigorar e consolidar a associação e os sindicatos como espaços de construção da cidadania política. O que move este estudo não é simplesmente uma intenção de fortalecer a participação das mulheres, mas, de modo especial, o interesse em criar condições para um efetivo processo de empoderamento político das agricultoras na associação e nas demais organizações das quais participam.

Assim, tomando por base importantes questionamentos feitos por esses atores sociais – mulheres agricultoras –, elaborei uma proposta de trabalho para aprofundar questões consideradas básicas para a atuação político-organizativa dessas organizações e das mulheres agricultoras, em particular. Resumidamente, as preocupações que orientam a elaboração deste estudo podem ser expressas nas seguintes questões que surgiram no dia a dia do meu trabalho de assessoria junto às famílias de agricultores (as):

4 Consultar, dentre outros: FISCHER e MELO. *O trabalho Feminino: efeitos da modernização agrícola*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Massangana, 1996, 192p; SUÁREZ e LIBARDINI. *Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil: uma perspectiva de gênero*. Brasília: IICA; 1998; BRUMER, Anita. *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: UFSM, 1996.

- Qual a participação de mulheres e de homens, moças e rapazes, na definição, execução e avaliação das linhas de trabalho da associação e de sindicatos?
- Que papéis desempenham mulheres e homens na proposição, gestão e implementação das atividades na unidade de produção familiar, nas associações e sindicatos?
- Qual a importância da participação de mulheres e homens agricultores nos processos decisórios no interior da família?
- As opiniões das agricultoras (sua forma específica de ver o mundo) estão sendo levadas em consideração quando se tomam as decisões na unidade de produção ou na associação?
- Que justificativas mulheres e homens elaboram para explicar a ausência das mulheres nos espaços decisórios sobre a produção? Como, especificamente, as mulheres agricultoras reagem às situações de exclusão e de desigualdade social?
- Que propostas podem ser discutidas para reverter o quadro do baixo grau de envolvimento das mulheres agricultoras nas decisões? Como avançar no sentido de uma democratização do poder no interior das famílias e das associações, a partir do ponto de vista da equidade das relações sociais de gênero?

Esses questionamentos/problemas constituem os verdadeiros alicerces que balizam a elaboração e a execução da presente pesquisa. Para responder a essas questões cruciais e implementar políticas de estímulo à participação social que sejam adequadas sob uma perspectiva de gênero, ao longo da pesquisa foi desenvolvido um conjunto diversificado de atividades. Todas essas ações partiram da premissa metodológica de buscar a afirmação das mulheres participantes como sujeitos privilegiados desse processo.

A minha análise é feita a partir do princípio de que a família rural – aqui concebida como grupo de pessoas que se caracteriza por laços de parentesco e residência em comum – é o núcleo de desenvolvimento da agricultura familiar e o espaço onde se manifestam e se reproduzem as relações sociais entre homens e mulheres. No âmbito das famílias entrevistadas, são priorizados os elementos que caracterizam o processo produtivo, as tarefas executadas por homens e mulheres, a visão de ambos sobre a estrutura sindical, o movimento em que estão inseridos e as visões acerca da divisão do trabalho na família.

A partir dessas entrevistas, analiso, nos grupos delimitados nas comunidades do interior, como se estabelecem as relações sociais entre homens e mulheres na organização do trabalho dessa produção familiar, bem como indico as articulações para o planejamento e a execução das tarefas que lhes são atribuídas e as demandas, seguindo as variáveis sexo, idade, posição que ocupa na família, nos espaços da produção, da participação política na comunidade e no sindicato.

Nesses três anos de pesquisa, semanalmente a equipe e eu nos reuníamos com determinados grupos de mulheres para construir nosso processo de conhecimento acerca das suas histórias, do seu cotidiano familiar, comunitário e sindical. Este contato facilitou o trabalho tanto no que diz respeito à aplicação das entrevistas quanto à gravação dos relatos orais e, evidentemente, à possibilidade de observação *in loco* do objeto de estudo.

Neste trabalho, foram mobilizados três conjuntos de informações: a) as obtidas através de estudos que caracterizassem a participação da mulher nos movimentos sociais, na história do sindicalismo brasileiro; b) as que resultaram do desenvolvimento sistemático de oficinas de capacitação, buscando uma qualificação político-pedagógica de mulheres rurais, e as que obtínhamos com a pesquisa de campo, com a aplicação de entrevistas e questionários e visitas às famílias dos colonos, quando do levantamento da realidade das relações de gênero na produção e no cotidiano familiar.

Selecionando, na discussão com os grupos de mulheres em suas comunidades, temas que despertassem sua participação na estrutura sindical, vieram à tona indicadores que apontavam diferenças entre as atividades que realizavam e as dos homens na produção, assim como diferenças entre a participação de homens e de mulheres em relação à família ou com agentes externos à propriedade. Foram flagrantemente os papéis diferenciados e a valorização desigual nas relações de gênero. Era necessário, porém, aprofundar a compreensão dessa realidade, daí a pesquisa como fonte reveladora desses dados da desigualdade dos papéis da mulher na produção e nos movimentos sociais.

Assim, esta abordagem não deve ser vista apenas como mais uma pesquisa sobre as mulheres agricultoras no sul do Brasil. Busquei não apenas historiar e identificar o lugar econômico ocupado pelas agricultoras no processo produtivo e reprodutivo das unidades familiares e/ou nas estruturas das associações e sindicatos do noroeste sul-rio-grandense, o mas construir coletivamente um processo de conscientização dos seus direitos à participação. O que poderíamos chamar de empoderamento.

Os resultados e os problemas levantados buscam fornecer elementos para a análise dos diferentes mecanismos que restringem e desqualificam a participação das mulheres agricultoras no processo de gestão e de decisão da associação e dos sindicatos, contribuindo para a transposição dos obstáculos impostos à sua plena participação nessas entidades. Apresenta, de um lado, avaliações críticas sobre a realidade das relações de gênero no seio do sindicalismo e, de outro, subsidia a elaboração de uma proposta de reestruturação das atividades desenvolvidas por outras entidades. De forma indireta, a metodologia aplicada e os resultados finais desta pesquisa poderão ainda influenciar a atuação das organizações de mulheres trabalhadoras rurais e do sindicalismo rural no sul do Brasil, no que diz respeito às ações e políticas relacionadas não só com a organização da produção dos agricultores familiares, mas também aquelas referentes à sua organização social e política.

Assim, a partir do aprofundamento das técnicas e da metodologia das oficinas de capacitação, bem como da história oral que recuperou, através das vozes, as histórias de vida, foi-me possível perceber a caminhada de cada uma dessas mulheres na sua comunidade, no seu grupo. Desvendar os empecilhos que dificultam a participação efetiva na ASTRI, nos sindicatos, é o que busquei. Conhecendo a história do grupo, desvendo a identidade do coletivo. A opção por trabalhar com mulheres se deve, fundamentalmente, ao fato de se tratar do elemento que, de forma mais elaborada, “guarda” e oferece às filhas e aos filhos a história da família, a história de sua trajetória de vida. Esta pesquisa foi realizada buscando atender a um segmento de mulheres, as rurais, levando-as a desenvolverem uma conscientização do seu papel, mostrando-lhes que suas histórias são tão intensas como as dos homens, além de distintas, ao considerar e compartilhar da opinião de que esta é a grande:

(...) diferença entre a relação dos homens e das mulheres com o seu passado: homens mudos, que se esqueceram de quase tudo e que não têm ligação com a vida do trabalho; mulheres faladoras, a quem basta apenas deixar vir a onda de lembranças, (...): o homem habituou-se demais a impor silêncio às mulheres, ao rebaixar suas conversas ao nível da tagarelice (...) (PERROT, 1998, p. 20).

Cada sujeito constrói o seu simbólico e é nessa construção que o movimento e os grupos se tornam únicos enquanto possibilidade de transgredir a ordem e a moral estabelecidas. Nesse sentido, a dissertação historia o acompanhamento do processo de capacitação desses grupos, o

qual possibilitou a manifestação das mulheres e, mais do que isso, que essas “esquecidas” pela história oficial, pelas políticas públicas e pelos poderes institucionalizados no sindicalismo se constituíssem em cidadãs.

Os recursos teóricos de que fiz uso nesta pesquisa, estendendo à equipe, estão presentes no vivido e na memória, e a memória se faz no cotidiano dessas mulheres. Assim se guarda a história. Essa vivência vai transformando desejos em realidade, às vezes distante. As mulheres, cujas histórias aparecem nesta pesquisa, estão construindo alternativas para transformar seus desejos em história.

Para resguardar a integridade, as falas das depoentes foram transcritas de forma original, mantendo-se as incorreções gramaticais, próprias do falar coloquial da região. Nas que registramos, aparecem “esquecimentos” e “silêncios não revelados” (MONTENEGRO, 1993, p. 12), porque é próprio da história oral ser capaz de proporcionar reflexão enquanto fala – “no repetir da fala, fala de novo” – na insistência dos argumentos, no mostrar caminhos alternativos, no promover novas opções. A subjetividade é um processo dinâmico, dialético, no qual o depoimento oral constitui um documento histórico importante.

A história oral abre possibilidades para o pesquisador perceber elementos que pareciam encobertos. Esses “silêncios não revelados” a que se refere Montenegro (1993, p. 12), os esquecimentos, que ao mesmo tempo se presentificam em “falhas”, “brancos” na história que é contada, podem aparecer dessa forma por um desejo: o de esquecer porque se quer esquecer ou porque, conjunturalmente, o elemento não pode ficar visível. Apresenta-se como um “não sabe”, “não lembra”, porém significando que sabe e lembra.

A validade da história oral ainda sofre restrições da parte de vários pesquisadores. Existem divergências sobre as formas como as informações resultantes são utilizadas e, principalmente, sobre a maneira pela qual se chega até a informação. Na perspectiva desta pesquisa, a história oral é entendida como um “canal de acesso que permite o registro de hábitos, modos de vida e impressões diretas que, dependendo do grupo e do período que se tem como objeto de estudo, não encontram equivalente em outras formas disponíveis” (PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL, 1981, p. 14).

Ouvir, contar uma história de vida, depoimentos sobre os problemas familiares, é uma atividade que possibilita ao pesquisador abrir a história oficial à cidadã e ao cidadão que vivem,

refletem, contam e recontam o que parece definitivo, porque já está escrito. Quando conta, quem conta se sente vivo, ativo, ator, participante. E isso justamente é o que os depoimentos revelam. O método de história de vida valoriza contatos informais, baseados na identificação e na empatia entre o pesquisador e o pesquisado... A história de vida insere o ator, pelo processo sincrônico, na rede de relações sociais que o localiza dentro do grupo (Idem, 1981, p. 20).

Quando alguém conta uma história, conta a vida, porque lembra, relembra e, nesse processo, refaz o universo que está em torno do acontecido. No ato de contar, elementos vão sendo incorporados e reelaborados, redimensionados. Cada vez que se conta, não se aumenta um ponto, mas se pontua o elemento mais importante. Isso, no entanto, depende da posição de quem fala e também para quem se fala. Assim, talvez seja possível dizer que nem tudo, para todos, é sempre contato. As mulheres com as quais trabalhei falam, muitas vezes, reafirmando, “é isso mesmo”, porque a relação com elas estabelecida foi de confiança. Sempre foi dito a elas: “Você é objeto desta pesquisa e desse processo”.

A relação entre o pesquisador e o pesquisado foi uma das preocupações destacadas neste processo. A respeito, Martins (1997, p. 115) afirma que a relação do pesquisador com o entrevistado é um jogo, e que este é uma vítima do “seu jogo de palavras, de suas intenções ocultas, de questões não reveladas”. Mas esta pesquisa não se fez assim. A relação entre pesquisado e pesquisador na pesquisa foi aberta e, dessa forma, obtive uma conversa consentida, permitida. O processo de aproximação proporcionado pelos encontros mensais nas comunidades com o mesmo grupo, durante três anos, foi muito importante. Nunca ficaram encobertas as diferenças, nem ficou escondido o que se pretendia com o trabalho, e as conversas informais se mesclaram com as entrevistas. Fomos cúmplices.

Foi preciso romper com a desconfiança, com o medo, destruir a parede que tem mantido separada a história real da história oficial. São, de um lado, fontes confiáveis que se contrapõem. As verdades e as mentiras da oficialidade conveniente podem ser denunciadas pela história contada, no mover-se dos cotidianos. Nunca é demais reafirmar que a história não é circular e nem linear. A história é um envolver de incertezas, pois é obra de seres humanos vivos em ação, em movimento, produto da dialética de relações que se estabelecem ao agir e se mover (GRZYBOWSKI, 1994, p. 287).

A história ampliou as suas perspectivas de métodos e pesquisa. Trabalhar com o cotidiano, revolver os “esquecimentos”, amplia o que tradicionalmente se fazia e se pensava de pesquisa neste campo. Mas ainda existem divergências. Romper com o tradicional, com o concebido, não é nada fácil. O debate entre historiadores continua ativo e coloca frente a frente múltiplas concepções.

Talvez esse ou novos rumos sejam também resultados da busca por respostas não encontradas dentro dos limites impostos às pesquisas essencialmente quantitativas e que acabam determinando respostas sem deixar perceber o que verdadeiramente significam ações e atitudes. Outras perspectivas têm sido impostas há muito tempo, tanto na pesquisa quanto na história. Por isso também a opção histórica pela temática mulheres, para romper com o que diz Perrot:

O ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas – as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da história. (PERROT, 1992, p. 185).

Em outros tempos, mas igualmente em nossa época, em muitos lugares, conta-se a história para alguém, para que outro lembre e constitua, por essa prática, a história do grupo. Reis decidiam quem deveria ouvir guerreiros, lutadores, viajantes, selecionando informações e as reproduzindo, adaptadas ao momento que se vivia. Perpetuava-se assim a história do povo vencedor e que deveria sempre seguir as regras estabelecidas pelos deuses.

A história oral, conforme pude constatar nesta pesquisa, é uma excelente forma de fazer brotar as histórias de vida; talvez seja a melhor forma de trazer a público muitas histórias que permanecem escondidas na memória individual, mas que foram produzidas coletivamente.

Quando foram organizados os grupos, localizados em três municípios: Ijuí, Catuípe e Augusto Pestana, foi também necessário construir dados das famílias e principalmente das mulheres envolvidas no processo. A pesquisa revelou o perfil dos grupos envolvidos. Como se trata de um processo de capacitação em gênero e saúde, conseguimos identificar em que locais, em que espaços da vida cotidiana da mulher da roça e sindical era manifesta a questão de gênero.

Por muitos anos acreditou-se que eram as diferenças biológicas que explicavam as desigualdades entre homens e mulheres. O conceito de gênero que adotamos como referencial teórico, no entanto, expressa um outro entendimento: as diferenças são socialmente construídas. Isso significa que homens e mulheres são “moldados” pela sociedade, e o ser homem e o ser mulher correspondem a papéis sociais estabelecidos: masculino e feminino.

Se são papéis sociais construídos historicamente e não determinados pela natureza, então podem ser modificados. Gênero é um conceito relacional: vê um em relação ao outro. Isso significa que os papéis sociais masculinos e femininos não existem isolados – um é construído na relação com o outro. O conceito “gênero” considera ainda que na sociedade atual as relações entre homens e mulheres não são de igualdade. São relações de hierarquia e de poder dos homens sobre as mulheres (FARIA, 1998, p. 32).

Não se pode, por exemplo, entender o que é a vida no campo, na agricultura familiar, e como acontece a exclusão das mulheres trabalhadoras das decisões da esfera sindical, sem perceber as relações de gênero no seu interior. Isso é muito concreto: há uma divisão sexual do trabalho, que é incontestável. Como, então, querer entender a produção, sem visualizar, em primeiro lugar, que esta é realizada por pessoas, homens e mulheres, de diferentes idades e com diferentes anseios e formas de perceber a vida?

Da mesma forma, não é possível construir um projeto de desenvolvimento autossustentável ou superar os problemas da dinâmica sindical, ou construir a organização de base⁵ sem levar em conta que há agricultores e agricultoras, homens e mulheres, e que existem conflitos nesta relação. Trabalhar na perspectiva da equidade de gênero não se restringe à organização de mulheres, embora elas, organizadas, tenham um papel fundamental nesse processo.

Envolver-se na perspectiva de gênero significa olhar com novos olhos. Olhos que, ao focar o que está à sua volta, passam a enxergar as pessoas (homens e mulheres) que fazem a história de uma sociedade. E nessa nova visão, ultrapassam a superação das desigualdades, dentre elas a existente entre mulheres e homens.

5 Entendemos por organização de base as técnicas, os mecanismos utilizados pela estrutura sindical, ao organizar famílias no meio rural com vistas à defesa de interesses comuns diante do Estado, o poder público municipal, etc.

Diante da proposta de desenvolvimento da primeira parte deste trabalho, de demonstrar a gradativa inserção do universo feminino nos movimentos sociais, analiso e historio experiências mundiais da participação feminina em movimentos de mulheres; depois, dedico-me ao surgimento das primeiras expressões do feminino na estrutura sindical brasileira, discorrendo sobre os mecanismos que possibilitaram sua inserção nas estruturas de poder. Valendo-me desse fio condutor, analiso o aparecimento da estrutura sindical agrária no Rio Grande do Sul e os focos de participação de mulheres trabalhadoras rurais nas instâncias do sindicalismo agrário gaúcho. O objetivo dessa construção é traçar um perfil histórico do surgimento do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Rio Grande do Sul, suas características históricas e atuais, permeando-as com teorias que tratam do feminismo e das relações de gênero.

Na segunda parte, o enfoque é dirigido para a experiência de educação com mulheres trabalhadoras rurais, ligadas à ASTRI. Juntos, construímos um processo de aprendizagem e um levantamento de dados acerca da compreensão dos grupos sobre questões referentes à participação feminina na estrutura sindical e às relações de gênero. Tal experiência prende-se à necessidade de reconstituir, desconstruindo as práticas históricas de exclusão das mulheres na participação efetiva das esferas sindicais e produtivas. A concretização de tal proposta fundamenta-se num intenso trabalho de coleta dos depoimentos, aprofundamento teórico, encontros com grupos de mulheres nas comunidades do interior, organização e posterior análise das fontes pesquisadas, orais e escritas.

No dizer de Peter Burke, a História Social e a História do Tempo Presente são consideradas ainda uma história marginal entre os historiadores. Não consideramos assim. Os estudos referentes às questões de gênero, à presença das mulheres na história e à vida cotidiana do feminino têm sido explorados – basta analisar a historiografia recente. No entanto, ainda sofrem críticas por parte de alguns historiadores. Diga-se de passagem, não pela temática em si, mas pelo tratamento dado a ela.

Com esta pesquisa, contribuo, de alguma forma, para alargar as discussões em torno da temática do feminino, representado pelas trabalhadoras rurais e, por que não, da própria história das mulheres que lutam pelo reconhecimento da sua importância no processo produtivo e sindical e pela igualdade nas relações de gênero.

PARTE I

Os movimentos sociais e os espaços da mulher



PARTE I

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS ESPAÇOS DA MULHER

A face mais visível dos movimentos sociais atualmente é a da relação que esses mantêm com as esferas de poder: sejam comunidades ou grupos de interesses, que se organizam para reivindicar às prefeituras, ao Governo do Estado e também Federal, seus direitos, ou exigir mudanças em suas condições de vida; seja o movimento dos sem-terra, que exige reforma agrária; o movimento dos favelados, que pressiona por habitação e urbanização, e o movimento negro, que luta pelo término da discriminação racial.

Essa percepção vem da relação entre os movimentos sociais no âmbito do público. Vistos a partir dessa perspectiva, eles podem ser equivocadamente tratados, considerando sua esfera de atuação no contexto do que se poderia chamar de *lobbysmo* de caráter popular. Diferentemente disso, trato aqui de discutir os espaços criados pelos movimentos sociais e a teia de relações que os constituem e que são muito mais complexas do que as de um estilo *lobby*.

Os movimentos sociais constituem-se no interior da sociedade civil. Discutindo novas propostas para a organização da sociedade, rearticulam as relações de poder e podem transformar-se, ou não, em elementos fortes de oposição ao Estado. Daí o seu caráter propositivo de políticas públicas. A face mais clara dos movimentos sociais está expressa nos trabalhos das ONGs, as quais refletem esse processo e representam um papel, através de sua intervenção, na construção desses movimentos e grupos sociais diversificados. Essa intervenção que contempla a diversidade traz, ao mesmo tempo, a marca dos valores universalizantes da cidadania através dos movimentos urbanos, dos sindicatos, dos trabalhadores rurais, das crianças, dos adolescentes, das mulheres e do público em geral. As ONGs não abandonam suas referências classistas,

sindicalistas e as dadas pelos movimentos, antes combinam essas questões com outros problemas emergentes, sobretudo nas áreas urbanas.

Michel Foucault repetiu inúmeras vezes que o poder é relacional, disperso e não necessariamente exercido de cima para baixo. O filósofo francês talvez tenha chocado os mais ortodoxos e esperançosos, afirmando que não existem, de um lado, os despossuídos e, de outro, os detentores de poder, mas que as relações de poder são generalizadas e fluidas. Embora o autor não estivesse se referindo a movimentos sociais quando escreveu seus trabalhos, abriu um leque de novas possibilidades para analisá-los¹.

Sob a perspectiva de Foucault pode-se iniciar uma reflexão, afirmando que a exclusão de parcelas da população é uma prática comum em nossa sociedade, que as impedem de usufruírem seus direitos. Nessa situação, a potencialidade de resistência é seu primeiro recurso. Para que isso se realize, no entanto, grupos de indivíduos, no interior dessas partes, necessitam organizar-se, criando novos espaços de poder.

Essa dinâmica de formação de grupos (movimentos) não se esgota em seu caráter reivindicatório em relação às autoridades constituídas, isto é, na sua face mais pública ou na reorganização do cotidiano dos sujeitos de comunidades, sua face mais privada, mas se estende à organização das relações de poder no espaço público, mesmo que menos visível, da comunidade.

O movimento mundial de mulheres está inserido no seio dessas relações de poder. No caso específico da pesquisa – o movimento de mulheres trabalhadoras rurais no noroeste do Rio Grande do Sul –, essas relações de poder perpassam o ambiente familiar, alcançando a disputa política na estrutura sindical. Os movimentos sociais não se organizam a partir de demandas específicas do Estado e as mulheres possuem uma radicalidade própria, à medida que buscam e propõem políticas públicas. Através dessas práticas, constituem-se sujeitos da história – a marca de sua condição.

¹ Em um dos seus últimos textos, *a Microfísica do Poder*, Michel Foucault (1983) aponta as especificidades dos movimentos sociais, chamando a atenção para a verticalidade da luta que retira algumas vezes a centralidade do enfrentamento entre movimento e Estado.

No mundo globalizado, característica da sociedade contemporânea, no entanto, isso só é possível graças à conscientização de que o movimento de mulheres tem importância prioritária na formação individual e coletiva de seus integrantes. As abordagens pedagógicas feministas desabrocharam no mesmo espaço cultural e político da educação popular. E por serem formuladas na mesma conjuntura, ambas as orientações priorizaram o trabalho de formação de bases².

Os estudos sobre a mulher e o feminismo já apresentam uma evolução histórica. Em sua fase clássica de reflexão feminista (1940-1965), Simone de Beauvoir e Betty Friedman destacaram a mulher, nos espaços políticos, como agentes de transformação nos movimentos sociais. Na mesma direção, ocorreu a fase de reflexão do novo feminismo, com Foucault, Kate Millet e Juliett Mitchell, que pregaram o feminismo de massa – uma definição embasada no marxismo³.

Dos elementos comuns entre o marxismo e o feminismo de massa, destaca-se a crítica radical a vários sistemas de exploração econômica, tendo como referência os contextos nacional e internacional. Nesse caso, a ênfase recai sobre a dominação de classe e, no campo da análise das condições globais, as interpretações variam da teoria do imperialismo às teses da dependência e das relações centro-periferia, apontando para a necessidade urgente de transformações estruturais que enfatizem as dimensões econômicas e a centralidade dos conflitos junto aos setores populares.

O feminismo, como movimento social, surgiu aos poucos, na entrada dos anos oitenta, quando passou a introduzir nas suas discussões os estudos de gênero. As teses sobre o “feminismo da diferença” e os distintos setores do “feminismo da igualdade” lançaram um novo conceito teórico no movimento feminista. Segundo essa nova corrente – o “novo feminismo” – existem mulheres e homens em diferentes situações sociais e culturais. A primeira tem a

2 Ver: GOMÀRIZ, Enrique. *Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas*. Santiago do Chile: FLACSO, 1992, p. 83.

3 Para a fase clássica de reflexão feminista, ver as obras de: Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*, e as de Betty Friedman, *A mística do feminino*. Para a reflexão do novo feminismo, ver: Kate Millet, *Política sexual* e Juliett Mitchell, *Feminismo da igualdade*.

ver com as etapas do ciclo de vida. Essas últimas são também, como o gênero, construções sociais, articuladas umas às outras⁴. É importante ter em conta as etapas em que as mulheres e os homens desfrutam da plenitude da capacidade de se reproduzirem. A partir do seu conhecimento mútuo, podem elaborar elementos chave para as relações de gênero, as maneiras que exercem o poder, as representações imaginárias que o justificam. Em nossa sociedade, as figuras de mãe, esposa e dona de casa são para as mulheres, e a de chefe de família e de sustentabilidade econômica, para os homens.

O conceito de gênero e sua posterior intervenção no cenário político e ideológico dos movimentos feministas propiciam averiguar como são moldados meninos e meninas para aceitarem e exercerem a desigualdade e as hierarquias em função do gênero: na escola, na família, em ocasiões informais, legitimando a cultura sexista e excludente.

Uma parte significativa dos movimentos de mulheres no mundo constitui-se em torno de uma condição de exclusão dispersa e, ao mesmo tempo, onipresente no sentido de perpassar todas as possibilidades do sujeito em sua vida cotidiana. Organizam-se para lutar contra uma condição: não é a luta por políticas públicas, por revisões de códigos de direito ou mesmo pela construção de creches, postos de saúde, entre outras, que constituem o movimento, mas a luta contra uma condição dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressam tanto na vida pública como na vida privada, no campo da razão e do afeto, do trabalho e do prazer. Nessa condição está a radicalidade dos movimentos de mulheres, que têm como consequência uma desorganização profunda de espaços de poder cotidiano, institucionalizados pela história ao mesmo tempo em que a exclusão é menos transparente, pois é minimizada por discursos de igualdade de direitos e cidadania. Uma vez enunciada, é presença explícita e irremediável no cotidiano das mulheres.

O novo feminismo, com seu aporte sobre as discussões em torno do gênero, cria, no seio dos movimentos sociais femininos, uma nova interpretação acerca da busca de igualdade nas

⁴ Ver: *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, v. 6, p. 48, 1998.

relações sociais e políticas, principalmente no interior das ONGs. Em meu trabalho, valho-me de duas experiências, vividas no exterior. Tais experiências, que passo a relatar, estão imbricadas na perspectiva de gênero, apresentando semelhanças com o objeto da minha pesquisa: as mulheres trabalhadoras rurais da região noroeste do Rio Grande do Sul.

Em 1998, vivenciei uma rica experiência no *Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán*, localizado na Província de Piura, na região andina do País peruano. Essa organização desenvolve um trabalho de formação, destinado a mulheres camponesas que vivem na Cordilheira dos Andes. Segundo sua coordenadora, Gaby Cevasco, as modificações que a sociedade urbana promoveu nos últimos anos atingem também as mulheres camponesas, levando-as a uma mudança de perspectiva quanto à sobrevivência nessas comunidades, que ainda vivenciavam uma cultura e costumes históricos. Chachamayo, uma comunidade campesina, localizada nessa província, aos poucos foi incorporando novas maneiras de relações econômicas entre os membros de seus grupos e dentre esses, a participação de mulheres. Até então, o trabalho “público” era exercido pelos camponeses homens, mas, a partir da incorporação de novas formas de contato com o mundo urbano, o conhecimento sobre novas tecnologias de sementeira, a alfabetização e a formação de mulheres das classes populares, o processo de empoderamento feminino foi se tornando inconsistente.

Sob a perspectiva das mulheres, a expansão da educação na província foi, sem dúvida, o aspecto mais importante do seu movimento. Nesse campo, o ideal de igualdade social encontrou uma expressão prática muito maior. Em primeiro lugar, foi reconhecido que as meninas teriam iguais direitos à educação como os meninos – decisão avalizada na Assembleia que discutiu o assunto. Alguns setores conservadores da comunidade tentaram pressionar o Conselho Provincial para dar um número maior de bolsas de estudos aos meninos, argumentando que alguns pais estavam mais interessados na educação de seus filhos do que na de suas filhas. Embora reconhecendo que as mulheres tenham tanto direito e aptidão quanto os homens para participarem do processo de alfabetização, foi a partir desse embate que as mulheres conquistaram uma presença maior na sociedade rural de Chachamayo, inclusive na coordenação das comunidades. Pela primeira vez, em 1995, mulheres e homens organizaram-se e formaram a

“Asociación Tarmená de Maestros de Escuela”. Por sua vez, as mulheres campesinas de Chachamayo organizaram uma ONG de assessoria a familiares – o PROMEDU, objetivando a capacitação e o entendimento sobre relações de gênero e educação sexista.

A experiência peruana permite entender que os movimentos de mulheres são um fórum privilegiado da explicitação das relações de poder, contidas nas relações de gênero que perpassam o social. Não é, entretanto, o único canal de explicitação, pois os movimentos sociais de caráter popular têm sido também locais emergentes de prática de resistência à desigualdade, contida nas relações de gênero. A importância não é apenas numérica, mas também de conteúdo. A liderança de mulheres em movimentos sociais não necessariamente as transforma em feministas, mas faz com que sua posição na rede de poderes no interior de uma comunidade seja transformadora. No exemplo da comunidade de Chachamayo observei três situações que derivam dessa inserção: a) a mulher, deixando de atuar nos limites do privado, cria novas situações no interior da família e nas relações informais de vizinhança e amizades; b) a mulher passa a articular, no interior dos movimentos, lutas diferenciadas em relação aos seus companheiros homens; e c) as mulheres, organizadas em torno de questões tradicionalmente femininas, passam a questionar sua própria condição.

O exemplo de Chachamayo, no Peru, expressa uma situação generalizada nos movimentos de mulheres, inclusive e principalmente no Brasil: a participação da mulher no movimento rompe sempre com sua condição de invisibilidade pública. Essa ruptura não é feita sem tensões no interior da família. A decisão de participar é sempre acompanhada de resistência por parte de pais, maridos e até filhos, entendida, na maioria das vezes, como resistência à quebra do cotidiano familiar e de padrões morais acordados no interior da família e da comunidade. Posto isso como verdade, mesmo assim não se esgota a explicação sobre a resistência: a saída do privado para o público envolve a entrada em uma rede de relações que pressupõe novos saberes, novas informações que, por sua vez, redefinem as relações de poder no campo privado.

O processo acelerado de globalização faz com que os novos saberes cheguem rapidamente a grupos e indivíduos, por mais distantes que estejam, como é o caso dessa pequena comunidade nos Andes, potencializando também novas reivindicações de grupos, em que a

mulher se insere como nos encontros com outras mulheres. Dessa forma, a posição da mulher é redefinida, não somente na relação direta com seu companheiro, pais e familiares, mas também no que se refere às relações de amizade e de vizinhança, o que, por sua vez, ressitua a própria relação pública.

Avançando no cenário mundial, a minha experiência chega à cidade de Segóvia, na Espanha, em junho de 2000⁵. Esta vivência espanhola mostra outro redimensionamento de espaços de poder nos quais as mulheres se organizam a partir de reivindicações próprias de seu universo de preocupações femininas, cuja identidade se constitui no mundo privado, como grupos de mães. O trabalho que presenciei é um exemplo de nova organização de poder. A FEMUR da Espanha, em 1986, estava inserida no contexto das lutas sindicais espanholas e, aos poucos, a presença dessas mulheres foi-se apagando com a atomização de bandeiras específicas. Na ocasião, foi proposta ao movimento uma análise da condição feminina, criando grupos de discussão que punham em evidência as relações de sexo e da vida privada e familiar como determinantes da opressão e marginalização das mulheres. A partir dessa realidade, foi sugerida a criação de um novo movimento, uma organização sindical separada, somente de mulheres, no âmbito do sindicato, que pudesse tecer presenças positivas e propositivas sobre as discriminações de gênero, unindo e transformando a vida pessoal das mulheres.

Esse novo movimento teve um impulso muito grande na Espanha, no período em que a atuação sindical viveu intensas experiências de tomada de consciência dos problemas privados. Isso impulsionou grupos de mulheres à tomada de posições, como foi a tomada de posição do direito ao aborto, que teve as feministas como vitoriosas. O fato de as mulheres terem construído uma organização específica não as afastou da luta sindical; ao contrário, intensificou a sua participação, alterando suas visões e estratégias, redefinindo seu caráter, não mais apresentando a forma que o movimento tinha assumido na metade da década de 80. Assim nasceu a FEMUR, na Espanha, que traduz hoje uma nova organização de mulheres presentes no cenário mundial,

5 Na ocasião estava participando de uma “inserción de estudios” a convite da “Federación de la Mujer da España”, sobre experiências de organizações comunitárias com mulheres camponesas.

promovendo jornadas provinciais de desenvolvimento rural, programas com o Ministério da Agricultura, incentivando a formação de movimentos associativos fomentando o desenvolvimento econômico de zonas rurais e a formação de mulheres líderes nas comunidades interioranas.

Segundo as líderes do movimento, o surgimento da Federação de Mulheres Rurais abriu caminho para a conquista de bandeiras nacionais, macrorreivindicações que começaram exatamente no espaço localizado do clube de mães. O depoimento da Sra. Luisa Perea Vígara, presidente de uma associação de clubes de mães da província de Toledo, informa como é hoje o trabalho do movimento:

Nuestros comienzos fueron muy sencillos, con ilusión, esperanza. Se fundo con 5 amigas, inquietas e inconformistas en el año 1.996. La andadura ha sido difícil y llena de trabas pero siempre con mucha ilusión. Actualmente somos 60 sociais y nuestras actividades se centram principalmente en clases de cocina, punto de cruz y sevillanas e educación informal.

Realizamos dos cenas anuales en las que nos reunimos todas para pasar unas noches divertidas. Este año nuestros proyectos quieren llegar un poco más lejos, primero porque hemos dado un gran paso, nos hemos incorporado a la Federación de las Mujeres Rurales y aquí están los primeros resultados ; ya estamos en las páginas de esta revista circulando por los pueblos de España! Pretendemos mejorar un espacio natural abandonado en nuestro municipio, total un gran empuje y gran reto al que hemos llegado con la Federación.. Además este año nuestra asociación también tenemos intenciones de incorporar conocimientos de informática, para poner en día nuestras mujeres, la creación de una biblioteca comunitária, queremos realizar visitas a teatros e museos.

Estamos en pañales, pero poco a poco vamos creciendo y madurando intentando que la mujer rural está activa, luche e se incorpore a la sociedad actual, preparada de la mejor forma posible y nosotras como asociación, unidas e fuertes, lucharemos por más ciudadanía en el campo, sabemos que lo vamos lograr. (VÍGARA, 2000, p. 8).

O movimento de mulheres na Espanha vem refletindo sobre o que significa ser mulher e militante sindical simultaneamente, uma problemática posta também pelas dirigentes sindicais espanholas. A prática sindical, no entanto, não alcançou o patamar como aspiravam as

trabalhadoras feministas. Mas, no caso espanhol, a FEMUR conseguiu unir práticas até então excluídas pelo sindicalismo espanhol.

As duas experiências são tomadas como exemplos para ilustrar o objetivo da proposta do presente estudo nesta primeira parte, qual seja, tecer uma análise conjuntural dos espaços das mulheres nos movimentos sociais, mostrando a sua presença. Inicialmente, o grupo de mulheres da Província de Chachamayo, no Peru, vinculadas à ONG PROMEDU, que mantém projetos de alfabetização e educação em gênero com mulheres camponesas. É um exemplo bastante rico de construção de espaços onde a mulher adquire papel fundamental nas decisões políticas da comunidade. O outro exemplo foi o da experiência de Segóvia. Nesta, destacam-se os fatores que levaram as mulheres rurais da Espanha a construir um movimento que contemplasse suas reivindicações específicas e colocasse seus papéis em equilíbrio com as demandas do movimento sindical. Novamente, reforço a afirmação da importância dos movimentos sociais de mulheres como mecanismos políticos, sociais e jurídicos de busca de cidadania, e os exemplos são indicadores da sua ampla abrangência geográfica.

As duas experiências acima ilustram um panorama do cotidiano de atuação e avanço dos movimentos sociais de mulheres. Devemos ter em conta que esses processos formam uma rede, característica da sociedade contemporânea, em profunda transformação. Desde a Revolução Industrial, passando pelo contexto das guerras mundiais, pela crise dos paradigmas de análise dos próprios movimentos sociais, as mulheres continuam buscando alternativas e formas de resistência, na compreensão do que a globalização está gerando nos espaços internos dos seus movimentos. Como amostragem da disseminação de tais movimentos no mundo ocidental, restrinjo-me ao caso brasileiro, estabelecendo comparações com os casos acima – um europeu e o outro latino-americano.

Ao tomar como exemplo os movimentos de mulheres trabalhadoras no campo no Brasil, é preciso considerar que o desenvolvimento rural, no passado, centralizava suas políticas nas esferas produtivas, supondo que destas se originariam melhorias da qualidade de vida. Nessa dimensão, os aspectos do desenvolvimento humano não foram considerados nem para homens, nem para mulheres, pois ambos se encontravam marginalizados e excluídos de qualquer possibilidade de representação nas decisões de desenvolvimento. Têm sido afastadas suas

disposições e interferências, suas formas de organização, suas lógicas de desenvolvimento e planificação da economia, o manejo dos recursos naturais nas redes de intercâmbio e nas simbologias de representação de direito próprio, além de outras formas de representação cultural.

O contexto econômico rural no Brasil tem mostrado que as políticas mundiais produtivas, em diferentes lugares do mundo, geralmente são orientadas pelos homens e marginalizam as mulheres, produzindo desequilíbrios nas economias camponesas, com consequências econômicas e sociais severas de pobreza, à medida que somente políticas assistenciais enfocam o bem estar das mulheres. Essa separação entre o econômico e o social e a diferenciação das tarefas e funções por sexo ocasionam a marginalidade social dos principais produtores – as mulheres – desarticulando processos próprios de desenvolvimento familiar, cujos efeitos de pobreza continuam sendo encarados pelas mulheres. Advém desta situação a *feminização da pobreza*⁶.

Das experiências que vivi, avalio que, no cenário mundial, as atividades reprodutivas das mulheres continuam não sendo reconhecidas economicamente como deveriam, tampouco contam com o aval social, e continuam sendo realizadas em condições de absoluta marginalidade, deteriorada qualidade de vida e degradação ambiental, pondo em risco o próprio processo de produção. Assim sendo, percebo a necessidade de fortalecer as economias camponesas, a partir do equilíbrio entre a reprodução e a produção, como fator central de desenvolvimento rural sustentável.

Os enfoques sobre desenvolvimento, ao considerarem as mulheres como seus agentes econômicos não históricos, têm tornado invisível e subvalorizado a gestão, o direito, a participação e a decisão política das mesmas. Essa visão impediu que a mulher resgatasse seus aportes na administração do trabalho individual e familiar, seus manejos e decisões nas redes familiares e comunitárias, a utilização racional do espaço produtivo e as formas e influências nas decisões no interior das unidades domésticas.

6 Este conceito passa a ser consenso entre os movimentos de mulheres em âmbito mundial, como mecanismo originário da globalização e empobrecimento de populações rurais em todo o mundo. Ver: ALEMÁN, Silvia. *Equidad de género en el desarrollo rural*: lineamentos para un marco normativo y político mundial. Madrid: Instituto de la Mujer, 1998.

Os casos espanhol e peruano evidenciam um dos principais fatores que afetam o desenvolvimento rural, com equidade social e de gênero. Segundo a OIT (LAGOS, 1998, p. 178), é a exclusão por razões étnicas e de gênero que impede a participação das mulheres nas instâncias políticas e econômicas das comunidades. São sociedades que têm condenado populações rurais a não serem, na prática, sujeitos de direitos e de benefícios em países em desenvolvimento, que ainda não superaram a discriminação pelas minorias. Dessa forma, considerações sobre cidadania, particularmente das mulheres rurais, negras e indígenas, aparecem como inviáveis, pelo menos nos marcos da cultura ocidental.

Essa constatação, pelos movimentos sociais femininos, acerca da situação econômica e política em que se encontram as mulheres tem prejudicado a democratização da sociedade global no sentido de justiça social e desenvolvimento. As novas reformas empreendidas pós-conferência de Beijing⁷ por alguns estados europeus e latino-americanos – dentre eles o Brasil – e o reconhecimento jurídico das formas de discriminação e marginalidade sobre os setores rurais e indígenas têm gerado políticas econômicas, sociais e culturais com o objetivo não somente de superar a pobreza, como também os processos excludentes. Muitos objetivos das políticas mundiais são de longo prazo. São estratégias desenvolvidas que correspondem a um processo de apropriação por parte das mulheres e dos sujeitos sociais e genéricos constituídos, criando condições propícias para o enraizamento de novas políticas, articuladas com o Estado e com a sociedade civil. É o caso das novas medidas tomadas pelo Banco Mundial a respeito de

⁷ A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que ocorreu em setembro de 1995 em Beijing, na China, onde compareceram delegadas de 5 mil organizações não governamentais de 184 países, com o objetivo de reunir governos e mulheres dos quatro cantos do mundo para elaborar um programa mundial de equidade, orientado para proteger os direitos das mulheres. O documento final da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, assinado por todos os países participantes, contém um conjunto de medidas que visam eliminar os obstáculos que impedem a plena cidadania das mulheres e, por extensão, sua ativa participação nas vidas pública e privada. A plataforma identificou áreas críticas, impossibilitando o avanço e o empoderamento das mulheres. Essa plataforma deve ser aplicada nos países que aderiram ao documento, e hoje os movimentos de mulheres já começam a questionar os avanços da pós-conferência de Beijing. Ver: *Revista "Maria, Maria"*. Brasília-DF: UNIFEM, Fundo das Nações Unidas para a Mulher, ano 2, n. 2. 2000.

políticas econômicas que promovam a sustentabilidade econômica familiar pela participação da mulher, objeto do nosso estudo.

As experiências do Peru e da Espanha relatadas nas páginas anteriores fomentaram a produção de políticas econômicas, ambientais, sociais e culturais para o desenvolvimento rural sustentável e a luta contra a pobreza massiva destas comunidades. Enraizados na capacidade humana, seus atores/as participam e decidem seu próprio desenvolvimento sustentável, buscando equidade de gênero.

A dimensão de gênero nessas comunidades, ou através de seus movimentos sociais, tem a missão de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, no caso das mulheres da roça, partindo de estratégias que apontem para a constituição das sociedades rurais equitativas, com base em ambos os gêneros. Ou seja, promover o desenvolvimento individual e o coletivo, de homens e mulheres, que fortaleça a equidade social e cultural, como fundamentos para superar a luta contra a pobreza, considerando que, nos processos de desenvolvimento, precisa-se da autonomia e do poder das mulheres como requisitos de troca econômica, social e política.

Na descrição destas experiências e na identificação de políticas econômicas que reforçam a exclusão das mulheres das instâncias de decisão e do combate à pobreza, devo esclarecer que os exemplos selecionados se assemelham ao movimento de mulheres trabalhadoras rurais do noroeste do Rio Grande do Sul.

O enfoque atual sobre gênero no desenvolvimento rural deve considerar sobretudo o contexto estadual e o municipal. No âmbito do movimento de mulheres trabalhadoras rurais da região noroeste sul-rio-grandense, esse aporte conjuntural que faço auxilia o entendimento de que, nas experiências peruanas e espanhola citadas, as condições que produzem a pobreza, as desigualdades sociais, são *similares*. A erradicação da marginalidade das sociedades rurais é fundamental para essas mulheres que se encontram muitas vezes subordinadas a políticas excludentes tanto nas estruturas comunitárias quanto familiares, realimentando o ciclo de pobreza.

No contexto do movimento de mulheres no noroeste sul-rio-grandense e no caso espanhol, os desafios atuais para a organização das mulheres devem considerar a instauração de tarefas iniciais sobre o reconhecimento dos agentes de desenvolvimento. O conhecimento

específico das condições e das modalidades de organização familiar e comunitária em cada cultura, bem como a representação das mesmas nas diversas esferas de seu desenvolvimento, permitem visualizar as posições sobre o que é estratégico para uns e o que é poder e acesso para outros⁸.

Essa compreensão implica igualmente em tornar as mulheres visíveis, adotando estratégias que mostrem conotações de caráter local e global, e que podem traduzir-se em benefícios para outros movimentos ao considerar a família e a comunidade. Os casos peruano e espanhol, se fossem analisados sob a ótica do movimento de mulheres rurais no noroeste do Rio Grande do Sul, construiriam políticas similares em função dos processos de diferenciação camponesa nos campos econômico, social, cultural e de gênero. Poderiam também fomentar formas eficientes de desenvolvimento que respeitassem as múltiplas e distintas racionalidades econômicas nos espaços comunitários, as quais reproduzem as formas de vida, a organização social, os arranjos familiares e as redes culturais.

Os movimentos sociais femininos, no âmbito brasileiro e mundial, não objetivam somente potencializar as mulheres em suas diferentes funções e formas de participação, mas fundamentalmente tratam de incidir sobre as relações, as estruturas e os mecanismos que produzem e reproduzem a desigualdade e a exclusão. Para tanto, é necessário investigar os mecanismos, as relações na família – seu conceito e modelo dominante – transformando-a em unidade de decisão e de representação, de igualdade de gênero. É na família, núcleo dinâmico, constituído por diversas forças e relações, que são geradas formas, funções e significados únicos. Por sua função educativa, os movimentos femininos podem criar espaços de discussão articulados por bandeiras comuns.

As considerações acerca da família têm alimentado discussões e análises importantes⁹ nestes últimos anos, levando-se em conta as mudanças que vêm ocorrendo. A causa da pobreza

8 Ver: Ediciones de las Mujeres. ISIS internacional. Santiago do Chile. Fin de siglo – Gênero y Câmbio civilizatório, n. 17, diciembre 1994.

9 Ver: CALVO, Hosse. Gênero en el desarrollo rural. Lima: Sachs, 1997.

que impacta sobre os sistemas de gênero obriga os diferentes membros das instituições familiares a reorganizarem suas estratégias produtivas, suas representações sociais, culturais, etc. Daí surge a necessidade de se reconhecerem as múltiplas formas de organização familiar, como garantia de distribuição de recursos e de poder para homens e para mulheres.

Por outro lado, sabe-se que o universo rural não é um conjunto homogêneo, apesar da delimitação seccional territorial. O movimento de mulheres no noroeste do estado sulino, que apresento com maior profundidade na segunda parte deste trabalho, está articulado, com suas bandeiras de luta, aos demais movimentos sociais femininos no mundo. Viver perto de um município não implica uma “igualdade”, senão a possibilidade de uma análise que permite ver diferenças. Por exemplo, conhecer outras comunidades e seus arredores, como elas organizam suas relações com o mercado, ou participam da religiosidade familiar, pode permitir que a experiência vivenciada com o movimento de mulheres rurais se beneficie das desenvolvidas nos movimentos de mulheres peruanas ou espanholas.

Ao analisar conjunturalmente movimentos de mulheres, inicio com as diferenças entre homens e mulheres, frutos de processos históricos assimétricos. Assim, a construção de gênero, em termos de igualdade, equidade e poder, deve construir-se de acordo com cada realidade específica, nos processos cotidianos, no marco de cada cultura, considerando a diversidade das representações étnicas, culturais, sociais e econômicas, mas não esquecendo que as diversas realidades de movimentos de mulheres rurais no mundo estão em constante transformação, muitas vezes focalizando o mesmo problema, em busca das mesmas respostas.

1.1 O caso brasileiro

No item anterior, apresentei uma análise conjuntural da presença da mulher nos movimentos sociais em geral, historiando acerca do feminismo e das lutas em prol da igualdade de gênero, considerando as experiências peruana e espanhola que vivenciei como visualizações exemplares dos desafios e das conquistas efetuadas pelas mulheres. Outro fator que me levou a seleccioná-los foi o fato de possuírem uma correlação com os movimentos de mulheres no

Brasil. Agora, procedo a uma análise do movimento de mulheres no Brasil e sua relação com o movimento sindical.

Não será minha intenção maior aprofundar a temática mulher no cenário político, social e sindical no Brasil, mas sim o movimento feminino no Brasil em nosso estudo de caso: o movimento de mulheres rurais no noroeste do estado sulino.

Nos últimos anos, sobretudo com o aprofundamento da crise econômica e da violência política em geral, as mulheres rurais têm assumido funções de protagonistas em suas comunidades. É assim, conforme vimos no Peru e na Espanha, onde as mulheres rurais assumiram as funções de direção, de coordenação de novas formas de sobrevivência de suas comunidades e dos próprios movimentos.

Apesar do nível de pobreza, as mulheres, em alguns países, têm-se organizado, em busca de desenvolver atividades que lhes permitam levar algum benefício adicional para seus lares e suas comunidades. Embora trate aqui do caso brasileiro em específico, é óbvio que esse fenômeno transcende as fronteiras nacionais. Nos casos peruano e espanhol, as organizações sindicais e não governamentais têm desempenhado um importante papel na formação e na capacitação das mulheres camponesas.

As principais conquistas das mulheres em suas organizações específicas, no Brasil, vêm propiciando o reconhecimento familiar, comunitário e regional e a credibilidade das suas ações em uma sociedade cujas instituições estão em crise. Com isso, as mulheres têm conseguido valorizar seu trabalho e melhorar o nível de autoestima, fenômenos que já não poderão ser facilmente revertidos. Ainda que as situações de crise e de violência voltem com mais força, as mulheres e as suas organizações não se mostram dispostas a perderem suas conquistas e lutas.

Tratar do movimento feminista no Brasil ou dos movimentos de mulheres que surgiram a partir dos anos 60 é discorrer acerca da própria história do sindicalismo, das primeiras formas de organização do movimento operário, das reivindicações trabalhistas, das greves por melhores condições de trabalho e salário, etc. As mulheres se fizeram presentes nesses movimentos sociais, no início, como observadoras participantes e, logo após como protagonistas.

Aliás, tomando o movimento sindical brasileiro nos anos 60, a questão do empobrecimento e do arrocho salarial transformou-se em uma das bandeiras mais importantes. O sindicalismo brasileiro, como um todo, herdou da tradição marxista eixos reivindicatórios presos ao econômico. As questões que poderiam envolver as condições de vida e a reprodução social da família permaneceram em segundo plano ou subentendidas dentro das negociações salariais. Nesse contexto, o Estado continuava mantendo a mesma política assistencialista, herança do sindicalismo criado por Vargas, nos anos 30.

Na década de 1980, o movimento pela redemocratização do país cresceu, inaugurando uma nova fase de conflitos. Pode-se afirmar que, nesse momento, as práticas de mobilização, principalmente sindicais, começaram a ser redimensionadas: a estrutura sindical passou por um processo de reciclagem, criando correntes sindicais inovadoras e críticas.

O conflito começou a sair das paredes das fábricas e dos limites das relações de trabalho para atingir algumas dimensões relativas às condições de vida. As populações, nas cidades maiores, começaram a se organizar em associações de moradores e movimentos populares, percebidos pelo Estado como indesejáveis e autoritários. Essas atividades produzem ferramentas novas de interlocução com o Estado e, aos poucos, vão somando forças com os sindicatos, desencadeando movimentos de forte mobilização social, externalizada por passeatas, greves, abaixo-assinados e greves de fome.

Esse novo modelo de lutas articulou as bandeiras históricas do sindicalismo com as dos movimentos empenhados na luta pela melhoria das condições de vida. A população trabalhadora, no Brasil, começou a envolver ambos os sexos, cada um com responsabilidades na família e na comunidade onde estão inseridos.

O cenário sindical brasileiro passou a construir um novo modelo de cidadania, principalmente no campo político. Na segunda metade dos anos oitenta, a preocupação com a melhora das condições de vida atuou como uma alavanca de mobilização de diferentes atores da sociedade. Ao mesmo tempo em que o movimento sindical se renovou em sua cultura e prática, também começou a ocorrer uma união entre grupos comuns, como os das mulheres, das instituições de direitos humanos e dos sindicatos. A partir dessa confluência, iniciou-se no

Brasil a discussão sobre a contribuição das mulheres no processo sindical. Na Europa, esta já vinha se desenvolvendo dentro do próprio movimento feminista.

Ao longo dos anos oitenta, nos movimentos sociais feministas no Brasil, ocorreu uma revisão da imagem social do “ser mulher” (GRZYBOWSKI, 1987). Difundiram-se novas possibilidades e teorias que reafirmavam o princípio da equidade de gênero, e teve início um debate que transcendeu as reivindicações sindicais, abrindo para os de ordem cultural e jurídica.

Reconheço, porém, que as mulheres do segmento urbano, já no final dos anos sessenta, estavam à frente de várias práticas reivindicatórias. Participaram em 1968 do movimento Nacional da Carestia; em 1970, do movimento de luta por creches; em 1974, do movimento brasileiro pela anistia; e em 1975 criaram os grupos feministas e alguns centros de mulheres. Nas atividades desenvolvidas nesses grupos, foram constantemente avaliados e revisados os papéis sociais das mulheres – mãe, esposa, dona de casa. Mesmo que a reflexão sobre a divisão do trabalho e sobre a discriminação no mercado de trabalho não estivesse sempre presente, deve ser reconhecida a importante contribuição feminina no processo de redemocratização do país. Suas reivindicações para que fossem mudados os códigos jurídicos superados, e aprovadas leis mais coerentes com o novo contexto político e social brasileiro ganharam força (GIULANI, 1998, p. 650). As produções teóricas de várias autoras – Jacqueline Pitanguy, Marta Suplicy, Branca Moreira Alves, Sonia Correa¹⁰ – sobre o movimento sindical e o feminismo no Brasil, que ganharam força na perspectiva de uma refundamentação da prática feminista, destacam-se dentre os estudos que marcaram esse período.

A organização das mulheres trabalhadoras na Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, foi um desdobramento de três processos que se entrecruzaram no período compreendido entre os anos 70 e início dos 80, na sociedade brasileira, criando condições históricas

10 As primeiras ideias sobre *feminismo e gênero* no Brasil estão contidas nas respectivas obras: PITANGUY, Jacqueline. *O que é o feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos); MOREIRA, Branca Alves. *Espelho de Vênus: identidade social e sexual da mulher*. Grupo CERES. São Paulo: Brasiliense, 1981. CORREA, Sônia. *Gênero: reflexões conceituais, pedagógicas e estratégicas*. Recife: SOS Corpo, 1990.

para que muitos sindicatos tomassem iniciativas dirigidas às trabalhadoras de sua base. Simultaneamente, as mulheres abriram espaço para as manifestações de seus interesses no interior da estrutura sindical, favorecendo a aproximação entre sindicalismo e feminismo. Visavam à sua entrada massiva no mercado de trabalho e a criação de um novo sindicalismo. Segundo Souza-Lobo, “o movimento operário que se organizou nos anos 70 é seguramente o ator mais importante neste cenário, mas o movimento de mulheres constitui novidade” (1987, p. 27).

As questões postas no tecido social pelo movimento feminista, como a discriminação de gênero nos locais de trabalho, a dupla jornada, a caracterização das lides domésticas como trabalho, contribuíram para fomentar nas mulheres trabalhadoras, em particular nas que estavam inseridas no movimento sindical, o desejo e a vontade política de enfrentar questões no âmbito da prática sindical marcadamente masculina.

Para exemplificar esse argumento, refiro que, em 1986, no II Congresso da CUT, foi criada a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, “(...) cuja denominação tinha um razão de ser, pois, expressava a concepção subjacente à proposta de um grupo de mulheres sindicalistas e feministas que afirmaram que elas não reivindicam um espaço exclusivo e guetizado de articulação feminina, marginalizado pelas direções sindicais, mas um espaço de geração de políticas sobre a temática – a questão da mulher trabalhadora” (DELGADO, 1996, p. 35). A denominação da comissão foi alterada no 4º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (Concut) para Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora. Daí em diante, a comissão desenvolveu diversos trabalhos no âmbito sindical, interferindo na agenda política da CUT e principalmente introduzindo temas considerados problemáticos e polêmicos. A questão da saúde integral da mulher, por exemplo, passou a merecer espaço especial no interior da comissão e incorporou as reivindicações feministas como as campanhas contra a esterilização das mulheres; a luta pela legalização do aborto; a reivindicação do afastamento no primeiro trimestre de gravidez das mulheres que trabalham com radioatividade de produtos químicos e em contato direto com o público. Dentre outras questões, destacam-se ainda as lutas pelo 120 dias de licença maternidade e a licença paternidade.

No entanto, esse vínculo do movimento de mulheres com o movimento sindical, que estabelece relações entre sindicatos e mulheres trabalhadoras, tem gerado dissensões. Embora as mulheres tenham tido presença significativa no mercado de trabalho desde o início do processo de industrialização, com atuação destacada na época da luta operária, os sindicatos não as integraram à prática política, nem dividiram com elas o poder das entidades representativas de trabalhadores. A eclosão do feminismo nos anos 70 denunciou a desigualdade nas relações de gênero, baseada na dominação *versus* submissão; demonstrou seu caráter artificial, construído cultural e historicamente; revelou o duro cotidiano vivido por milhares de mulheres e tocou fundo em temas que contrariaram os valores estabelecidos, tais como violência sexual, violência doméstica, direito à opção de ter ou não filhos, direito ao prazer. Mais ágil que o sindicalismo, o feminismo desnudou a realidade das mulheres trabalhadoras.

Essa realidade é confirmada pelo aumento da presença da mulher no mercado de trabalho nos últimos anos, o que também se reflete, embora não de forma automática, na sua sindicalização. A mulher, no sindicato tão somente, não garante a luta contra as desigualdades entre homens e mulheres no que concerne à relação de trabalho. Mesmo assim, este constitui um espaço fundamental de novas construções sociais. O trabalho de Paola Cappelini Giulliani traz elementos esclarecedores para essa discussão. Ao analisar as demandas feitas pelas mulheres no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais e as das trabalhadoras urbanas, a autora conclui:

Nossa reflexão sobre a presença das mulheres no sindicato corresponde ao intuito de evidenciar a contestada e conflitiva relação mulher-sindicato. Estamos convencidas de que esta mudança no enfoque possibilitará uma profícua reflexão – em vez de insistir nos aspectos de exclusão – da inserção das trabalhadoras neste espaço político. (GIULANI, 1998, p. 257).

A questão da inclusão é um dos objetivos de análise deste estudo. A exemplo do trabalho de Giulliani, nossa inserção no movimento de mulheres rurais no noroeste do Rio Grande do Sul aponta o fato de que a mulher, feminista ou não, é modificadora de práticas sociais. A sua presença, em explícito contraste com a dos homens, em movimentos locais, comunitários e sindicais, pode ocorrer ou por uma mútua procura e pela necessidade vivida

em seu cotidiano, ou pelo próprio surgimento das indagações que norteiam o feminismo no interior de grupos de mulheres no sindicato, independente de qualquer contato efetivo com outros movimentos.

Pesquisas indicam, no caso das trabalhadoras rurais, que os laços familiares são referência importante na socialização da vida sindical. O pai associado transmite para a família, aos filhos e às filhas o significado da militância, de ser sócio, e os incentiva à participação, mesmo que apenas para a prática comum do assistencialismo médico e jurídico.

As lutas das mulheres, no entanto, não se restringem a esses itens. Para muitas trabalhadoras urbanas e rurais, a sindicalização não é movida pelos serviços e benefícios fornecidos pelo sindicato, mas responde ao desejo de fazer algo em prol da categoria, de ajudar algum familiar dirigente, ou de conhecer por dentro a organização.

A maioria dos atuais sindicalistas homens faz parte de uma geração que atua politicamente no cenário nacional a partir de meados da década de oitenta. Mas o fato de serem relativamente jovens na força sindical não deve ser interpretado como sinônimo de imaturidade política. As mulheres, ao participarem de movimentos de trabalhadoras, de grupos de jovens, de clubes de mães, de pastorais, de movimentos de bairros, etc., aprendem os princípios da militância, do voluntariado, da paixão na luta – uma postura distinta da dos seus pais que, nos anos 60, encontravam-se politicamente bloqueados, devido ao regime de controle dos sindicatos e dos movimentos sociais pelo Estado.

Para ilustrar a atuação da mulher na sociedade contemporânea, estudos realizados no plano internacional e também no Brasil têm demonstrado que, a despeito dos diferenciais em termos de acesso ao trabalho, ao salário e à renda, nas lutas do movimento sindical as mulheres aplicam prioritariamente os recursos econômicos a que têm acesso em bens e serviços que favoreçam a qualidade de vida e o bem-estar das famílias, o que incide sobre as condições sociais mais amplas (CORREIA, 1990). Ao verificar os dados do IBGE referentes ao saneamento básico e ao acesso à água potável, as análises concluem que, em todas as situações domiciliares e faixas de renda, as unidades matrifocais têm melhores condições de habitabilidade.

Evidências como essa têm promovido, no interior da esfera sindical, uma nova ótica no campo do debate sobre gênero e desenvolvimento, o que Caroline Moser denomina como sendo a “lógica da eficiência”. A autora afirma que, entre 1970 e 1990, as mulheres foram deslocadas da condição de “recursos subutilizados do desenvolvimento” para a posição de “melhores gestoras de recursos naturais, econômicos e sociais”. E não é difícil compreender como e por que as habilidades femininas, no jargão popular, “de tirar leite de pedra”¹¹ se tornaram atrativas em termos de programas de erradicação da pobreza nas atuais condições de crise global, de ajustes macroeconômicos e de retração do papel do Estado.

Para termos um exemplo da incidência do trabalho feminino na economia mundial, basta acessar o relatório do Banco Mundial, de 1996¹². O documento propõe “o aumento dos investimentos em educação, em especial para as meninas, e a promoção dos direitos das mulheres, habilitando-as política e economicamente”. O documento justifica da seguinte maneira essa nova ênfase:

(...) a educação das meninas e mulheres é particularmente proveitosa para a saúde das unidades familiares, já que são sobretudo as mulheres que compram e preparam os alimentos, mantêm a limpeza do lar, cuidam das crianças e dos velhos e iniciam os contatos com o sistema de saúde. Ou ainda expresso de forma mais circunstanciada; (...) quando se elimina a discriminação – no mercado de trabalho, no acesso ao crédito, no direito à propriedade, etc. – poder-se-á aumentar a remuneração e a segurança financeira da mulher, o que (...) pode promover a saúde da família (...). Para desempenhar suas funções como mães e administradoras da família, é indispensável que as próprias mulheres gozem de boa saúde, (...) mas em muitos países em desenvolvimento os serviços de saúde são, com frequência, limitados a ocupar-se da mulher como mãe (MOSER apud PITANGUY, 1993, p. 90).

11 Expressão que deriva da capacidade da mulher de atuar no gerenciamento da estrutura da economia familiar.

12 Para ter acesso aos dados referentes ao trabalho feminino no mundo: <http://www.repem.org> ou www.unifem.org.br

Não bastasse a opressão sobre o trabalho feminino, a educação das meninas também não é preconizada como um princípio ético, como um dos caminhos para a superação da desigualdade. É considerada apenas sob uma perspectiva instrumental (para propiciar a melhoria das condições familiares e sociais de saúde). Ou seja, caso o nível educacional das meninas – que constitui um investimento econômico das famílias, da sociedade e do Estado – não tenha repercussões sobre sua renda futura, isso parece não ter importância mais elevada. Aliás, é o que vem ocorrendo no caso brasileiro, em que as taxas de escolaridade das mulheres jovens cresceram sistematicamente desde a década de 70, sem que se observasse um reflexo mais direto no plano dos níveis salariais femininos.

Observei que, entre a invisibilidade das mulheres (característica dos anos 70) e a lógica da eficiência feminina, com participação no sindicalismo nos anos 90, deixou-se escapar o mais importante: a formulação de estratégias de curto, médio e longo prazos voltadas à transformação das relações de gênero, como fator de produção, do fim da desigualdade e da pobreza. Esses desafios vêm sendo abraçados pelos movimentos de mulheres no Brasil e se relacionam diretamente com a nossa pesquisa. Os dados apresentados pelo Banco Mundial identificam e comprovam a capacidade das mulheres em gerenciar a sustentabilidade familiar, embora não criem mecanismos de combate e saneamento dos problemas crônicos que envolvam a sobrevivência feminina e familiar.

Hoje, as questões postas pelo feminismo, como as relações de gênero, a igualdade salarial, as políticas de saúde feminina e de acesso aos mesmos direitos que os homens sem dúvida ocupam lugar nas agendas das duas maiores centrais sindicais brasileiras – CUT e Força Sindical. Para ambas seguramente o caminho não foi fácil, caracterizou-se uma trajetória de conflitos e polêmicas, em que as mulheres conseguiram introduzir as suas discussões nas agendas das centrais.

1.2 O sindicalismo agrário e as mulheres trabalhadoras rurais

No desenvolvimento anterior, discorri sobre as primeiras expressões dos movimentos feministas no Brasil, que ocorreram no seio da estrutura sindical, especialmente nos centros

urbanos. Justifico assim a abordagem do movimento sindical em sua generalidade, embora o foco do meu estudo esteja vinculado ao meio rural.

O meu objetivo não é discorrer acerca da trajetória do sindicalismo brasileiro ou a sua relação com o feminismo, mas construir o alicerce de uma análise maior, mais específica: o surgimento do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no noroeste do Rio Grande do Sul, articulada com a ASTRI. Para isso, reconstruo a história do sindicalismo agrário no Brasil e no Rio Grande do Sul, bem como o movimento de mulheres rurais, subordinados aos mesmos, historiando o seu surgimento e suas estratégias de mobilização. Em seguida, avanço acerca da história da ASTRI, sua caracterização regional e o perfil do movimento de mulheres rurais inseridas no seu contexto. Com isso, busco explicitar o modo como o trabalho se estrutura, representado por uma figura piramidal: a partir de uma abordagem ampla, tanto no tempo como no espaço, o desenvolvimento tem como objetivo realizar uma incursão no tema sobre movimentos sociais, feminismo, sindicalismo agrário e movimento de mulheres trabalhadoras rurais.

Ao historiar sobre o sindicalismo agrário no Brasil, devemos ter claro que o camponês permaneceu à margem do sindicalismo durante longo período e, quando deu os primeiros passos na área sindical, os sindicatos urbanos já estavam funcionando há vários anos, acumulando longa experiência.

Vários autores procuram explicar os motivos desse tardio ingresso dos(as) trabalhadores(as) rurais na organização sindical. Entre as causas apontadas, destacam as condições de vida desses trabalhadores, a longa distância que os separa de grandes centros industriais, o baixo poder aquisitivo, a falta ou os escassos meios de comunicação, a pouca cultura, a concentração de terras.

Na realidade, quinze anos após a libertação dos escravos, o Decreto 979, de 1903, garantia o direito de associação dos profissionais e industriais rurais (NAVARRO, 1989, p. 34). Contudo, os trabalhadores, e não apenas os negros, possuíam as marcas do medo, originadas do domínio que sofreram e que continuavam a sofrer, pois, ainda que “livres”, estavam obrigados a trabalhar para o mesmo senhor, que era o único detentor das terras, de tal forma que

os problemas continuavam existindo com igual ou maior intensidade que anteriormente. De outra parte, os grandes proprietários exerciam forte influência sobre governos e legisladores, o que serviu de breque reacionário a desestimular a sindicalização agrária. Aliada a isso, a legislação previa a associação de patrão e empregado em uma única entidade.

Embora tenha sido a partir da década de 50 que os trabalhadores rurais passaram a se organizar mais solidamente em sindicatos, ocorreram inúmeras manifestações anteriores que contaram com a participação ativa dos trabalhadores rurais, como a Cabanagem, no Pará (1835); o Bloco Operário e Camponês do Rio de Janeiro (1938) e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos – RJ (1926). Essas tentativas de organização de camponeses, embora válidas, constituíram-se isoladamente, e a maioria delas sem continuidade. A partir de 1960 é que se intensificaram as experiências de organização sindical dos trabalhadores rurais.

Conquanto várias vezes a legislação fizesse referência aos direitos dos trabalhadores rurais (DEC 979/1903, Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943...), foi com o Estatuto do Trabalhador Rural, de março de 1963, que a legislação trabalhista chegou de maneira mais efetiva ao campo, protegendo especialmente os assalariados rurais. Para os trabalhadores não assalariados, o significado do Estatuto do Trabalhador Rural não foi grande, tendo mais importância os itens referentes aos estabelecimentos dos sindicatos que, em linhas gerais, adotavam as mesmas normas do sindicalismo urbano.

O desencadeamento do movimento sindical dos trabalhadores rurais esteve aliado à experiência urbana, que serviu de guia às crescentes necessidades dos trabalhadores rurais, como a falta de terra ou terra insuficiente, o baixo poder aquisitivo, os problemas da política agrícola – que afetavam sobretudo os pequenos proprietários, parceiros e arrendatários –, a assistência técnica, o crédito, os preços mínimos, dentre outras. Alguns fatos animadores contribuíram para motivação interna dos grupos, destacando-se, no sul do Brasil, as áreas de colonização italiana, alemã, polonesa, inclusive na região noroeste sul-rio-grandense, caracterizadas pelo espírito coletivo e associativista, o que contribuiu para minorar as dificuldades do campo. Já no nordeste do Brasil, onde a escravidão teve um peso dominante,

as motivações internas de liberdade se somavam ao agravamento do problema, de modo especial no período da seca.

É bastante conhecido o episódio do Engenho da Galileia, situado em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Em busca de amenizar os problemas que cercavam suas famílias, um grupo de trabalhadores rurais fundou a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco – SAPPP – em 1955. Mais tarde esta sociedade foi denominada “Liga Camponesa da Galileia”. Suas finalidades iniciais eram organizar uma escola primária e criar um fundo para a compra de caixões destinados aos enterros, sobretudo de crianças, pois a mortalidade infantil era bastante alta na região. Logo, as cerca de 140 famílias que viviam em 500 hectares passaram a lutar contra o aumento do valor do arrendamento pago ao proprietário do engenho e a resistir à expulsão sumária. Ameaçados de despejo e pressionados, os trabalhadores daquele engenho continuaram organizados, buscando vencer suas dificuldades. Ganharam o apoio da Justiça e da Assembleia Legislativa do Estado, o que ocorreu especialmente pela intervenção de Francisco Julião, advogado da Associação.

A partir deste exemplo vitorioso de um agrupamento no nordeste do Brasil, estavam dadas as condições para a organização dos trabalhadores rurais. Nas regiões do Sul e Nordeste, suas necessidades, motivações e o espírito coletivo lançaram as primeiras raízes e serviram de exemplo para outras áreas do país. Vários grupos se aproximaram dos trabalhadores rurais, dentre eles a Igreja católica, procurando despertá-los para a necessidade de se organizarem. Uns pretendiam valorizá-los como pessoas; outros viam neles apenas uma força de trabalho, geradora de riqueza para poucos; outros ainda se serviam deles como instrumentos de mudanças sociais ou de manutenção de privilégios.

A Igreja católica, em especial, que de longa data vinha se preocupando com a questão social no Brasil, procurou readaptar-se e aproximar-se dos habitantes rurais. Em 1954, no Rio Grande do Norte, Dom Eugênio Sales criou o Serviço de Assistência Rural, tendo como uma de suas bandeiras a Reforma Agrária. Na época, a Igreja colaborou na organização do primeiro sindicato de assalariados rurais e não apenas no norte do país.

É importante destacar que o papel da Igreja nem sempre foi de apoio aos movimentos sociais e à inserção das mulheres no sindicalismo agrário. Ao fazer um recuo histórico, constatamos, através de depoimentos das famílias de colonos, que essa instituição visava a manter o *status quo*, outorgando-se o dever e o direito de aplicar, como antigamente, diferentes formas de pressão sobre as pequenas comunidades de colonos imigrantes. A família, núcleo social e econômico por excelência, devia manter a coesão interna e a imagem externa a qualquer preço¹³, pois era por seu intermédio que o controle da sociedade se efetivava.

O esforço impresso pelo clero sobre as comunidades de colonos imigrantes, no início da colonização, no sentido da manutenção das regras e normas sociais, continua presente em muito aspectos nos valores e nas expectativas alimentados em relação à mulher em famílias da região noroeste do RS.

Com o passar dos anos, a Igreja no Brasil e na América Latina, através dos Concílios de Medellin e Puebla, começou a encarnar a “opção pelos pobres” nas teorias da teologia da Libertação. Em 1959, em um encontro em Campina Grande, na Paraíba, a Igreja aprovou a implantação de “serviços de orientação rural”, objetivando dinamizar a fundação de sindicatos de trabalhadores rurais. Nesse período surgiu a “Frente Agrária”, no sul, a “Juventude Agrária Católica”, a “Ação Católica Rural”, e o “Movimento de Educação de Base”, organismos ligados à Igreja e colocados à disposição do movimento sindical.

O primeiro grupo da Igreja a entrar em ação foi um moderado, que alguns estudiosos denominam “conservador”, o qual estimulou, por exemplo, no Rio Grande do Sul, a criação da Frente Agrária Gaúcha (FAG), além de incentivar a criação de sindicatos de trabalhadores rurais cristãos, com forte propaganda contra o comunismo e contra a organização das ligas camponesas.

Um segundo grupo ligado à Igreja foi a Ação Popular, de orientação marxista, que, após o golpe de 1964, transformou-se em uma organização clandestina. A Ação Popular até a data

13 A limitação imposta sobre a sexualidade, por exemplo, restringindo-a ao matrimônio católico, foi preconizada pelo Concílio de Trento (1545-1563).

do golpe era formada por católicos com uma preocupação social diversa daquela da cúpula da Igreja. Atuavam no sindicalismo com propostas de alterações radicais na estrutura agrária e nas relações no campo.

De 1960 a 1964, o sindicalismo viveu um momento de forte efervescência e disputa política devido ao grande entusiasmo com a proposta de reformas de base, que compreendiam desde a reforma universitária até a agrária. Assim, aos poucos, começaram a se formarem os sindicatos de trabalhadores rurais, inicialmente, os de produtores autônomos de pequenos proprietários. Os dos trabalhadores rurais se organizaram mais tarde.

Em 1962 (CONTAG, 1991) foi realizado o I Congresso Brasileiro de Sindicatos Rurais, de 15 a 25 de julho, em Natal, capital do Rio Grande do Norte, reunindo 320 pessoas de todo o Brasil. No final de 1963, após o impulso dado pela publicação do Estatuto do Trabalhador, pela lei nº 4.214, o movimento sindical camponês contava com 475 sindicatos fundados, 220 sindicatos reconhecidos e 29 federações instaladas em 18 estados. Em 31 de janeiro de 1964, a CONTAG era reconhecida pelo decreto nº 53.517, mas, em abril de 1964, sofreu intervenção militar, assumindo seu destino uma junta governativa que a conduziu durante um ano. Com o golpe militar, o movimento sindical dos trabalhadores rurais enfraqueceu, sindicatos foram fechados e vários sofreram intervenções.

O sindicalismo agrário gaúcho não foi diferente do de outras regiões do Brasil. Para entendermos sua origem e evolução, é necessário fazer um recuo histórico, apontando seus avanços e retrocessos, até chegarmos à atualidade.

A primeira notícia leva a 1910, na cidade de Nova Petrópolis, no RS, aos “profissionais da agricultura e indústrias rurais”, que fundaram um sindicato agrícola com a denominação *Bauernverein Nova Petrópolis*, “para a defesa dos interesses de ordem econômica, social ou moral, comuns aos associados”. De acordo com o estatuto desse sindicato (FETAG, 1970, fl. 3), seu fim era a produção de cereais. Em uma ata ainda existente, datada de 21 de agosto de 1910, está registrada a eleição da diretoria e do conselho administrativo, contando com a assinatura de 20 participantes.

A origem do sindicato de Nova Petrópolis está diretamente ligada ao Padre Teodoro Amstad, um suíço que veio ao Rio Grande do Sul em 1885, para “atender” os imigrantes alemães e seus descendentes, nas questões relacionadas à organização religiosa e econômica da colônia. Foi ele quem, com a colaboração de 19 associados, instituiu, em 1902, “a caixa do crédito rural” em Nova Petrópolis, apontada por estudiosos como a primeira instituição do gênero no Brasil. Pelas informações colhidas, o sindicato funcionou com essa caixa de crédito rural e, embora não tenha sobrevivido por muitos anos, foi uma experiência pioneira importante. Os resultados deste embrião apresentam-se hoje nas cooperativas de crédito e de produção.

A partir da década de 30, com a política nacionalista de Vargas e, posteriormente, a implantação do Estado Novo em 1937, o sindicalismo gaúcho como um todo passou a caminhar dentro de um mesmo eixo, atrelado ao Ministério do Trabalho, desenvolvendo políticas assistencialistas às massas de trabalhadores.

Na década de 60, no Rio Grande do Sul, duas tendências nacionais do sindicalismo se levantaram: de um lado, atuava o MASTER, baseado em associações civis, como ligas camponesas, que promoviam acampamentos e manifestações em prol da Reforma Agrária Radical, apoiadas pelo então governador Leonel Brizola e seu primo João Calixto; de outro, a FAG, que investiu mais na formação de sindicatos, com apoio legal, seguindo o exemplo dos demais grupos ligados à Igreja conservadora.

O MASTER surgiu na cidade de Encruzilhada do Sul - RS, quando 300 famílias foram ameaçadas de expulsão das terras pelo proprietário. As famílias se organizaram e resistiram vitoriosamente, o que serviu de exemplo para a proliferação de outras associações de mesma linha¹⁴.

O salto numérico verificado em 1965 ocorreu, basicamente, em função de um programa de sindicalização rural posto em prática pela FAG. É importante esclarecer que esses números são os que constam nos arquivos da FETAG, indicando que foi entre 1965 e 1970 que ocorreu o maior número de reconhecimento de sindicatos de trabalhadores rurais no estado.

14 Ver: LECHAT, Noëlle. *A questão de gênero no MST*. 1993. Dissertação. UNICAMP. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

É extremamente complexo reconstruir a trajetória inicial dos sindicatos de trabalhadores rurais no estado. Isso porque existiam, na época, muitos sindicatos só no papel; outros, existentes de fato, desapareceram sem deixar memória escrita – mesmo assim, deixariam vestígios importantes e possíveis de serem identificados.

A expansão do sindicalismo agrário no Rio Grande do Sul pela FAG está estreitamente ligada ao grau de organização das comunidades em torno da Igreja Católica e Protestante. Entre as comunidades de origem alemã e italiana, nas quais o padre ou o pastor exerciam forte influência sobre a população, a entidade conhecia rápida expansão. Os professores rurais tiveram papel importante, atuando como elo entre a comunidade e a estrutura da FAG em âmbito mais amplo. Sua proposta atraía os pequenos proprietários das regiões coloniais, pois defendia a produção familiar.

O irmão Miguel Dario, sem dúvida a principal referência da FAG de 1962 até 1976, escreveu um artigo na “Revista Rural Tatu”, nº 13, 1972 em que, ao se referir à Educação no meio rural, afirmava:

Para a perfeita tranqüilidade e bem-estar do lar, a dona de casa deve ser pessoa capaz de desenvolver, com conhecimento de causa, algumas atividades que dizem respeito ao arranjo do lar, corte e costura, preparação da alimentação, higiene e saúde, puericultura e educação dos filhos.

E mais adiante:

Para a mãe de família, que desde o seio materno até a idade adulta, dá a vida e modela a personalidade do futuro cidadão, pouco lhe é dado de formação. E, em centros urbanos maiores, as jovens têm a oportunidade de formação para o lar, e mais conhecimentos fundamentais para uma sadia estruturação social, já no meio rural, estas oportunidades são raras, quase inexistentes (1972, p. 8).

Concluindo, o autor expõe: “Conscientes desta realidade e, convictos de que a mulher deve participar ativamente da comunidade em que vive, é que nos propomos proporcionar às senhoras do meio rural, cursos específicos de formação para a dona de casa, e o bom desempenho de sua missão de esposa, mãe e educadora” (Idem, 1972, p. 22).

Conforme descrito anteriormente, desde o final dos anos 70, o sindicalismo agrário gaúcho já produzia uma imagem estereotipada da mulher rural, colocando-a em posturas e comportamentos absolutamente privados, na esfera do doméstico. Vários cursos de formação sindical apoiados pela FAG e pelo Ministério da Agricultura ocorreram em 18 localidades do estado de 1968 a 1977, atingindo 23.648 jovens, reproduzindo comportamentos e visões inseridas na realidade sindical rural. Esses processos de educação foram os formadores de grande parte das ideologias e posturas políticas presentes no sindicalismo gaúcho na atualidade.

Em 1976, a FAG, por seus delegados regionais e municipais, todos agricultores, em uma assembleia estadual, aprovou por unanimidade o surgimento da FETAG. O apoio da Igreja, com a cedência de um espaço pela Cúria Metropolitana, na rua Espírito Santo, 55, em Porto Alegre, foi fundamental para a nova imagem do sindicalismo agrário que estava surgindo no Rio Grande do Sul. A FETAG surgiu com a reformulação da FAG, posteriormente extinta. A nova federação procurou dar uma nova imagem ao sindicalismo, mais combativa e mais representativa dos interesses dos agricultores.

A partir de meados de 1970, o sindicalismo agrário gaúcho foi marcado por mudanças significativas. A partir delas é que passou a prestar serviço no campo da previdência social, o que propiciou um crescimento do número de associados e permitiu a estruturação patrimonial dos sindicatos e da FETAG. Esse período foi caracterizado também pelo mais absoluto controle da vida sindical, exercido pelo Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). O Ministério controlava o emprego dos recursos arrecadados pelo imposto sindical, que deveriam ser aplicados para fins pré-determinados pelo governo. Além disso, a DRT exercia controle pela própria lei, impondo um estatuto padrão. Há depoimentos de lideranças sindicais que denotam intervenções políticas em sindicatos, com destituição de diretoria sob o falso pretexto de corrupção e desvio de verbas. Os sindicatos mais perseguidos foram aqueles ligados a grupos de oposição ao militarismo implantado no país em 1964.

Os sindicatos de trabalhadores rurais, a partir da década de 70, passaram a receber incentivo do governo para desempenharem tarefas ligadas à assistência social em geral. Este aspecto foi acentuado, especificamente, no que se refere ao atendimento médico e odontológico e no encaminhamento de aposentadoria.

Na época, as tarefas nos sindicatos eram complexas. Enquanto, de um lado, o governo garantia serviços assistenciais, prestados pelos sindicatos através da legislação, de outro, os sindicatos tinham interesse na questão, pois politicamente era importante a eles a prestação de benefícios à categoria – esses que anteriormente não existiam e que agora auxiliavam no fortalecimento do sindicalismo, o que, de certa forma, agradava aos dois lados. Com o atendimento médico e odontológico no sindicato, os agricultores se viam obrigados a se associarem para usufruírem dos benefícios dessa assistência.

Por isso, na década de 70, nos documentos arquivados, encontram-se inúmeras manifestações de apoio e agradecimento ao governo, emitidas pela diretoria da FETAG. Um lema muito divulgado na época e que orientava a conduta da entidade era “reivindicar com dignidade e cooperar com lealdade”; assim, o reivindicar radicalizado ficava no discurso, que não acontecia na prática em função do período ditatorial. Questionar o governo seria motivo suficiente para que ocorresse a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos.

Esse discurso reivindicatório seria uma espécie de afirmação do próprio sindicalismo, ou seja, embora reconhecesse que o crescimento dos sindicatos se dava basicamente devido à prestação de serviços, admitir isso publicamente seria equiparar o sindicalismo às repartições públicas e colocá-lo como mero prestador de serviços. Por isso, a “reivindicação” que, de um lado representava a tentativa de desvincular o sindicato do governo, de outro, tinha no acesso aos benefícios da previdência social uma conquista, o resultado de uma reivindicação.

Com a assistência via sindicatos, o governo buscava mais do que prestar serviço, visava, efetivamente, a controlá-los, amarrá-los às ações do poder público, criando dependência ao Estado, o que os obrigava a serem fiéis, sob pena de perderem as verbas e sofrerem intervenção. Objetivava também eliminar a possibilidade de fortalecimento de sindicatos com uma postura mais crítica, que pudesse contestar a legitimidade do poder controlado pelos militares. E o objetivo de aniquilar os sindicatos mais contestadores, por esse ou por outro meio, foi atingido pelos governantes da época.

O Estado controlava o sindicalismo no campo e o impedia de ser autêntico, mas a estrutura sindical gaúcha acabou por reproduzir um movimento pouco combativo, produzindo relações de cordialidade e de reciprocidade com os aparelhos estatais.

As eleições das diretorias sindicais, realizadas a cada três anos, no decorrer dos anos de 1980 e 1990 foram influenciadas pelas diversas conjunturas do período. Na metade dos anos 80, os sindicatos se mobilizaram, ao lado dos partidos políticos, da Igreja Católica, dos movimentos populares e das organizações não governamentais, procurando contribuir na elaboração da Carta Constitucional. Por outro lado, ao longo de toda a década de 80, o trabalho sofreu profundas crises de reestruturação em grandes partes do mundo, e as entidades sindicais como um todo mergulharam no debate de uma série de novas temáticas, como a modernização tecnológica, a reestruturação dos processos produtivos, a política salarial, a revisão da legislação do trabalho, a transformação da agricultura em face de expansão do complexo agroindustrial e a reforma agrária.

Uma série de entidades do estado participaram das eleições das diretorias sindicais, na década de 80, apoiando os candidatos ou opondo-se às suas ideias, desenvolvendo um clima rico de relações com diversos segmentos sociais. A difusão da pluralidade ideológica nas centrais sindicais em âmbito brasileiro, recentemente formadas, contribuiu para neutralizar a hegemonia da geração de dirigentes formados anteriormente aos anos 80.

O desenvolvimento da política sindical nos idos dos anos 70/80 no Brasil e, particularmente, no Rio Grande do Sul, tornou-se importante para a compreensão conjuntural dos objetivos e bandeiras de luta desse movimento. Mas o objetivo maior está em mostrar que a presença da mulher trabalhadora rural, principalmente na década de 70, no sindicalismo gaúcho e brasileiro, foi de exclusão na participação das instâncias de decisão da FETAG. Esse novo momento político brasileiro, na década de 80, com garantias constitucionais a todos os cidadãos, abriu possibilidades de as mulheres se integrarem no cenário sindical.

Para as trabalhadoras, o engajamento sindical pareceu tornar-se, nesse momento, mais importante que o da própria identidade profissional e, às vezes, até mais que as responsabilidades domésticas. Elas se mostraram conscientes das responsabilidades que assumiram, porque costumam associá-las à militância e à defesa da categoria profissional. Poucas vezes suas motivações

limitaram-se, simplesmente, a “ajudar na direção do sindicato”. Além disso, as mulheres têm consciência de que deverão vencer dois novos desafios: no nível prático, deverão atuar nos espaços do sindicato, da empresa e da família; no nível político e cultural, deverão defender mudanças no âmbito das relações interpessoais e de gênero, que são bastante distintas nos três espaços.

O alicerce da pesquisa se detém no histórico do sindicalismo brasileiro e gaúcho, com o propósito de entender a caminhada das mulheres trabalhadoras rurais na estrutura sindical agrária gaúcha, chegando ao foco principal – as mulheres rurais do noroeste sulino. Para tecer uma análise conjuntural da situação da mulher trabalhadora rural, não há dúvida, é necessário que se entenda a sua presença na questão sindical e agrária brasileira. Na definição de Silva:

(...) a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção na agricultura familiar. Mudanças nas relações de produção implicam mudanças nas relações de força entre as classes sociais e repercutem no Estado. Por isto, a questão agrária deixa de ser uma questão restrita ao campo e envolve a sociedade inteira. As contradições embutidas nas relações de produção e as lutas sociais do campo viram questão agrária quando se tornam um problema político para o todo (1988, p. 11).

Por isso, do ponto de vista dos(as) trabalhadores(as) rurais, a estrutura agrária brasileira comporta uma complexa heterogeneidade e desigualdade de relações sociais, provocadas pelas formas diferenciadas de expansão capitalista na agricultura. Atrás dessas formas, a expansão capitalista no campo se apresenta como um processo contraditório, com duas expressões que se renovam à expropriação – separação dos trabalhadores rurais da terra e dos meios de produção; e a exploração – a apropriação do trabalho dos(as) agricultores(as) do campo pelo próprio sistema político-econômico vigente (Idem, 1988).

É fundamental ter em mente que, em virtude do processo de modernização da agricultura na virada dos anos 50 para os anos 60, iniciou-se o êxodo de trabalhadores rurais para as cidades. Nesse momento surgiu, lentamente, a participação da mulher no contexto da manutenção familiar, onde desempenha papel de relevante importância. E é preciso recordar que homem e mulher são responsáveis pela sobrevivência do próprio núcleo familiar da comunidade onde estão inseridos. A figura central da trabalhadora rural, como mãe e dona de casa,

tem um papel preponderante. Esse papel “portas adentro” inclui uma fortíssima determinação de saber como fazer, o que está bem e o que está mal, um saber transmitido para muito além de discursos pedagógicos.

Situando-se nessa perspectiva, além do papel formativo, nas mulheres radica a custódia e a transmissão da cultura oral, que é o fundamento da identidade dos grupos populares no meio rural, das tradições locais e dos diferentes grupos étnicos. A maternidade, em suas múltiplas dimensões, é, igualmente, um dos principais espaços no meio rural de poder e de presença das mulheres brasileiras e latino-americanas no plano da vida cotidiana. Tem produzido a autossuficiência e a proteção dos filhos e, no plano simbólico, tem logrado assumir um papel central e sagrado. É terreno próprio de uma posição que não requer disputa e que outorga legitimidade própria e social.

Na história das mulheres, o custo da propriedade materna é indiscutível: nenhum preço é pago a elas no seu terreno próprio. A falta da presença e da responsabilidade paternas tem criado uma secular expectativa cultural, que, em muitos casos, é uma necessidade real: a mulher tem sido capaz de assumir toda a responsabilidade familiar, tanto o cuidado dos filhos como as atividades de subsistência. Do ponto de vista das relações maternas, estudos antropológicos recentes têm destacado que, na cultura latino americana, a diferenciação para o gênero se traduz em cada mulher, em cada contexto político e cultural¹⁵.

Nessa perspectiva, aos poucos, a mobilização das trabalhadoras rurais no Brasil começou a ilustrar uma nova capacidade – a de vincular reflexões sobre a vida doméstica às demandas de suas comunidades, clubes de mães e do movimento sindical. As mulheres trabalhadoras rurais aprenderam a expressar suas riquezas e potencialidades criadoras e gerenciadoras, contestando a divisão sexual do trabalho, evoluindo em suas bandeiras de reivindicações para o espaço do movimento sindical e feminista.

15 O mais importante papel atribuído às mulheres pela história é o da maternidade. Sua identificação como mãe, esposa, trabalhadora, está ligada a esse papel. Em nenhum momento da história se tentou questionar tais papéis. Ver: ANDERSON, Bonnie S. *Historia de las mujeres: una historia propia*. Barcelona: Editora Crítica – Instituto de investigaciones feministas, 2000.

A inserção das mulheres trabalhadoras rurais no mercado de trabalho sempre se revestiu de preconceitos, de irregularidades e de provisoriedade, prevalecendo a ideia de que elas são as principais reprodutoras da cultura e dos valores patriarcais predominantes na sociedade brasileira rural.

Os trabalhadores rurais brasileiros, em função de um “desenvolvimento contínuo, heterogêneo, diversificado, contraditório do capitalismo na agricultura” (SILVA, 1988, p, 66) fazem parte de uma divisão do trabalho e de uma organização social bem mais complexas. O processo de modernização da agricultura das últimas décadas, tendo por base a subordinação aos blocos de capitais agroindustriais, viabilizados pelos pacotes de políticas agrárias e agrícolas do Estado, acelerou a industrialização e a urbanização diferencial do campo. O mais acentuado processo de socialização do trabalho agrícola ocorreu juntamente com a maior concentração fundiária, a modernização dos latifúndios em certas regiões e a sua recriação em outras. A expansão de empresas agrícolas, a intensificação da expropriação de camponeses/as, as novas formas de assalariamento, a mercantilização e a monetarização da produção e das relações sociais, a internacionalização de mercados e de setores que intervêm na agricultura foram os grandes agentes dessa mudança.

Importa destacar aqui o fato de que a socialização da estrutura agrária, provocada pelo desenvolvimento capitalista, exprime, necessariamente, formas diferenciais de integração e de exclusão, de subordinação e de marginalização dos trabalhadores rurais. Essas contradições de um mesmo processo econômico e político contribuem principalmente para alargar os espaços dos papéis entre homens e mulheres no meio rural.

O novo processo de modernização da agricultura encobriu a identidade feminina na produção familiar e reafirmou os papéis de reprodução, domesticação e de educação dos filhos. Se analisado por outro ângulo, desde que surgiu a agricultura, a mulher desempenha um papel determinado no trato com a terra. A agricultora não permaneceu apenas no âmbito do lar, cuidando dos filhos, mas sempre acompanhou em igualdade de função o marido na produção, cumprindo uma rotina que começa antes mesmo do nascer do sol. É fazer o chimarrão, tirar o leite, dar o milho para as galinhas, a ração para os porcos, e só então fazer o café. Depois, é ir para a roça, capinar, arar, plantar, adubar ou colher. Quando a noite chega, é hora de fazer o

jantar, lavar, passar e limpar a casa. Resume a rotina diária feminina: “(...) na hora do serviço doméstico o homem descansa, atirado no sofá.. Coisa da casa não é trabalho, dizem na sua maioria, mas certamente nunca lavaram um pano”¹⁶.

As experiências de vida relatadas pelas mulheres rurais mostram que, em seu cotidiano, não há uma clara distinção entre os limites do lar e os do trabalho, entre as atividades domésticas e as tarefas agrícolas. A mobilização das mulheres rurais não se formou na prática sindical, mas a partir de debates sobre as condições de vida, realizadas em pequenos grupos, a maioria de matriz religiosa ligada às pastorais. No domingo, depois da missa, vem o tempo de participar dos grupos de reflexões. Ali leem a Bíblia e fazem um paralelo com a realidade vivida no campo. As mulheres vão percebendo que são exploradas, que elas trabalham sem ter direito a benefício algum, que não são ninguém, que “o macho manda”, que elas são submissas e seu trabalho não é reconhecido.

A participação nesses grupos comunitários, organizados pela Igreja Católica das dioceses e das paróquias, resgata as práticas educativas no seio da família e na comunidade, nas quais a mulher é considerada o mais importante artífice de solidariedade. A reflexão apoia-se em temas bíblicos, interpretados pela doutrina da Teologia da Libertação, na ótica da mulher.

Com a crise do pensamento marxista e o desmantelamento do socialismo real no final dos anos 80, o projeto revolucionário, que tinha na experiência histórica do Leste uma espécie de “âncora na realidade”, vê sua contemporaneidade questionada no horizonte das transformações sociais. Com isso são reduzidas as possibilidades de pensar uma sociedade alternativa ao capitalismo no imaginário político. Esse processo incidiu sobre o movimento popular, subtraindo um dos conteúdos que dava suporte a sua utopia: a ideia de mudança, de transformação e de igualdade.

Esses pressupostos teóricos da igualdade de gênero, da transformação social, do respeito as diferenças nasceram no coletivo dos movimentos de mulheres rurais, em grande parte no mesmo instante em que a Igreja, a partir dos anos 50, principalmente na América Latina e no Brasil, pregava a Teologia da Libertação e as pastorais sociais afirmavam a “opção pelos

¹⁶ Depoimento de D.B, de Colônia Santo Antônio – Ijuí, 1999.

pobres”, como uma máxima ética – uma política para a militância cristã. Esses setores da Igreja constituíram-se em importantes forças propulsoras da conscientização feminina no campo. Ao relacionar fé e política, ligando a reflexão bíblica à transformação da realidade, a “Igreja da libertação” impulsionou a emergência de uma extensa rede de ações políticas que vão atingir grupos sociais tradicionalmente excluídos de sua condição de sujeitos de direitos e de cidadania, como o das mulheres camponesas.

Os grupos de mulheres surgidos no seio da Pastoral da Terra¹⁷ foram além do resgate da identidade feminina ligada ao lar. Não esqueceram os laços familiares e os problemas ligados às atividades domésticas, mas os vincularam às condições de vida dos produtores rurais, problematizando, sobretudo, a fragilidade e a precariedade do vínculo com a terra. Esses grupos têm-se constituído um suporte importante dos movimentos iniciados nos anos 70 contra a reestruturação e a mecanização da propriedade.

Nesse contexto político e econômico, os grupos de mulheres trabalhadoras, no fim da década de 70, introduziram, em suas reivindicações, apelos para que os sindicatos abraçassem suas questões. Estimulando o coletivo de mulheres trabalhadoras rurais a entrarem com ações propositivas nos sindicatos, esses grupos de lideranças femininas no meio rural passam a concorrer a cargos, tornando-se sindicalistas ativas.

Nos discursos de algumas mulheres líderes sindicais, a lembrança continua viva. Referindo-se a essa participação no sindicato, afirmam: “poucos trabalharam tanto como as mulheres, naquelas eleições de 1981, para o sindicato dos trabalhadores rurais”, lembra MB (liderança sindical da comunidade de Três Vendas – Catuípe), uma das pioneiras na liderança feminina no meio rural. A chapa de oposição aos “pelegos”¹⁸, lembra, tinha como bandeira a sindicalização

17 Pastoral da Terra é um organismo criado pela Igreja Católica no Brasil, nos anos 80, com o objetivo de analisar à luz da teoria cristã os problemas que envolvem a questão agrária.

18 O peleguismo no Brasil surgiu na estrutura sindical brasileira da década de 1930 para ilustrar o atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho do governo Vargas. Os líderes sindicais terminaram, na história brasileira, incorporando posturas não combativas e de submissão aos interesses das estruturas do Estado.

das mulheres, e um pequeno grupo de agricultoras se desdobrava para percorrer todas as comunidades. Nas reuniões, falavam sobre a terra, a política agrícola, o reconhecimento dos direitos da mulher. Pela primeira vez, a mulher começava a participar, de forma organizada e com objetivos: buscavam a sindicalização e o reconhecimento da profissão.

Nos contatos, nos discursos das depoentes que aceitaram falar sobre os primeiros passos na militância sindical, nas rodas de chimarrão, nos momentos lúdicos, elas foram adquirindo uma nova visão de si mesmas; passaram a se reconhecer como seres políticos, donas de seu caminho e perceberam sua força. Em processos eleitorais, sejam eles quais forem, começaram a estar presentes em chapas de oposição. Ganhando as eleições, as mulheres começaram a se sindicalizar. Mas essa conquista não modificou as relações entre homens e mulheres no interior do sindicato. Os cargos que exercem são de menor importância, como secretárias ou suplentes, geralmente só para cumprir a tarefa. Elas perceberam que a questão de fundo a ser desvendada é a luta contra todas as formas de discriminação e dominação, inclusive a do homem sobre a mulher, e foi aí que elas se reconheceram como gente¹⁹.

A partir desse momento, os clubes de mães e os grupos de mulheres trabalhadoras nasceram como espécie de instrumento de denúncia e poder local nas comunidades. Essa nova força que nos anos 80 vai surgindo, aos poucos passou a denunciar a precariedade das condições de vida no campo, em relação à saúde, à falta de fichas para a consulta, à educação e, por esse caminho, começaram a elaborar abaixo-assinados, manifestações e realizaram reuniões, estruturando organizações municipais, estaduais e nacionais, mediante a gestação de um movimento com caráter próprio, autônomo, mas localizado na esfera sindical rural.

Com a sequência de reuniões nas comunidades do interior, as mulheres foram abrindo o seu cotidiano para as questões políticas. Perceberam que os acontecimentos do dia a dia têm ligações com a política, a economia e as relações pessoais. Então compreenderam que a

19 Traduzindo o pensamento de Maira Bottega – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Catuipe(RS), ao relatar o início do movimento de mulheres trabalhadoras rurais na esfera sindical.

primeira luta tem de ser a conquista do direito de ser diferente, mudando inicialmente as relações familiares para só então vislumbrar conquistas mais amplas.

Começou a surgir o conflito com a maioria dos homens, que dizem que “discutir gênero é deixar de lado a luta mais geral dos trabalhadores”. Para fazer frente à reação dos homens, as mulheres “fincam o pé” – expressão que as trabalhadoras rurais utilizam amiúde – e decidem continuar a discussão de temas específicos junto com as questões de classe.

Para melhor perceber os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em suas lutas e refundamentar as relações entre família, trabalho e sindicato, é oportuno salientar que, ao longo dos anos 80, ocorreu uma revisão da imagem social feminina. Difundiram-se novas teses que reafirmam o princípio da equidade entre os sexos, e foram debatidas modificações na ordem jurídica e legal. Nesse percurso, começaram a aparecer claramente os limites do que seria próprio das mulheres, do que lhes seria reconhecido, permitido ou atribuído como característico de sua “natureza social”. Por comparação, também se pôde compreender o que seria próprio do homem. Tanto as trabalhadoras urbanas quanto as rurais introduziram, em sua participação política, temas de reflexão nos quais o cotidiano doméstico e do trabalho constituíram ponto de partida para rever a divisão sexual do trabalho e a relação de poder na representação sindical.

Os movimentos de trabalhadoras rurais que brotaram dessas experiências tiveram um sentido político que se faz necessário resgatar. Apontaram para desafios presentes na estrutura agrária brasileira, quais sejam, lutar contra a exclusão e/ou subordinação ao capital e lutar tanto por terra como por novas formas de integração na divisão social do trabalho e na economia como um todo.

O movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Rio Grande do Sul exemplifica claramente esta nova força. É errôneo, porém, entender que a presença de mulheres nas lutas sociais do campo, no Brasil, seja recente. As lutas no campo já produziram mulheres líderes, que hoje são modelo para a militância de milhares de mulheres trabalhadoras rurais. Citam-se os nomes de Elizabeth Teixeira, das Ligas Camponesas do Nordeste do Brasil, e o de Margarida Alves, Presidente do Sindicato de Alagoa Grande, na Paraíba, assassinada em 1983. Em todas as lutas, as mulheres se fizeram presentes, relembrando a dedicação e o exemplo das companheiras que perderam a vida por melhores condições.

O movimento das mulheres trabalhadoras rurais, como instituição amplamente organizada, surgiu no final dos anos 80, com reivindicações centradas no reconhecimento social e legal de sua atuação como mulheres e trabalhadoras, contendo em suas bandeiras o direito à sindicalização, à terra, à previdência social, dentre outros.

No Rio Grande do Sul, as mulheres, organizadas em vários municípios e comunidades, conseguiram organizar um amplo movimento. Em outubro de 1985, em torno de 10 mil mulheres realizaram o I Congresso da Trabalhadora Rural, em Porto Alegre, e saíram em passeata pela cidade. Estes atos são manifestações da capacidade de articulação já existente e das possibilidades que tem o Movimento. As citações selecionadas ilustram o raciocínio que venho desenvolvendo:

Não há contradição. Se as mulheres negam a política dos dominantes e a sociedade machista se nega à exploração e à submissão, então não podem sair por aí lutando por liberdade política e econômica se ainda não têm liberdade em casa. Enquanto continuarem a ser tratadas como escravas de forno, cama e fogão, será hipócrita falar em libertação da classe oprimida²⁰.

Dentro de casa não tem essa de divisão do trabalho. Enquanto eu chego cansada da roça e vou fazer o almoço, ele cruza as pernas e vai tomar chimarrão²¹.

Meu marido vai pro banho e mesmo vendo que eu to atarefada com as coisas da casa, berra: Vêtia, tráz a roupa. Se tiver um saco no meio do caminho, ele se enreda e não é capaz de levantar²².

Nos dois últimos depoimentos, as mulheres deixaram claro que estão repensando as divisões sexuais do trabalho e suas tarefas específicas. Elas afirmam que as discussões do político e do econômico têm de caminhar juntamente com as questões de gênero; senão, não há avanços.

As relações entre os movimentos de mulheres e as estruturas do Estado e da sociedade não foram das mais fáceis na História. Embora as mulheres tenham tido presença significativa

20 Discurso de uma líder rural na *Assembleia do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais*, em agosto de 1997, na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ijuí.

21 Depoimento de D.B, Colônia Santo Antônio – Ijuí, 1999.

22 Depoimento de E. H, Coronel Barros – 2000.

no mercado de trabalho desde o início do processo de industrialização e atuação destacada na luta operária, os sindicatos e o Estado não as integraram à prática política, nem dividiram com elas o poder das entidades representativas das instâncias de decisões políticas.

Nesse sentido, os movimentos de mulheres no mundo, na América e no Brasil, desde os anos 70, interpelam a sociedade pela capacidade que têm de produzir argumentações, de instaurar diálogos, de alcançar o consenso para novas normas e atualizar valores e mecanismos de socialização. Esses movimentos representam hoje uma ferramenta importante para o amadurecimento da sociedade como um todo e o aprofundamento das relações democráticas.

1.3 As mulheres trabalhadoras rurais e o contexto histórico-geográfico da pesquisa

Ao desenvolver temas que interferem em nosso objeto de estudo, finalmente considero ter chegado ao momento possível de aprofundá-lo. Trato da descrição e do aprofundamento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, da sua participação na ASTRI, que objetiva capacitá-las para uma participação mais efetiva no meio em que estão inseridas. A Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, uma entidade mantida por sindicatos de pequenos agricultores, tem sua origem na evolução do sindicalismo agrário gaúcho, por estratégias de organização de regionais sindicais, criadas pela FETAG, como vimos anteriormente.

Por se tratar de um trabalho histórico, propus-me a analisar a evolução histórica da ONG ASTRI, vinculada à FETAG. Para tanto, necessito historiar acerca da colonização da região noroeste do Rio Grande do Sul, ligando o sindicalismo regional ao estadual e situando as mulheres na estrutura sindical. Efetuando esse recuo é que chego à ASTRI e ao movimento de mulheres. A partir daí, é necessário fazer referências históricas do surgimento das primeiras estruturas sindicais agrárias no estado, sua história política e sua influência na construção do movimento de mulheres trabalhadoras rurais. Apresentada a forma de ocupação da região e feita uma retrospectiva da evolução da política sindical agrária, foi-me possível retomar o objetivo deste estudo, qual seja, o de historiar e identificar o papel da mulher trabalhadora rural na estrutura sindical do noroeste gaúcho.

A ASTRI surgiu em 1975, pela FETAG, objetivando avaliar a situação socioeconômica dos trabalhadores rurais. Adotou a FETAG o esquema de regionais para a exposição de resultados. O estado foi dividido pela FETAG em nove regiões e dezessete sub regiões, de acordo com as variáveis “culturas, mão de obra, população rural, uso da terra, hábitos e origens comuns”. Estas sub regiões serviram de base para a criação das regionais sindicais, que seriam uma forma de organização intermediária do sindicalismo de trabalhadores rurais no estado²³.

Cada regional possuía dois ou três coordenadores responsáveis para receber ou buscar as informações junto à FETAG e repassá-las aos demais sindicatos. Num primeiro momento, esses coordenadores eram indicados pela Federação, que acompanhava as reuniões realizadas nas regionais. Houve, em algumas oportunidades, reação por parte da diretoria da Federação, quando determinadas regionais começaram a fazer reuniões sem comunicar a entidade, o que causou polêmica e ensejou questionamentos como: “Vocês estão querendo criar uma fetaguinha²⁴”?

O trabalho de educação, entendido na época como formação de líderes sindicais nas comunidades do interior, constituía-se numa das principais funções dos coordenadores, os quais, por sua vez, recebiam treinamento dos educadores da FETAG e reproduziam seus conhecimentos de formação sindical na regional. A criação das regionais sindicais veio dinamizar as relações no interior da FETAG e marcou o início do processo de autonomia de algumas regionais, que se transformaram, posteriormente, em associações de caráter sindical e educativo.

Durante a década de 80, a sociedade brasileira experimentou profundas mudanças conjunturais, que foram também vividas pelo sindicalismo. A disseminação de greves, a

23 As associações regionais sindicais no estado do Rio Grande do Sul permanecem hoje como um elo entre sindicatos de pequenos agricultores à Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG. Para se ter uma visão mais clara do processo, é interessante consultar: VERONESE, Osmar. *FETAG: 30 anos de luta*. Porto Alegre: FETAG. 1993.

24 Este pronunciamento reproduz os debates calorosos na estrutura interna da Fetag neste contexto. Ver ata nº 14/10/1982. Arquivos de documentação da FETAG. Porto Alegre/RS.

reorganização dos partidos políticos, o surgimento dos movimentos populares (contra a carestia, pela anistia, feministas, etc.) contribuíram para o fim dos governos militares.

Nesse contexto, aprofundou-se também a crise econômica brasileira, e a FETAG passou a enfrentar crises financeiras. Novas perspectivas começaram a aparecer, como a descentralização das suas atividades. Foram criadas, em 1981, as comissões de política agrícola e agrária, e as de enquadramento sindical e legislação trabalhista rural e de saúde e previdência. Uma dessas comissões da Fetag era coordenada por um diretor da federação e integrada por representantes de várias regionais. Com o passar do tempo e o surgimento de novas necessidades, as comissões foram se desmembrando ou surgindo novas, como a de assalariados, a de jovens e finalmente a de trabalhadoras rurais.

Essa descentralização das atividades ocorreu no campo da educação, e as regionais sindicais foram incentivadas a contratar educadores, pessoas responsáveis pelos projetos de desenvolvimento educacional nas regionais.

Outra característica dos anos 80 foi a mudança do discurso da FETAG, que se tornou mais radical e com um conteúdo de mudança social. Nesse particular, o Departamento de Educação passou a ter um importante papel na definição desse novo perfil político, que incorporava palavras como “base, conscientização, luta, mobilizações etc²⁵”. Isto se deu especialmente pela ebulição político-sindical do período da “abertura política”, quando se debatia o modelo sindical do Brasil, criticando-se a centralização e a manutenção de estruturas de cunho assistencialista. Considero que a mudança do discurso e da prática da FETAG se deu em virtude do avanço das centrais sindicais, especialmente da CUT, do fechamento da “torneira” de recursos ou vantagens oficiais aos sindicatos por parte do Estado e da mudança da conjuntura política nacional. São novos posicionamentos da estrutura sindical rural, que permanecem vivos até a atualidade e que marcaram uma independência cada vez maior da FETAG, definindo o perfil das associações regionais de sindicatos no interior do Estado.

Com cautela, as regionais sindicais, criadas gradativamente, começaram a produzir certa autonomia nas suas políticas locais, nas estratégias de intervenção das políticas públicas

25 Ver: VERONESE, Osmar. *FETAG: 30 anos de luta*. Porto Alegre: FETAG, 1993.

de seus municípios e nas suas bandeiras de luta. Os sindicatos ligados à FETAG, ao contrário de alguns anos atrás, já convivem com diferentes pensamentos na direção da organização, o que significa o não desaparecimento das divergências e muito menos a possibilidade de uma pacificação entre as correntes sindicais.

Essa nova fase começa a abrir espaços à participação feminina do meio rural, com respeito mútuo entre a estrutura sindical, suas lideranças e as mulheres. Outra mudança significativa ocorrida no sindicalismo neste último período refere-se às fontes de arrecadação. Durante cerca de duas décadas, a principal fonte de sustentação do sindicalismo provinha do Imposto Sindical, arrecadado dos trabalhadores rurais em caráter obrigatório pelo governo e, posteriormente, repassado aos sindicatos. Com o divórcio entre governo e sindicato, um novo cenário se formou.

Com o afastamento do governo, o sindicalismo, acostumado a viver protegido pelo Estado, entrou em profunda crise financeira. Uma ampla discussão foi então desenvolvida na busca por alternativas, com alguns sindicatos implantando fomentos, outros reduzindo custos com demissão de funcionários e diminuição de atividades. Mas essas soluções eram isoladas, resolvendo o problema de um número ínfimo de sindicatos, ou, como no segundo caso, eram anêmicas, enfraquecendo os sindicatos e o sindicalismo, o que preocupava os dirigentes.

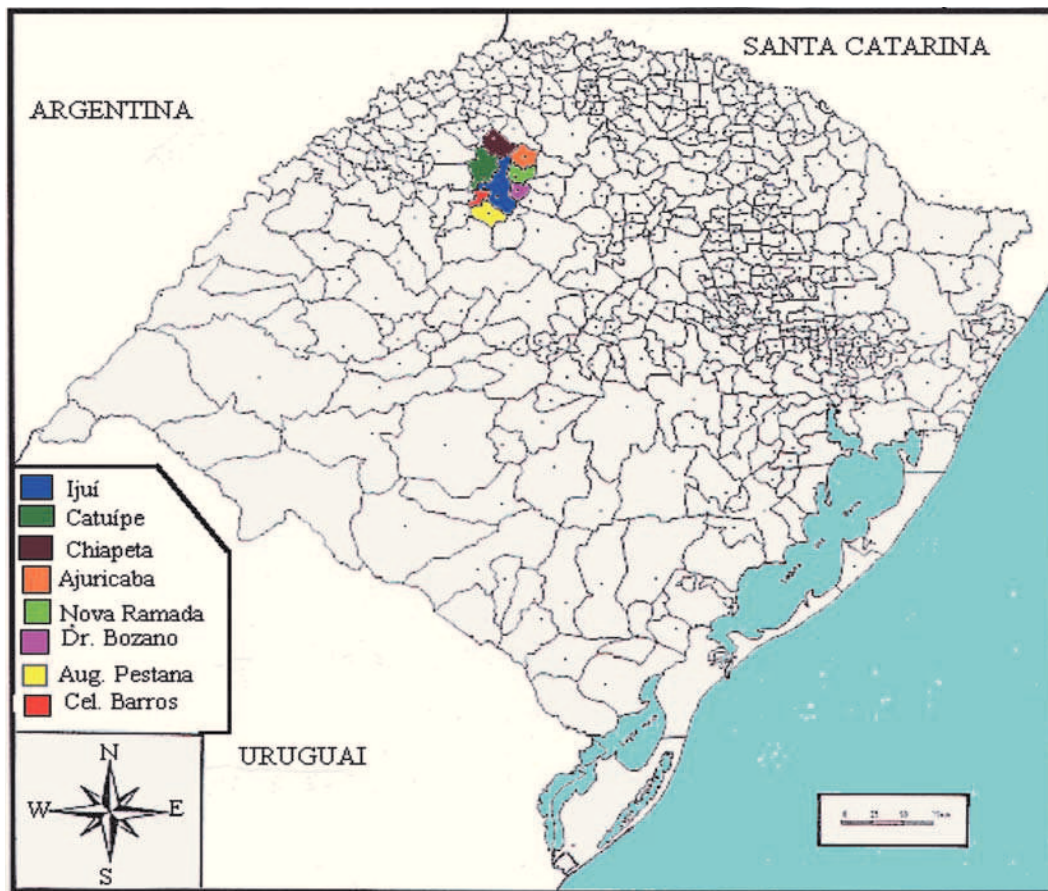
Foi a partir de 1990 que um conjunto de medidas implantadas pelo sindicalismo resolveu, pelo menos até o presente momento, o problema da maioria dos sindicatos filiados à FETAG. Dentre as principais atitudes adotadas, pude destacar a criação das regionais sindicais, criando comissões específicas, como a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a Comissão de Jovens, a de Aposentados, a de Política Agrícola.

Essa nova postura das regionais sendo transformadas em associações desencadeou um novo processo democrático dentro da estrutura sindical em todo o Estado, e possibilitou, gradualmente, o avanço das discussões acerca do papel da mulher no movimento sindical.

É nesse quadro atual que minha pesquisa está focalizada, na análise da situação das mulheres trabalhadoras rurais na região noroeste do Rio Grande do Sul. Sabedores que as Associações Regionais Sindicais no estado possuem perfis diversos de atuação e de organização, correspondendo às características regionais, culturais e étnicas de onde estão inseridas,

sinto-me obrigado a discorrer sobre a colonização da região noroeste. Para tanto, faço uma breve história da formação cultural e econômica desta região, onde se registra a atuação da ASTRI, com seus sindicatos de trabalhadores rurais filiados, bem como o principal foco do presente estudo, o movimento de mulheres na região.

Figura 1: Mapa da região de abrangência do trabalho da ASTRI (em destaque):



Fonte: MOREIRA: 1999, p. 471.

Os municípios de Ijuí, Catuípe, Augusto Pestana, Santo Augusto, Chiapetta, Panambi, Ajuricaba e Pejuçara localizam-se no espaço geograficamente delimitado como alguns dos municípios pertencentes à região noroeste do estado atingidos pelo trabalho da ASTRI. Esses municípios foram marcados, na sua origem, pela imigração europeia, primeiramente alemã e depois italiana, polonesa, austríaca, além de grupos minoritários de outras regiões do Rio Grande do Sul. O estabelecimento dessas diferentes etnias na área foi uma iniciativa do governo Imperial, com esporádicas participações de empresas particulares, mas sempre com o concurso do governo Central.

A imigração de origem europeia no Estado gaúcho contou com o concurso do governo Central para financiamento e subsídio do empreendimento. A colonização da região sul do Brasil, ao contrário do que ocorreu em outros estados, não passou pela parceria, nem teve como objetivo o fornecimento de mão de obra em substituição ao braço escravo, mas sim o propósito de povoar terras não aproveitadas pelo latifúndio pecuarista, estabelecendo-se a pequena e a média propriedades. Essas terras foram cedidas pelo governo imperial para este fim e denominadas de “colônias”. A formação de núcleos coloniais tinha por finalidade a produção agrícola e o abastecimento do mercado local, além da abertura de estradas, facilitando as comunicações e a valorização econômica do território.

As condições de colonização das populações italianas não foram tão favoráveis quanto as oferecidas aos primeiros colonos germânicos no Vale do Rio dos Sinos. Os lotes coloniais, que no início eram concedidos gratuitamente, a partir de meados do século XIX passaram a ser pagos dentro de um prazo definido que, segundo Dreher, era de cinco anos²⁶.

A população imigrante chamada para o sul era formada por famílias. A propaganda colonizadora descrevia o Brasil como um “eldorado”. Com a possibilidade de acesso à terra e de tornar-se proprietário, na lógica do colono, o trabalho aparecia como o meio privilegiado de ganhar a vida.

26 Lei nº 229, de 4 de setembro de 1851, promulgada pelo Governo Provincial. In: DREHER, Martin N. *O desenvolvimento econômico do vale do Rio Sinos*. São Leopoldo: Edições EST, 1995.

O colono não produzia somente para o autossustento de sua família. Mesmo isolado na sua parcela, estava ligado ao comércio regional. Desde o início, precisava transformar seu trabalho familiar em dinheiro. Sabemos que nem todos conseguiram saldar a dívida contraída, perdendo a terra com a extinção da companhia colonizadora.

O segundo momento de vinculação do colono ao mercado ocorreu com sua subordinação ao capital comercial. Enquanto produziam alimentos, os colonos representavam um mercado de consumo de manufaturados. As casas comerciais que acompanhavam todo o empreendimento colonizador faziam parte de uma rede que as ligava, na maioria das vezes, aos atacadistas, importadores e exportadores. Em seu núcleo colonial, o produtor estava sempre numa posição de devedor ao comerciante que lhe tinha adiantado a mercadoria, ficando na maioria das vezes obrigado a entregar sua colheita como forma de pagamento.

Além do caso descrito acima, outros fatores agravaram a situação dos colonos. O tipo de uso de solo, em primeiro lugar, levou ao seu rápido esgotamento. Os imigrantes traziam técnicas rudimentares de cultivo, sem instrumentos adequados, e a derrubada da densa floresta era feita com facão e machado, muitas vezes pelo braço do caboclo. A vegetação de menor porte era queimada e nessas áreas plantava-se milho, feijão preto, mandioca e trigo. A diversificação da produção agrícola do pequeno produtor deveu-se às necessidades de sua subsistência e à comercialização local, associadas às condições climáticas.

O milho chegou a ser o primeiro produto agrícola em área plantada e o segundo em volume e valor de produção. A exportação desse cereal deixou de ser significativa quando foi introduzida a suinocultura, pois os preços da carne e derivados eram mais lucrativos que os do milho (MOURE apud LANDO, 1980, p. 180).

Com a intensificação da produção agrícola, foi necessário recuperar a fertilidade natural do solo, que se esgotara em decorrência de não ter sido praticado o sistema de rotação de culturas com o pousio e a criação de gado. Isso não ocorreu devido à extensão insuficiente dos lotes para esse tipo de sistema agropastoril, que, além do mais, entraria em concorrência direta com as estâncias, onde se criava gado a custos mais baratos, por ser uma atividade extensiva.

A produção familiar do núcleo colonial baseava-se na força manual, constituída pelo casal e pelos filhos. As famílias eram numerosas, compostas muitas vezes de 14 ou 15 filhos. O sistema de herança levou à parcialização dos lotes em minifúndios e a uma busca constante por novas terras. Para adquiri-las, era importante que a família camponesa dispusesse de capital suficiente. Só a produção colonial permitia uma renda monetária. A produção desses camponeses dividia-se em dois blocos: a de gêneros alimentícios e a de exploração de matéria-prima para consumo próprio e o sustento da família, estratégia que consistia em eliminar a presença do dinheiro nessa área. O trabalho da mulher era fundamental. Ela conservava, transformava e preparava os alimentos, costurava, tricotava, confeccionava as roupas, trançava chapéus e cestos. Era ela também quem cultivava a horta, colhia as ervas e as raízes medicinais, fazia e aplicava os remédios, criava pequenos animais, além de ir para a lavoura junto com os homens da casa.

Nesse ambiente familiar, a religião exercia grande influência na vida dos colonos. A missão dos Capuchinhos no Rio Grande do Sul, por exemplo, teve uma importância relevante na transmissão da cultura e, particularmente, da religião católica entre os imigrantes italianos, que lhes forneceram a maioria dos religiosos. Por isso, a religiosidade popular nesse meio permaneceu fiel ao catolicismo oficial. Um exemplo dessa influência nos é dado por De Boni:

Em toda a colônia italiana o sacerdote foi sempre o inimigo do baile e os imigrantes acabaram por relegar a dança para uma posição secundária dentro da comunidade: as caçadas, a bodega, os jogos de mora, de bochas e de cartas e o ‘filó’, além do encontro na capela, domingo à tarde, para o terço, foram as grandes manifestações da vida social (1990, p. 7).

Desde o final do século XIX, já no período republicano, as assim ditas “colônias novas”, compostas em parte por descendentes dos primeiros imigrantes, vindos das colônias velhas e em menor parte de europeus recém-chegados, foram fundadas a partir de 1890 (a primeira foi Ijuí) nas matas da bacia do rio Uruguai e eram, na sua maioria, de caráter misto, formadas por diversas etnias. Trata-se, portanto, de um grupo social com as características típicas dos colonizadores imigrantes. A propriedade familiar dos núcleos da colônia de Ijuí estava baseada na força de trabalho manual, constituída pelo casal e seus filhos. As famílias eram numerosas,

compostas, na maioria dos casos, por até 13 ou 14 filhos. O sistema de herança levou à parcelização dos lotes em minifúndios e a uma busca constante por novas terras.

Dois aspectos dessa breve história de ocupação da região noroeste gaúcha devem ser salientados. Em primeiro lugar, uma semelhança em relação às funções desempenhadas pela mulher; em segundo lugar, a mulher indígena, a cabocla e a imigrante europeia, todas elas sempre trabalharam na produção e na transformação de alimentos, na confecção de roupas e demais utensílios; no entanto, há uma significativa diferença: entre os primeiros habitantes, o acesso à terra foi livre, o trabalho era justificado pela sobrevivência, e a vida se realizava no presente, sem grande expectativa futura; já entre os colonos, imigrantes europeus, o trabalho era uma virtude e um meio de alcançar um futuro melhor para seus filhos.

Atualmente na região noroeste do Rio Grande do Sul, a categoria mulher, trabalhadora rural, no caso específico desta pesquisa, identifica-se muito mais com o jeito de ser e de se relacionar com a terra das famílias de descendentes dos pioneiros, definindo o perfil das comunidades e da própria estrutura organizativa na qual participam, a ASTRI.

A Associação de Sindicatos, que congrega agricultores familiares, possui um perfil diferenciado em relação à sua origem, se comparada às demais entidades associativistas regionais do Rio Grande do Sul. Esta está ligada a um longo trabalho organizativo e educativo que vem sendo desenvolvido nas comunidades rurais por um conjunto de organizações sociais que atuam há muitos anos na região. A mais antiga dessas entidades que, junto com segmentos da Igreja, nas décadas de 70 e 80, contribuiu decisivamente para a organização da produção agropecuária foi a Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda. – COTRIJUÍ, fomentando o surgimento de lideranças no meio rural.

A Associação que se constituiu a partir do trabalho de formação de lideranças comunitárias no começo dos anos 80 deu início à articulação de interesses econômicos, comuns a determinados grupos de famílias que, por sua vez, estavam associados a sindicatos de trabalhadores rurais. Assim, lentamente, foi sendo criada a ASTRI, sem o apoio do poder público municipal, mas articulada ao processo de divisão territorial sindical do estado, sob o controle da FETAG.

A formação de uma estrutura associativa na região é percebida como um suporte estratégico para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural. Essas novas estratégias de organização do sindicalismo agrário gaúcho, como falei anteriormente, foram criadas dentro de um contexto específico.

A maioria das associações regionais foram criadas na década de 1980, demonstrando, provavelmente, que esse período se caracterizou por uma grande efervescência política no Brasil e também pela mudança no perfil da própria FETAG. Essas associações caracterizaram-se ainda por reunirem pequenos sindicatos, representados pelos agricultores familiares, concentrando em cada sindicato da região em torno de 100 a 200 famílias.

Na fase de coleta dos depoimentos desta pesquisa, verifiquei, com os pioneiros da fundação da ASTRI, como eram comuns as alterações no número de sócios dos sindicatos filiados à mesma. Nas oito famílias entrevistadas, praticamente todos afirmaram que ocorreram variações internas desde a sua criação. Mais da metade dos casais de agricultores entrevistados respondeu que prevaleceu a diminuição do quadro de associados, sendo determinante, nesse processo, a migração para outras regiões do estado ou do país, a ocupação de área improdutiva numa perspectiva de luta pela terra. Por outro lado, pouco mais de um terço dos casais informou que, em seus sindicatos, ocorreu um aumento do número de sócios, na medida em que conseguiram aumentar a renda familiar, incentivando a compra de insumos e equipamentos agrícolas. O casamento de filhos, ao constituírem novas famílias que permaneceram na comunidade, foi um dos fatores que colaborou para o aumento de número de sócios nos sindicatos filiados à ASTRI.

Outra característica dessa Associação diz respeito ao direito de filiação, pois não são os agricultores, individualmente que se filiam, mas os sindicatos, que representam as famílias como um todo. Mulheres, homens e jovens acima de 14 anos têm direito de participar das decisões e da gestão dos sindicatos filiados à Associação. Contudo, apesar de se afirmar esse direito, constatou-se nessas entidades um baixo grau de participação da juventude rural. Enquanto a presença média de homens e mulheres gira em torno de 9,5 pessoas por comunidade, este número cai para 5 rapazes e 4 moças. Além de revelar um processo de exclusão e marginalização dos jovens bem acentuado, particularmente entre as moças, esses dados podem indicar também

um outro processo, verificado por outras pesquisas no campo: a tendência à masculinização do meio rural²⁷.

Esses dados, apontados por pesquisadores sociais, do aumento da presença masculina no meio rural têm como consequência mais direta o esvaziamento da agricultura familiar, na medida em que não se viabilizam as condições necessárias para a reprodução da força de trabalho no campo. Seria o caso de indagar o que motivou as pessoas a abandonarem o campo.

A busca de alternativas para a produção e a melhoria das condições sociais, econômicas e organizativas representam os dois principais objetivos que movem as famílias de agricultores a criar e a participar dessas entidades. O trabalho de formação, assessoria sindical e produtiva realizado pela ASTRI considera possível planejar melhor as atividades do estabelecimento e do grupo de famílias filiadas aos sindicatos, desenvolvendo atividades, garantia de política agrícola e de direitos para as famílias de agricultores e familiares.

Cerca de 77% das pessoas entrevistadas entendem que a Associação poderia desenvolver atividades relacionadas à produção (tais como conservação do solo, plantio direto, diversificação de culturas etc.) e acreditam que a Associação vem cumprindo com seus objetivos traçados. Por outro lado, reconhecem também que ocorreram significativos avanços na organização das famílias de agricultores familiares, mas que um dos desafios centrais passa neste momento pelo associativismo regional, ampliando assim a capacidade de agroindustrializar e de comercializar diretamente seus produtos, permitindo um maior valor agregado aos produtos vendidos no mercado.

O perfil organizativo da ASTRI mostra que a entidade, criada no contexto das lutas sindicais, priorizava políticas de associativismo regional, de comercialização de produtos, de garantias de preços, enfim, de conquistas e reivindicações mais presas ao econômico. O movimento de mulheres trabalhadoras rurais que sempre participaram, de uma ou de outra forma,

27 Ver: ABRAMOVAY, et al. Fome e assalariados rurais. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Raízes da fome*. Rio de Janeiro, 1987.185p, p. 116-134.

das diretrizes e objetivos da ASTRI foram se articulando, gestando suas exigências dentro das próprias premissas da Associação.

Construindo um recuo histórico da participação das mulheres rurais na Associação, vamos observar que a orientação dada pela FETAG às suas associações filiadas dava-se, prioritariamente, no campo da educação, sem se preocupar com a organização das mulheres. Esta última surgiu mais tarde, como resultado das necessidades delas próprias. Embora limitado, esse trabalho serviu de base para a incorporação das mulheres à vida sindical. A partir de 1980, a FETAG mudou a orientação da sua prática relativa às mulheres, mantendo a preocupação com a educação, mas partindo para a organização e a efetiva participação feminina nos sindicatos.

O marco inicial da participação das mulheres na vida do sindicalismo agrário gaúcho começou com a presença de 13 trabalhadoras rurais no II Encontro Anual de Dirigentes Sindicais, realizado em março de 1982, em Porto Alegre. Nesse encontro, apontou-se a necessidade de as mulheres se organizarem e atuarem no movimento sindical, recomendando-se a sua participação nas comissões dos sindicatos, como esposas dos associados. O reconhecimento da profissão de trabalhadora rural já era uma bandeira defendida, mas ainda não se cogitava sindicalização.

O ingresso da trabalhadora rural na estrutura dos sindicatos de trabalhadores rurais reflete um trabalho já iniciado em algumas regionais sindicais, que promoviam encontros com clube de mães, debatendo a situação da mulher. A agricultora, que participava desses clubes, por sua vez, buscava sair do anonimato e conquistar direitos. É importante ressaltar que o movimento de organização das trabalhadoras rurais não foi uma iniciativa pioneira dos sindicatos, mas resultado de um processo conjuntural político e social brasileiro.

Coincidentemente ou não, esse despertar da mulher da roça na busca de participação em encontros e debates ocorreu no momento do início da abertura política brasileira, na efervescência dos movimentos populares que eclodiram após as greves do ABC paulista de 1978/1979.

Já em fins de 1982 e início de 1983, 40 mulheres de todo o Rio Grande do Sul passaram a participar da Assembleia de Planejamento do Trabalho da FETAG. Esse dado aponta um sensível crescimento do número de trabalhadoras que se integravam aos sindicatos. A realização

de seis encontros regionais no Rio Grande do Sul e os encontros municipais, preparatórios ao “Encontro de Viamão”²⁸, em março de 1982, foram as molas mestras para a participação das trabalhadoras na assembleia supracitada. Nesses encontros, foram levantadas as propostas que seriam apresentadas na Assembleia e que serviriam de orientação para a continuidade dos trabalhos. Em seguida, como proposta aprovada na assembleia geral de Viamão, por unanimidade, nasceu a ideia da sindicalização da mulher, que encontrou resistências localizadas, mas avançou rapidamente.

Aos poucos, as mulheres de localidades mais longínquas como a região Sul do estado e de sindicatos com caráter mais conservador começaram também a se unir e a discutir sua participação no sindicato. Foi o caso, por exemplo, de Ijuí, onde, em julho de 1983, foi realizado um encontro de Formação em Saúde. Encolhidas pelo frio, juntamente com lideranças rurais, padres e políticos ligados à Igreja, que, na ocasião, traçavam planos de novas chapas de oposição em sindicatos, algumas mulheres participavam do Encontro, mal sabendo que ali estavam gestando o movimento de mulheres trabalhadoras rurais da regional de Ijuí.

Após muita fala dos homens, uma das representantes femininas levantou a questão da sindicalização das trabalhadoras rurais. Considerando que participavam da produção, como trabalhadoras, defendia o direito à participação no sindicato. Decidiu-se então que o direito de participar da mulher seria uma das bandeiras de luta da chapa de oposição, presente naquela assembleia. Foi o que bastou para que as camponesas se sentissem desafiadas. Logo começaram as reuniões nas comunidades, e as mulheres passaram a discutir a sindicalização. Era o começo de um novo tempo no campo, no qual a mulher poderia assumir o papel principal, deixando de ser sempre a sombra do marido, a dona de casa²⁹.

28 Os encontros preparatórios nas comunidades do interior em diversos municípios do Rio Grande do Sul serviam como momentos de estudo e reflexão das propostas que as mulheres levariam para serem debatidas no encontro estadual.

29 Essa narrativa do surgimento do movimento de mulheres na regional de Ijuí, RS está registrada no Livro de Atas nº 07 de 1984 da ASTRI.

Um ano depois em novembro de 1984, promoveu-se um encontro estadual de lideranças das trabalhadoras rurais, que contou com a participação de 98 pessoas, as quais planejaram os passos seguintes do trabalho. Evidentemente, durante os anos de 1983/84, o trabalho se enraizava no estado, com vários municípios de regionais, promovendo encontros com trabalhadoras rurais com os mesmos propósitos. As propostas levantadas eram amplas, indo desde o conhecimento do estatuto do sindicato, o reconhecimento da profissão, passando pelo direito à aposentadoria, além da reforma agrária.

Importa ressaltar que, nessas discussões, o elemento mítico e simbólico das mulheres que se tornaram mártires no Brasil foi impulsionador das ações desse momento. É o caso de Margarida Alves, símbolo da resistência e de luta pelo reconhecimento dos direitos da mulher trabalhadora rural. Ela foi rendeira e filha de trabalhadores rurais, e desde 1967 vinha atuando combativamente na defesa dos interesses de sua classe, tendo sido tesoureira e em seguida presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba. Nos anos de 1974 e 1981, participou da chapa de oposição à Federação dos Trabalhadores na agricultura de seu estado. Margarida Alves foi brutalmente assassinada em 12 de agosto de 1983, em sua própria casa, na presença do marido e de um de seus filhos. Poucos dias antes fora avisada de que sua vida corria perigo. Segundo narrativas, respondera: “da luta não fujo³⁰”. A vida dessa mulher, líder camponesa no estado da Paraíba, tornou-se referência muito forte entre no imaginário feminino das mulheres rurais, o que em 1985 levou ao surgimento do “Movimento das Margaridas”, composto por mulheres leigas, sindicalistas, líderes de pastorais, militantes de movimentos de esquerda.

Após a fundação do primeiro núcleo de mulheres trabalhadoras rurais em Ijuí, em maio de 83, as discussões se espalharam pelo campo. Em quase todas as cidades do noroeste gaúcho e demais regiões do estado foram se formando núcleos, e o movimento de mulheres rurais começou a crescer como entidade. No dia 08 de março de 1984 (Dia Internacional da Mulher),

30 Ver: BOLETIM informativo do Movimento Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Porto Alegre: 1991. Produção gráfica: GEA – grupo de estudos e assessoria agrária. 1991.

ocorreu a primeira manifestação pública, que reuniu oito mil mulheres em Porto Alegre, no Gigantinho. Nesse evento, foram discutidas questões como aposentadoria, saúde, política agrícola, educação, reforma agrária, falta de terra e discriminação social.

No palanque, elas sentiram que poderiam ser mais do que mães e esposas; poderiam ter uma participação determinante na luta dos trabalhadores. No ano de 1987, ocorreu o II Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em Porto Alegre, que superou as expectativas de participação. Caravanas de todo o estado lotaram o Gigantinho, com mais de 25 mil agricultoras. As bandeiras, que no início do movimento eram de liberdade de participação e de expressão, tornaram-se mais consistentes e se propuseram a lutar contra a discriminação que sofrem as mulheres na sociedade, pelo reconhecimento da profissão de agricultora, por uma educação de qualidade no meio rural, voltada à realidade agrícola, pela reforma agrária urgente e uma verdadeira política agrícola para os agricultores familiares.

No começo do movimento de mulheres, as bandeiras tinham uma conotação mais econômica e política. A dimensão de gênero nas discussões era menos intensa no seu interior. As mulheres só queriam somar-se à luta dos homens. Gradativamente, a questão de gênero foi tomando corpo. Em 1985, com o movimento completando dois anos, as reuniões fervilhavam de mulheres que queriam falar sobre seus problemas e construir soluções. Elas queriam estar, de alguma forma, no lugar onde as decisões eram tomadas e começaram a discutir, dentre inúmeras questões, as relacionadas a poder e gênero.

Nos anos de 1986, 87 e 88 prosseguiram os encontros estaduais e municipais acerca da sindicalização e da conquista de direitos às mulheres, com caravanas que se dirigiam a Brasília, e houve manifestações em Porto Alegre. As pressões passaram pelos governos estadual e federal. 1989 foi um ano de reflexões no movimento de mulheres. Uma parte do caminho já havia sido feita, e as discussões revelavam uma dúvida: que rumos o movimento tomaria?! As questões de gênero e classe polarizavam as discussões e os dois assuntos começavam a ser debatidos exaustivamente. As mulheres trabalhadoras rurais desde o início rejeitavam o rótulo de movimento feminista, entendendo que a luta era da classe e deveria ser encarada sob essa ótica.

No entanto havia angústias pessoais que o movimento não resolvia e que as trabalhadoras rurais sentiam necessidade de discutir. Com as questões internas melhor definidas, o Movimento de Mulheres voltou-se para discussões de temas específicos do universo feminino, que passaram a ser feitos junto com a questão da classe. Na opinião de uma ativista: “Entendemos que a luta não é só da trabalhadora pelos seus direitos, mas uma luta de toda a família pela mudança nas relações e da sociedade. É uma luta que todos vamos ter de encampar juntos³¹”.

Neste estágio do movimento, durante as reuniões que aconteciam, os temas mais discutidos eram os que se referiam ao Mercosul e à saúde. As mulheres queriam conhecer e entender quais as consequências do novo processo econômico, que estava afetando a produção familiar, a saúde de seu corpo e sua sexualidade. Elas já tinham claros os resultados dessa luta de muitos anos. Estavam desfrutando do que fora conquistado pela mobilização e força feminina, como o auxílio doença, por acidente de trabalho, o reconhecimento da profissão, a aposentadoria e outros. Atualmente, mais de 70 mil trabalhadoras rurais estão sindicalizadas no Estado. Dessas, 11 são presidentes de sindicatos e milhares de trabalhadoras estão na direção ou na liderança em suas respectivas bases territoriais.

Neste retrospecto, avalio que de esposas passaram a cidadãs; de anônimas a agricultoras. A inserção da mulher no sindicalismo foi um dos maiores avanços alcançados nos últimos anos, não só para as trabalhadoras em si, ou para o movimento, mas para o conjunto da sociedade. Uma parcela significativa delas tem consciência dessa trajetória, o que é mostrado, com clareza, na fala de uma líder do movimento:

(...) Neste tempo que temos junto de caminhada enfrentamos situações que nos deixaram com medo, aprendemos a trabalhar em grupo a ser mais companheiras umas das outras (...). Sabemos que os problemas que enfrentamos para organizar nosso movimento só serão resolvidos com a prática e dia a dia de nossa luta,(..). Não tem solução pronta,

31 M.^a G, Comunidade de São Valentim (2000) – Ijuí – RS.

como receita de bolo, nossa proposta deve se construir na comunidade e na família... e o que nos resta ainda é unir as forças e muita luta, mais forte³².

Para as trabalhadoras rurais, o engajamento sindical na Associação parece ter-se tornado mais importante que a própria identidade profissional como agricultora e até mesmo de suas atividades domésticas. Elas começaram a se conscientizar das responsabilidades que assumiam, porque costumavam associá-las à militância e à defesa de sua categoria profissional. As suas motivações começaram a extrapolar a simples ajuda à direção do sindicato³³.

A consciência das mulheres rurais começou a ter nova visão e desafios. De um lado, na prática, a atuação nos espaços da Associação e do sindicato, na família, na comunidade. De outro, nos campos político e cultural, onde passaram a defender mudanças na postura, no comportamento das relações de gênero, que são muito diferentes nesses espaços.

Com a crescente participação das mulheres na ASTRI e outras associações do estado, em seu processo de conscientização, elas foram descobrindo o caráter sexista e discriminatório da estrutura sindical masculinizada. Pelos depoimentos que colhi, avalio que as mulheres foram se conscientizando de que receberam uma educação de submissão e que a sua participação na esfera sindical extrapolava seu mundo doméstico, circunscrito na limpeza da casa, no lavar, passar e cozinhar. Passaram, então, a recusar esse mundo que o sindicalismo reproduziu na sua estrutura, quando o assunto era a divisão do poder político com elas. No próximo capítulo, analiso a vida cotidiana e as relações de poder que se estabelecem no meio rural entre mulheres e homens, na estrutural sindical, na produção e nas relações familiares.

32 Depoimento de N. P, 48 anos, agricultora, mãe de 4 filhos, líder do movimento de mulheres da Comunidade de Santo Antônio, Catuípe – RS, junho de 2000.

33 As mulheres vão construindo, no interior do sindicalismo rural uma identidade própria, não permanecendo apenas num voluntariado de apoio às causas gerais desse movimento.

PARTE II

A vida cotidiana
e as relações
de poder das
mulheres rurais
no noroeste
do estado do
Rio Grande do Sul



PARTE II

A VIDA COTIDIANA E AS RELAÇÕES DE PODER DAS MULHERES RURAIS NO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo, passo a enfocar as relações cotidianas que as mulheres rurais produzem em suas comunidades, no seu movimento sindical, amparado pela pesquisa que construí com os grupos no meio rural.

Vimos na seção anterior que, no caso brasileiro, a realidade vivida nas décadas de 50 e 60 foi a do início da estruturação dos sindicatos rurais e das ligas camponesas, que davam ênfase às lutas pela regulamentação das relações no campo, pelas reivindicações trabalhistas, pela posse da terra, ao lado das que se voltavam à reforma agrária. Mas havia uma visão de que essas lutas eram fruto de relações atrasadas no campo e não de um projeto para o futuro, pois, com o desenvolvimento econômico e social, a agricultura familiar (campesinato) tenderia a desaparecer.

Ainda, na década de 70, predominavam os debates acadêmicos que produziam as ideias em disputa nas lutas sociais e políticas, a visão de que o sindicalismo era “funcional” ao capitalismo, ou seja, seu papel para o desenvolvimento industrial e urbano era libertar trabalhadores para as cidades e fornecer alimentos mais baratos, práticas assistencialistas já que a mão de obra no campo era mais barata e se utilizavam poucos insumos. Aqueles que se contrapunham a estas concepções, por sua vez, não acreditavam que a agricultura familiar tivesse essa capacidade, e consideravam que ela não conseguiria responder aos estímulos para alcançar a produtividade de que o Brasil industrial necessitaria para o abastecimento interno.

Nos anos 80, o debate foi outro, um novo perfil de sindicalismo rural surgiu e, com isso, foi-se obtendo uma mudança radical, porém conservadora, no sistema produtivo no campo e no sistema político reivindicatório. Foi nesse período que as federações de agricultores surgiram com mais força no Brasil, priorizando as lutas de assalariados rurais, com greves e mobilizações.

Nos últimos vinte anos no RS, intensificou-se a expulsão dos camponeses do campo, causada entre outros fatores, pela construção das barragens para aumentar o potencial hidrelétrico do Estado. Ocorreu, inclusive, o desaparecimento de pequenas cidades, o que provocou não só a expulsão dos camponeses de suas terras pelo alagamento, mas o deslocamento populacional de uma região para outra. Com isso ganhava corpo a ideia de defender um setor social que estava lutando para sobreviver e que se via constantemente ameaçado de extinção. Os agricultores familiares, então chamados de pequenos agricultores, constituíam um setor que ainda estava vivo, produzindo, organizando um determinado modo de vida e querendo se mobilizar para reivindicar políticas públicas que os apoiassem, para disputarem recursos no conjunto da sociedade.

Tanto o movimento sindical dos pequenos proprietários quanto dos trabalhadores rurais sem-terra, por exemplo, começaram a mudar suas estratégias, aperfeiçoando suas propostas de intervenção nas atividades produtivas, para indicar que poderiam dar resultados práticos, em termos de produção agrícola e industrial. E tornou-se forte a ideia de que os movimentos sociais deveriam partir com propostas de reorganização do conjunto da sociedade, contrapondo anseios específicos. Foi importante, nesse sentido, o surgimento dos movimentos das trabalhadoras rurais, pois incentivaram as mulheres a pensarem suas estratégias diante dos problemas enfrentados pela sociedade e pela estrutura nas quais estavam inseridas.

Embora as mulheres agricultoras tenham sempre estado presentes em toda essa história de disputas sociais e políticas, inclusive com suas organizações próprias, desde a década de 1980, não houve uma presença plena de suas reivindicações e de seus projetos. A presença das lutas das mulheres rurais nos movimentos mais amplos tem se restringido à inclusão de determinadas reivindicações pontuais em certas pautas de negociação. Identificar as razões pelas quais esta situação ocorre foi uma tarefa que me orientou na construção de um processo de pesquisa e qualificação em gênero e saúde no meio rural, com grupos de mulheres trabalhadoras rurais.

Os recursos da pesquisa de campo, da coleta de depoimento, da prática da história oral, dos diários de campo, das oficinas de capacitação, foram constantes na construção deste conhecimento. Os dados empíricos levantados que apresento a partir desta parte são usados como ferramentas para aprofundar as lacunas, desnudando a situação da mulher trabalhadora rural

no contexto de sua participação no sindicalismo agrário, na produção e na família, instâncias entre as quais vivencia o seu cotidiano.

Conforme anunciei anteriormente, discorro nesta parte da pesquisa sobre o meu envolvimento com o *movimento de mulheres trabalhadoras rurais*. Destaco que as conclusões, bem como os resultados deste processo de investigação e os relatos de vida, receberam a contribuição da minha história individual, enquanto assessor¹ da ASTRI.

A proposta que lancei à direção e às lideranças da ASTRI sobre a necessidade de averiguarmos as dificuldades e as lacunas do trabalho educativo na Associação emergiu da constatação da pouca participação feminina nos sindicatos e da falta de um projeto que pudesse alavancar uma nova associação, com a participação ativa de seus associados. Estava, na verdade, procurando caminhos para desnudar uma realidade que a associação e seus sindicatos não percebiam: as relações de gênero sobre o conjunto das relações sociais no campo, opondo trabalho produtivo e reprodutivo, trabalho doméstico e trabalho político entre a casa e o roçado.

Construí um projeto de pesquisa² e de intervenção, para que eu pudesse averiguar as diferenças de papéis do homem e da mulher na história do sindicalismo da região noroeste, buscando, a partir daí, resultados que pudessem mudar esses papéis sociais e políticos. Desse projeto que resultou esta dissertação de mestrado e o presente livro. Buscou-se, fundamentalmente, contribuir para um aumento da participação das mulheres nos sindicatos, teorizando seus papéis historicamente construídos a fim de contribuir com:

-
- 1 A função da assessoria nos movimentos sociais populares é de criar mecanismos de leitura crítica sobre atualidade, repassando essas análises ao público desses movimentos. Também tem o papel de questionar, propor e criar novas formas de educação que fortaleçam a cidadania e a busca de direitos. O meu vínculo com a ASTRI diz respeito diretamente a um processo de capacitação no meio rural, orientando, assessorando, descobrindo, questionando possíveis soluções a problemas do cotidiano da roça.
 - 2 A construção da metodologia da pesquisa com os grupos de mulheres rurais e suas respectivas famílias foram orientados pela mentoria da Fundação Macarthur, a Dra. Jacqueline Pitanguy. Socióloga e diretora da ong CEPIA (Cidadania, Educação, Pesquisa, Informação e Ação), ela contribuiu com sugestões no desenvolvimento de todo o projeto. Semestralmente nos encontrávamos no Rio de Janeiro, para que eu relatasse os avanços alcançados e discutisse a continuação do trabalho.

- a) a ampliação do exercício de cidadania pelas agricultoras que participam dessas entidades;
- b) a consolidação dos espaços de democratização interna da associação e de seus sindicatos filiados;
- c) a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo que integre a questão de gênero ao conjunto de seus elementos constitutivos.

Essa proposição emergiu como uma problemática para diversas organizações sociais ligadas à agricultura familiar que atuam na região noroeste, uma questão de cunho muito mais “político” do que estritamente “feminista”. O que se buscou fundamentalmente foi ampliar a participação das mulheres nas decisões relacionadas aos processos produtivos, com a finalidade de revigorar e consolidar a Associação e os sindicatos como espaços de construção da cidadania política. O que moveu esse projeto não foi simplesmente a intenção de fortalecer a participação das mulheres, mas, de modo especial, criar condições para um efetivo processo de empoderamento político das agricultoras na Associação e também nas demais organizações das quais participam.

Assim, tomando como base importantes questionamentos feitos pelas mulheres rurais envolvidas nos processos de capacitação que vivenciava, elaborei uma proposta de trabalho que visava aprofundar questões consideradas básicas para a atuação político-organizativa dessas organizações e das mulheres agricultoras, em particular. Resumidamente, reafirmo as preocupações que orientaram a elaboração deste estudo e que podem ser expressas nas seguintes questões/problemas:

- qual a participação de mulheres e homens, moças e rapazes, na definição, execução e avaliação das linhas de trabalho da associação e sindicatos?
- que papéis desempenham mulheres e homens na proposição, gestão e implementação das atividades na unidade de produção familiar, nas associações e sindicatos?
- qual a importância da participação de mulheres e homens agricultores nos processos decisórios no interior da família?

- as opiniões das agricultoras, sua forma específica de ver o mundo estão sendo levadas em consideração quando se tomam as decisões na família e no sindicato?
- que justificativas mulheres e homens elaboram para explicar a ausência das mulheres nos espaços decisórios sobre a produção? Como, especificamente, as mulheres agricultoras reagem às situações de exclusão e de desigualdade social?
- que propostas podem ser discutidas para reverter o quadro do baixo grau de envolvimento das mulheres agricultoras nas decisões? Como avançar no sentido de uma democratização do poder no interior das famílias e dos sindicatos, a partir do ponto de vista da equidade das relações sociais de gênero?

A importância da pesquisa reside no fato de fornecer elementos para identificar e avaliar os diferentes mecanismos que restringem e desqualificam a participação das mulheres agricultoras no processo de gestão e de decisão da Associação e dos sindicatos, contribuindo para a modificação dos obstáculos impostos à sua plena participação nessas entidades. Além disso, apresenta, de um lado, avaliações críticas sobre a realidade das relações de gênero no seio do sindicalismo e, de outro, subsidia a elaboração de uma proposta de reestruturação das atividades desenvolvidas pela ASTRI e demais entidades envolvidas nesse trabalho (STRs, Cooperativa, etc.). De forma indireta, a metodologia aplicada e os resultados finais desta pesquisa poderão ainda influenciar a atuação das organizações de mulheres trabalhadoras rurais e do sindicalismo rural no que diz respeito às ações e políticas relacionadas não só à organização da produção dos agricultores familiares, mas também àquelas referentes à sua organização social e política.

Assim, através de atividades múltiplas já identificadas, das oficinas de capacitação, das histórias de vida, observei a caminhada de cada uma dessas mulheres, na sua comunidade, no seu grupo, desvendando os empecilhos para a sua participação efetiva na ASTRI e nos sindicatos.

Neste nosso coletivo de formação³, com a responsabilidade desencadear um processo da pesquisa e de educação com os grupos de mulheres, discutíamos que esta agricultura familiar⁴, na qual as mulheres, estão inseridas, responde pela produção de 70% do algodão, 80% do feijão, 92% do fumo, 70% do milho, 90% da uva, 72% do leite e 85% dos suínos da região Sul, além da importante participação na produção de soja e de trigo (IBGE, 1989). É um setor que, a partir do processo modernizador promovido desde o final dos anos 60, alcançou expressiva participação no mercado de produtos agrícolas.

Especificamente em relação à agricultura familiar no noroeste gaúcho, a atividade produtiva mais importante das famílias que vivem em regime da agricultura familiar é *o leite*. De acordo com o censo agropecuário de 1985, a região Sul do país possuía, aproximadamente, 700 mil estabelecimentos agrícolas que produziam leite (IBGE, 1989). Essa presença generalizada da produção leiteira está associada à história da colonização dessas regiões por descendentes de imigrantes europeus e à importância atribuída ao leite na produção para subsistência desses agricultores. O produto é responsável pela permanência da família rural no campo, conforme se pode observar no seguinte depoimento:

(...) uma coisa importante de a gente pensar na produção do leite é a questão alimentar, que envolve todo o trabalho da mulher... é o docinho de leite...coalhada, schmier. Esse tipo de coisa de alimentação, o queijo, aquilo que representa dentro da família, mesmo que você não venda... Minha mãe nunca vendia o leite, mas toda a vida tinha, por exemplo, duas, três famílias que pegavam leite lá em casa..., que não pagavam, nunca pagaram nada⁵.

3 Como afirmei na introdução, a implementação do projeto necessitou da participação de um grupo de profissionais que pudessem desenvolver as oficinas de capacitação com as mulheres trabalhadoras rurais em suas comunidades. Este grupo era formado por 7 pessoas: 2 enfermeiras, 1 nutricionista, 1 professora de artes plásticas, 1 psicóloga e 2 líderes do movimento de mulheres da ASTRI .

4 Por agricultura familiar entende-se o modo econômico e social no qual milhares de famílias de pequenos agricultores, em áreas de terra de até 30 hectares produzem o seu sustento.

5 Depoimento de G.H, 35 anos, agricultora do município de Ijuí. Trecho de entrevista realizada em fevereiro de 1997, por ocasião da coleta de dados da pesquisa sobre gênero e produção no meio rural.

A produção do leite nas pequenas propriedades rurais sempre foi “coisa de “mulher”. É dela o orgulho, o reconhecimento:

(...) Eu nunca que iria deixar de lidar com vaca, porque é uma fartura... Nós engordamos o boizinho, aí carneamos, põe no freezer, aí não precisa estar carneando tanta galinha..., tenho o leite, então faço sempre queijo pro gasto, e quando as pessoas pedem...eu não tiro a nata...E a gente faz doce de leite, e eu vendo na cidade... e a gente faz o pé-de-moleque, eu coloco leite quando amasso o pão... a manteiga... tem tudo, né? Então é uma fartura dentro de casa...Meu filho mora na cidade, daí ele leva leite...,se tem criança pobre assim...a gente dá... o pessoal da vila vem comprar (...) o meu pai, cada uma das meninas que se casava ganhava uma novilha, era uma tradição de ganhar⁶.

Nesses depoimentos, fica clara a importância da atividade leiteira para a sobrevivência da família. A agricultura familiar é caracterizada por uma especificidade, composta por uma unidade de produção e, igualmente, uma unidade de consumo. Essa característica determina o comportamento camponês: sua atividade econômica é baseada em dois princípios diferentes, sendo os padrões de produção determinados, não apenas por considerações a respeito de lucro, mas também pela necessidade da família. Desta forma, as decisões no interior da família são movidas por duas lógicas diferentes e complementares: uma voltada para o mercado exterior; e outra para dentro, visando atender às necessidades da família. Há um entrelaçamento das dimensões da produção e da reprodução.

Além do trabalho usualmente considerado como doméstico e a “lida” com o leite, também são atividades “próprias” das mulheres o cuidar das galinhas e outras pequenas criações; a horta, as ervas medicinais, as “miudezas”, como elas mesmas dizem. Além de todas essas tarefas, as agricultoras trabalham com os maridos na roça, de onde sai o produto para venda. Mesmo assim, entre estes agricultores costuma-se dizer que na roça as mulheres apenas “ajudam”.

De modo geral, pude entender tal ordem das coisas a partir das imagens construídas socialmente dos papéis de homens e mulheres na sociedade. Seriam próprias do homem

⁶ Depoimento de O. M. da Comunidade de Chorão, Ijuí – RS, 1999.

atividades e decisões referentes ao espaço público, no caso tudo o que está relacionado ao exterior da propriedade: mercado e relação com dinheiro, relação com assistência técnica e capacitação profissional, formas de associação e representação, responsabilidade jurídica pela propriedade da terra... Enfim, seria do homem o mundo da produção, entendido aqui como as atividades voltadas para o mercado, geradoras de renda monetária, aquelas normalmente tidas como sendo “as que de fato importam”. Da mesma forma, seriam consideradas como “próprias” das mulheres as atividades referentes ao espaço privado, que envolvem toda a gama de responsabilidades relacionadas à reprodução da família.

Verifiquei, como consequência da presença difusa desses estereótipos, a dupla desvalorização do trabalho da mulher: a) seu trabalho nas atividades relacionadas à produção é considerado de menor importância, ela apenas “ajuda”, mesmo quando seu tempo de trabalho nas atividades relacionadas à produção não é igual ao superior desempenhado pelo homem. b) as atividades relacionadas à reprodução não são valorizadas: o que conta é o que se transforma em dinheiro. Transporta-se tal desequilíbrio para a estrutura sindical, onde o poder masculino domina as instâncias de decisão e de voto nas medidas aprovadas pela estrutura sindical.

Esta desvalorização do trabalho e da presença da mulher decorre claramente nas relações de gênero. A agricultura familiar tem sido, há algum tempo, tema de reflexão do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Regional de Ijuí. Essa preocupação continua até a atualidade na ordem do dia e é resultado da conquista de espaços que as mulheres do campo, com o decorrer do tempo, foram alicerçando na estrutura sindical. Como vimos é consequência da luta pelo reconhecimento de sua profissão. E é nesse sentido que se faz necessária a afirmação do seu papel na produção e não apenas nas atividades reprodutivas da agricultura familiar.

A convicção da necessidade de ocupar os espaços na estrutura sindical foi amadurecendo nas discussões do movimento de mulheres e, lentamente, a ASTRI começou a dar espaço à participação feminina em suas instâncias. Foram acontecendo seminários de discussão sobre o papel da mulher na família, na comunidade, no sindicato e, aos poucos, começou-se a questionar quem faz, quem responde para fora da propriedade e quem decide.

Era preciso encontrar um eixo de pesquisa que permitisse verificar as manifestações das diferentes formas de participação e de exclusão femininas em seu cotidiano para poder servir de

ferramenta à discussão acerca de mudanças nas relações de gênero. Os principais argumentos que justificam o produto *leite como importante* elemento para a realização desta pesquisa são os seguintes: nele fica mais clara e contraditória a negação da sociedade em reconhecer no trabalho dessas mulheres o papel de produtoras. Mesmo sendo elas quem realiza a maior parte das tarefas, na maioria das vezes, não são elas as beneficiárias da assistência técnica; também não são elas as sócias dos sindicatos ou das cooperativas que comprem o produto; nem são elas que recebem o pagamento da produção e tampouco são elas as que participam das assembleias e decisões da Associação e dos sindicatos.

É preciso destacar também que existiam algumas pré-condições que favoreceram a realização desta pesquisa nas comunidades selecionadas, tais como a existência de um perfil já conhecido de lideranças nas comunidades; a produção leiteira como vital para a sobrevivência dessas famílias; e principalmente a existência de grupos de mulheres engajadas no movimento de trabalhadoras rurais e o apoio financeiro da Fundação Macarthur.

Conforme já adiantamos, a pesquisa foi desenvolvida em três municípios, tendo sido entrevistadas 10 famílias em cada um deles, moradoras nas comunidades selecionadas. Contei com o apoio de uma equipe multiprofissional (já descrita), dos sindicatos de trabalhadores rurais e do próprio movimento de mulheres, cujos membros viabilizaram e assumiram a preparação e a realização das atividades da pesquisa que coordenei.

Entidades como os STRs, a EMATER, a ASTRI e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais selecionaram as famílias, buscando contemplar as diferentes comunidades do município e a diversidade de situações, tanto em relação às características sociais (condições de vida, origem étnica) como em relação ao tipo da produção de leite (famílias que produzem muito, que produzem pouco, que produzem apenas para o consumo familiar; que vendem leite fluido para a cooperativa ou para o consumidor direto, que vendem em queijo, etc.

Paralelamente a tais especificações, iniciamos a discussão e a elaboração do instrumento de pesquisa a ser utilizado para o levantamento de informações de campo. A partir de reuniões realizadas pela coordenação, definiu-se o perfil do formulário que seria elaborado pela equipe coordenadora. Este formulário foi dividido em três blocos básicos, que passo a expor:

Bloco A: Informações gerais a respeito da unidade de produção familiar:

- grupo familiar (composição da família, idade, grau de escolaridade, ocupações, tempo dedicado à propriedade, filiação a entidades de representação);
- unidade de produção (situação em relação à posse da terra, tamanho da área, participação em sistema comunitário de uso da terra, localização das áreas de uso agrícola em relação à moradia, criação de animais, utilização das terras);
- composição do rebanho leiteiro (número atual de cabeças de gado, raça de gado, número de animais abatidos e finalidade, número e causa da mortalidade de animais);
- produção de leite (produção média diária, no verão e no inverno, formas de utilização doméstica do leite, quantidade vendida);
- comercialização do leite (volume de comercialização de leite no verão e no inverno, tipo de comprador, papel desempenhado pelos membros da família na entrega do leite ao consumidor, nas negociações de preço, no recebimento do dinheiro, no transporte do carro até a estrada, nas combinações com o freteiro, em nome de quem sai a nota do leite).

Todas essas questões foram respondidas, predominantemente de forma conjunta, pelos vários integrantes das 69 famílias entrevistadas. Procuramos entrevistar a mulher, o marido, as filhas e os filhos jovens da família, de modo a complementar as informações.

Essa estratégia mostrou-se perspicaz por permitir perceber os espaços de domínio de algumas informações. O conjunto de questões era dirigido a todos os entrevistados, mas, em geral, as respostas eram dadas pelo homem. Certas questões, entretanto, particularmente aquelas em que a mulher se responsabiliza diretamente pelo desenvolvimento e controle da atividade, eram respondidas por ela, geralmente a partir da “deixa” do marido. Nos momentos em que eram solicitados dados sobre a produção do leite, por exemplo, isso ocorria com frequência.

Bloco B: Caracterização do trabalho da produção leiteira:

- identificação do entrevistado (nome, grau de parentesco em relação à mulher, tempo de moradia no local, sexo, estado civil, local de nascimento, origem étnica);
- rotina diária do entrevistado (descrição das principais atividades – não apenas as relacionadas à produção – realizadas cotidianamente), tanto nos períodos de pique de serviço como nos momentos de “normalidade”;
- tarefas cotidianas no trabalho da produção de leite (frequência, tempo gasto, principal responsável pela execução da tarefa, provável substituto);
- tarefas não cotidianas no trabalho na produção de leite (frequência, tempo gasto, principal responsável pela execução da tarefa, membro da família que auxilia na execução da tarefa, provável substituto);
- aplicação dos recursos obtidos a partir da venda do leite e derivados e controle contábil.

Esse último bloco de perguntas foi respondido, separadamente, por mulheres, homens e jovens das famílias entrevistadas. Sendo assim, um não estava a par do que o outro estava respondendo naquele momento. Aqui buscávamos entender como cada membro da família se percebe diante das atividades produtivas e como entende as atividades desenvolvidas pelos demais integrantes da família. Este bloco de questões foi respondido por 169 pessoas.

Cabe destacar que cada família foi entrevistada, na maioria das vezes, por uma dupla de entrevistadores (sempre que possível composta por um homem e uma mulher). Esta forma de composição da equipe de campo mostrou-se bastante acertada, pois a separação das pessoas evitava a interferência nas repostas de um entrevistado por outro. Cada dupla entrevistava, em média, três famílias por dia.

Bloco C: Esta parte final era dirigida apenas às mulheres, com a finalidade de levantar informações complementares a respeito da atividade leiteira:

- do beneficiamento do leite para a produção de derivados (quantidade produzida, frequência, tempo gasto, responsável pela produção, membros da família que auxiliam na execução da tarefa e provável substituto);

- da comercialização de derivados de leite (volume médio de produção comercializada, tipo de comprador, papel desempenhado pelos diversos membros da família na entrega do produto, na negociação do preço e no recebimento do dinheiro);
- da assistência e a participação técnica (participação dos membros da família em palestras, cursos, dias de campo);
- da participação dos membros da família em reuniões para discutir os problemas relativos à produção de leite na comunidade, no município, na região, entidades que promoveram lutas e manifestações referentes ao leite;
- da documentação das mulheres: conta bancária; atividades exercidas na lavoura, atividades preferidas do trabalho na lavoura e nas criações; frequência da participação do marido nas atividades relacionadas ao trabalho doméstico; formas de diversão e lazer; principais problemas enfrentados atualmente pela mulher e ações urgentes para melhorar a vida na família.

Devo alertar que a pesquisa não teve a intenção de elaborar um formulário redirecionado ao levantamento de dados que permitem um diagnóstico mais profundo a respeito da produção de leite na região⁷. Tampouco se constituía como preocupação central deste estudo um levantamento pormenorizado dos sistemas de produção agrícola encontrados entre os agricultores familiares entrevistados. Na verdade, os dados referentes aos sistemas de produção solicitados no formulário de campo buscavam construir um quadro referencial básico, apontando as características essenciais das famílias entrevistadas, nutrindo empiricamente o processo.

Nesse sentido, coerentemente com os objetivos da pesquisa, o conteúdo principal do formulário estava voltado fundamentalmente para a definição da rotina de trabalho da família na produção do leite e para a identificação do papel desempenhado pelas mulheres trabalhadoras

⁷ Destaco que partes das questões acima foram embasadas em experiências de produção/trabalho já desenvolvidas por outras instituições, porém com enfoques e eixos de análise diferentes. Ver: CEMTR/DESER. *Gênero e agricultura familiar*: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. Curitiba, 1996.

rurais no processo de produção, seu gerenciamento e comercialização (dessa produção), refletindo a desigualdade nas relações de gênero e, obviamente, não sentida pela estrutura sindical.

Pronto o formulário para levantamento dos dados foram realizadas duas reuniões, uma em cada município, com o objetivo de apresentá-lo aos pesquisadores de campo e esclarecer as dúvidas quanto à sua aplicação, padronizando-se, ao máximo, os procedimentos e seu preenchimento.

Os entrevistadores eram dirigentes e lideranças das comissões municipais de mulheres trabalhadoras rurais, de sindicatos e da ASTRI, orientados e sistematizados por mim. Objetivei entrevistar 70 famílias ao todo, 23 por município. Apenas uma das famílias selecionadas previamente pela comissão municipal de Catuípe-RS não pôde ser entrevistada, totalizando, então 69 famílias. O conjunto dos dados obtidos foi sistematizado por mim e analisado preliminarmente pela coordenação da ASTRI.

Posteriormente, foram realizados seminários regionais com duração de dois dias cada. Desses encontros, participaram os entrevistadores e representantes das entidades que faziam parte da pesquisa. Em continuidade, foi realizado um seminário em cada município envolvido pela pesquisa. Esses encontros, com duração de um dia, destinavam-se à apresentação e discussão de resultados parciais da pesquisa com as famílias entrevistadas.

A pesquisa foi concebida de forma que seus resultados pudessem subsidiar não só a elaboração de políticas de valorização do trabalho das mulheres na agricultura familiar, mas também ações políticas desenvolvidas pelo movimento de mulheres rurais e pelo sindicalismo rural na região noroeste.

Busquei construir um processo metodológico que contasse com a participação direta das lideranças de mulheres das comunidades na condução e na execução dos trabalhos de pesquisa. O envolvimento dessas lideranças, bem como das suas famílias, constitui-se elemento fundamental para o êxito do trabalho. Grande parte dos méritos deste estudo devem ser atribuídos à dedicação e ao empenho do movimento de mulheres, no sentido de garantir uma efetiva participação dos segmentos interessados.

Além disso, ressalto que a forma como foi idealizado o trabalho não considerava os entrevistados como meros fornecedores de informação. A utilização desse instrumento garantiu a possibilidade de compor uma pesquisa com falas que vêm sem pressa às vezes dirigidas, outras não, estimuladas por lembranças, pelo recurso da análise. As mulheres, certamente, apreenderam o conhecimento produzido na pesquisa e nas discussões realizadas. Essa assimilação aconteceu porque as discussões possibilitaram a formação e a reformulação de conceitos e de percepções.

Figura 2: Grupo de coordenadoras do movimento:



Fonte: O autor.

Em grande parte das entrevistas, foi possível registrar vozes que apareciam “por meio de silêncios” (MARTINS, 1997, p. 119), que surgiram por gestos, pelo sorriso, pelo constrangimento ou pela satisfação estampados no rosto que lembrava. O debate foi acontecendo durante as entrevistas e no processo de categorização e sistematização das falas das mulheres, principalmente. Relacionavam-se elementos de agora com os de antes da história dessas mulheres que já tinham vivido lugares e experiências distintas, em espaços diferentes.

A ideia central do trabalho apontava para uma construção conjunta de uma metodologia que associasse pesquisa e formação como partes integrantes de um processo único, cujas dimensões não se encontram separadas umas das outras. As falas literais e as intervenções que parecem necessárias para conduzir ou reconduzir a conversa foram os instrumentos capazes de fazer aflorar para a conversa os esquecimentos. Esses como que deixavam de existir quando se estabelecia uma linha que possibilitava inferir as informações. Dessas informações é que nos servimos. Nos registros, estão comentários e interpretações necessários para uma melhor compreensão do ambiente, como as anotações de reuniões do clube de mães.

Na expressão da fala literal, da impressão do pesquisador, do discurso das mulheres, a conjuntura do momento e da história verbalizada contextualiza-se em cada uma das conversas, mesmo que o objeto da pesquisa sejam, exclusivamente, dados sobre a vida cotidiana das mulheres da roça. Brandão, antropólogo que produziu poesias a partir de anotações de suas pesquisas com mulheres, fala em:

(...) Vontade de pensar a antropologia como alegoria, o que não é mais do que a vontade de escrever, com os símbolos do próprio poema, “o pensado e o vivido” dos personagens da própria antropologia: o homem, seus símbolos, seus mundos, sua vida. Os diários são as folhas de trás de cadernos de anotações de pesquisas, viagens e reuniões. São folhas de uma fala oculta. Escritos carregados de afeição. (BRANDÃO, 1984, p.12).

Nesse sentido, os dados preliminares apresentados nos seminários municipais e as discussões que emergiram a partir da apresentação contribuíram para que os participantes aprofundassem o entendimento a respeito do significado das relações sociais de gênero na agricultura familiar. Em muitos casos, foram dados depoimentos pessoais, particularmente os feitos por

homens que participaram dos seminários municipais, demonstrando o quanto as discussões ali realizadas fizeram com que questionassem seu modo de pensar e agir e a forma como ocorriam tais relações no âmbito da unidade de produção familiar.

Os seminários municipais e o processo de formação com grupos de mulheres nas comunidades do interior constituíram-se em espaços de debate de extrema importância e com reflexos em diferentes esferas: por exemplo, ampliou-se o grau de questionamento dos participantes a respeito da necessidade de valorizar o trabalho realizado pelas mulheres; impulsionou-se a crítica para a estrutura masculinizada do sindicalismo agrário, abrindo novos caminhos de participação da mulher na estrutura sindical, no caso do estudo, a ASTRI. Toda essa dinâmica contribuiu para revitalizar as entidades, abrindo suas estruturas para a incorporação da perspectiva da igualdade de gênero nas diversas dimensões em que atuam.

Na realização dos seminários, foram utilizadas diferentes técnicas de provocação e participação, como teatro sociodramático, apresentação de vídeos, redação de cartas, brincadeiras gerais e painéis para o debate de dados a fim de dinamizar as discussões, quebrando o ritmo dos trabalhos e evitando a monotonia dos encontros. O resultado obtido a partir da explicação dessas técnicas foi bastante positivo, na medida em que os grupos se mantiveram ativos e participantes.

Conforme dados preliminares da pesquisa iam sendo divulgados nos seminários municipais, envolvendo os grupos, iniciamos a discussão sobre a realidade das mulheres agricultoras. Meu desejo era obter um maior conhecimento sobre o que vinha sendo feito pelos grupos organizados, existentes em diversas comunidades para, a partir daí, desencadear uma reflexão conjunta sobre propostas de políticas públicas para melhorar a situação dessas mulheres – possibilitando-lhes acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica, à voz dentro da estrutura sindical etc. Ao mesmo tempo, discutíamos propostas que pudessem promover uma mudança na capacidade de decisão das mulheres e de acesso ao poder, dentro e fora do âmbito familiar.

Pelas experiências anteriores de trabalho, eu tinha conhecimento da dura realidade da mulher agricultora. Acompanho sua luta pelo reconhecimento oficial como trabalhadora no campo, pela melhora no atendimento à saúde, por sua inclusão na previdência social, entre

tantas outras lutas, das quais também, como colaborador da ASTRI, muitas vezes participei. Desconhecia ainda, ou tinha pouco claro, o modo como estas mulheres se viam, no universo da produção agrícola, e como pensavam o lugar desta agricultura em relação ao resto do mundo. Que ideias elas tinham a respeito? Como pensar a agricultura que fazem em uma situação ideal? Quais eram os principais problemas que enfrentavam e como concebiam a realidade se esses problemas fossem resolvidos? Queria entender sua reflexão sobre a estrutura sindical na qual estavam inseridas, e que futuro elas projetavam para si e para suas famílias.

Decidi pela realização de oficinas, como forma de buscar as repostas a essas questões e de ouvir melhor as falas dessas mulheres. Tal recurso já havia sido experimentado com mulheres e se mostrado útil no sentido de deixar o grupo à vontade para trazer à tona ideias e sentimentos que, muitas vezes, o discurso formal, em uma reunião, não consegue evidenciar.

Os resultados das oficinas foram surpreendentes, não só pela capacidade de analisar a realidade que as mulheres mostraram, como também pela complexidade dos problemas levantados e pelas pistas apontadas pela pesquisa, sinalizando para a busca de soluções.

Elaborei, então, uma “colagem” organizada dos principais temas abordados, com o intuito de compartilhar suas falas, que são verdadeiros tesouros escondidos atrás de uma realidade de muito trabalho e pouco reconhecimento. Mas não é só de sofrimento que estamos falando: o trabalho em comum feito com muita criatividade e muita coragem constituiu-se em um caminho seguro para a alegria, para as novas descobertas do afeto e do companheirismo⁸, como relata uma das participantes:

(...) A diferença das relações antes e agora é diferente, eu fui criada de um jeito muito rígido, que filha mulher não podia estudar, os pais diziam para que quem saía para estudar ia acontecer algum mal. Só os filhos homens podiam tudo, as filhas tinham que ser vigiadas, eu fui criada assim. Só tinha liberdade de ir até a Igreja no domingo à tarde pra rezar o culto, o jogo eu fui ver depois de casada, ia nas festas da igreja de São Paulo, onde nós morava. Baile, nós ia num baile por ano, acompanhada com o pai e a mãe, bem vigiada.

8 Para cada oficina, foram feitos relatórios que se encontram à disposição dos interessados na sede da ASTRI.

Nós era 5 irmãs, meus pais tiveram muita sorte que nós não nos revoltamos contra, fomos muito obedientes, casamos todas com mais de 22 anos e nenhuma grávida⁹.

As oficinas foram realizadas com os grupos de mulheres que organizamos para o processo de formação, apoiado pela Fundação Macarthur. Esses grupos eram marcados pela vivência de uma experiência anterior, pela militância, com alguma iniciativa no campo das relações de gênero.

Começamos, nos grupos, a identificar as visões de gênero, desnaturalizando os pontos de vista tradicionais de papéis masculino e feminino, avaliando como essas representações já eram diferentes junto às mulheres participantes de movimentos.

A técnica utilizada nesse sentido foi a do *baralho dos gêneros*. Esse baralho é composto de fotos ou figuras representativas de instrumentos de produção, de lugares, de divertimentos, roça, enxada, dinheiro, banco, cerveja, escova, festa, criança, varal de roupa, sindicato, cooperativa, máquina de calcular, computador, panela, trator, casa, escola, posto de saúde, vaca, cavalo, Igreja, clube, etc.

Cada participante pegava uma foto ao acaso. A coordenadora colocava no centro da roda duas cadeiras: numa delas, afixava um cartaz com os dizeres “COISA DE MULHER”; na outra, um cartaz com os dizeres “COISA DE HOMEM”. Depois disso, ela convidava todas as participantes a dizerem se a figura que tinham na mão representava coisa de mulher ou de homem, colocando-a na respectiva cadeira e explicando a escolha. A caracterização feita pelas participantes era revista no final, procurando chegar a um consenso no grupo.

Para discutir o tempo e o espaço de homens e mulheres, as participantes foram divididas em quatro grupos, com o objetivo de que cada uma pudesse discutir e apresentar o dia de uma trabalhadora rural e o dia de um trabalhador rural; os lugares por onde o trabalhador ou a trabalhadora rural transitavam.

9 L.K.H, agricultora, nascida em 27 de maio de 1959 em Rodeio Bonito. Hoje é líder comunitária na Comunidade da Linha 7 Leste, em Ijuí.

A participação das mulheres nos movimentos serviu para reconstruir a história política conjunta do grupo e para avaliar em que medida o projeto em que elas estavam envolvidas contribuía ou não para a autonomia das mulheres em geral. Foi utilizada a linha da vida como forma de recuperar essa história. A técnica consiste em desenhar uma linha no quadro. Para ser iniciada, requer a definição, coletiva, de uma data significativa. Em seguida, são marcados os fatos importantes ocorridos daquele momento até a atualidade. Cada uma, então, diz quando começou a participar e assinala o ano de sua entrada no movimento, ao longo da linha. Discutiu-se ainda como a participação social transformou suas vidas, em particular na organização do trabalho e na produção, tornando-as conscientes do seu papel, principalmente dentro da estrutura da ASTRI.

Para que todos os envolvidos no processo compreendessem melhor as mudanças que a participação no movimento provocou na organização da produção e no trabalho na roça de cada uma, utilizamos dramatizações. Esse recurso foi empregado em diferentes momentos e pontos de discussão das oficinas, sempre que queríamos aprofundar o assunto. Nesse processo, as mulheres identificaram e representaram os seus sonhos e desejos, em desenhos feitos em grupo a partir do tema “a roça ideal” – dramatização feita pelas próprias mulheres a partir de oficinas de desenho com argila.

Figura 3: Instantâneo da dramatização feita pelas trabalhadoras rurais



Fonte: O autor.

Por fim, para avaliar o dia de trabalho das oficinas e favorecer o intercâmbio entre os grupos, as participantes, reunidas em pequenos grupos, escreveram uma carta para as mulheres de outros grupos. Na carta, elas comentaram a oficina (do que gostaram, do que não gostaram, o que aprenderam, etc.) e também fizeram uma pergunta sobre algo que lhes interessava da outra experiência. Eis uma delas:

(...) Companheiras... vim para a oficina de capacitação em gênero, imaginando que apenas seria relatado o resultado da pesquisa com alguns comentários. Bom, me surpreendi, pois a discussão de cada item foi rica e muito participativa. Perceber que não são só as mulheres que estão participando da discussão de gênero na produção de leite e no

contexto da vida da família e do sindicato foi muito lucrativo. Mas este foi um encontro onde eu aprendi, partilhei e pude contribuir um pouco também¹⁰.

Ao longo desse dia de trabalho, inúmeras questões foram levantadas e procuro registrá-las aqui, reproduzindo as falas das próprias mulheres. Na dramatização, cuja temática era “o que é ser homem, o que é ser mulher na roça hoje”, o grupo representou uma família, constituída de pai, mãe, várias filhas e um filho. Iniciaram as falas, reproduzindo um dia comum da vida familiar. Vejamos o quadro que construíram:

Dramatização:

Pela manhã, o pai vai para a roça, levando o filho. Antes de sair, ele reclama que a mulher está criando um bando de preguiçosas, que não fazem nada, e ordena que ela leve o almoço para eles. A mulher fica em casa, fazendo os serviços domésticos, e as filhas mais velhas ajudam no cuidado das mais novas e na arrumação da casa.

Na hora do almoço, a mãe leva a comida para o marido e o filho, e, enquanto eles almoçam, ela pega a enxada para capinar. Terminado o almoço dos dois, a mulher retorna à casa e vai lavar a louça, e, logo depois, volta para a lavoura, para trabalhar com ambos. As filhas ficam tomando conta das menores e preparando o jantar.

Quando todos voltam da lavoura, o pai e o filho sentam-se à mesa, dizendo estar muito cansados. A mulher vai para a cozinha, ajudar a terminar de fazer o jantar. O pai grita da sala, pedindo água, e a mãe manda uma das meninas atendê-lo. Ele começa a reclamar da demora da comida e da fome que sente. Logo chega a mulher, correndo, com a comida no prato para o marido; um das meninas traz o do irmão.

Findo o jantar, o marido pede um café, e a mulher corre para servi-lo. Ele toma café e novamente reclama de estar muito cansado e ela vai preparar-lhe o banho, recomendando que ele descanse, pois, coitado, havia trabalhado muito...

10 Carta de uma participante do grupo da Comunidade de Santo Antônio – Ijuí a uma outra companheira na Comunidade de Três Vendas, em Catuípe, sobre as oficinas. Novembro de 2000.

Pelo significado de que se revestiram, selecionei depoimentos que, a seguir, ilustram o impacto causado pela dramatização acima:

Meu pai era desse jeitinho que representamos (disse a mulher que interpretou o homem da dramatização). Eu me inspirei nele pra representar. Chega da roça e diz que tá cansado. A mulher tem de continuar trabalhando e o home vai descansar. Tem home que faz da mulher escrava. Não valoriza o trabalho da mulher¹¹.

A mulher levanta de manhã e, como normalmente, toma um chimarrão com o marido. Depois, vai fazer a ordenha e volta pra dentro, que tem as crianças: arruma logo pra ir para a escola (...) toma café, arruma o café e vai para lavoura com o home. Aí, volta por onze, onze e pouco, volta para casa e faz almoço. Almoça. Depois, lava a louça, limpa a casa, lava a roupa e, na parte da tarde, acompanha o marido de novo na lavoura. Antes do sol entrar no ocaso, volta pra casa. Ajuda a fazer o pasto, ordenha de novo, entra pra dentro, faz a janta. Janta, lava a louça e algumas assistem televisão, outras vão dormir, outras escolhem feijão. Este é o dia da semana. No fim de semana tem as exceções, vai pra Igreja, pro clube de mães¹².

Às vezes, quando a mulher vem mais cedo pra casa, o marido chega e tem muitos que não ajudam a fazer nada, porque, como eles dizem: ‘a mulher foi mais cedo para fazer o serviço, eu fiquei trabalhando lá na roça’. Aí, em vez de ele chegar em casa e ajudar ela a terminar o serviço, vai tomar banho. Ele acha que a mulher não trabalha em casa; ela trabalha só lá na roça; em casa não¹³.

Eu não acho que o serviço da casa é menos pesado que na roça. Eu acho que na roça tu chega lá e faz só aquele serviço lá. Em casa, não, tu faz e desmancha, tu começa, lava louça, arruma tudo no armário. Questão de uma hora ou duas você tem que recolher tudo de volta, pôr no fogão, tu limpa e, de novo, aquela folia. O dia inteiro você tá lidando ali. Aquela rotina. Não aparece o que tu tá fazendo. Chega meio-dia, eles vêm da roça. Mas tu não fez nada. Não aparece o que tu fez durante o dia. A roça aparece mais, a roça limpa aparece mais¹⁴.

11 Depoimento de M.B. Comunidade de Três Vendas – Catuipe (RS), mar. 1999.

12 Depoimento de D. B.,Linha 7 Leste – Ijuí (RS) maio 1999.

13 Depoimento de I. G, Comunidade de Rincão da Lage – Augusto Pestana(RS) fev. 2000.

14 Depoimento de M. C; da Comunidade de Três Vendas – Catuípe (RS), mar. 2000.

No desenho imaginário das mulheres, a roça está sempre perto da casa, porque elas têm de cuidar da casa, das crianças. Normalmente, a roça do homem fica mais perto da água. A mulher trabalhadora gosta da horta; o homem cuida da roça grande, de milho, soja, feijão.

Tudo o que diz respeito às questões produtivas só aparece, na dramatização, na discussão dos homens. Embora elas já tenham participado de lutas (vitoriosas) para conseguirem se inscrever no acesso aos créditos, são os homens que fazem os negócios, vendem, tratam com o banco, lidam com o dinheiro.

Nos depoimentos coletados através das entrevistas e a partir das oficinas de capacitação nas comunidades, começávamos a ter um perfil da atual situação das mulheres envolvidas no processo, representando as demais em suas comunidades.

No desenvolvimento da pesquisa não se pretendeu realizar um diagnóstico dos sistemas de produção predominantes, mas, antes de mais nada, pontuar características importantes que marcam não só as famílias entrevistadas, como também a caracterização da unidade de produção e as relações de poder na propriedade familiar.

Para montar o perfil das famílias entrevistadas, foram levantadas informações que permitissem essa caracterização global, identificando a composição das famílias, número de membros, sexo e idade, grau de escolaridade, local de nascimento, tempo de moradia no local, origem étnica, ocupação principal de cada um dos integrantes da família.

Do total das 69 famílias entrevistadas, em sua grande maioria (83%) são famílias nucleares simples, compostas por homem, mulher e filhos. Em 17% dos casos analisados, foram identificadas famílias extensas, ou seja, integradas também pelos avós, tias e tios, sogras e sogros e outros parentes. A ampla maioria dos casais está casada legalmente, mas foram verificados três casais que “vivem junto”, sem ter “casado no papel”, ou na Igreja, além de uma viúva.

Como se pode ver no quadro abaixo, que mostra a distribuição por faixa etária (apenas entre 20 e 59 anos), as mulheres são, de um modo geral, um pouco mais jovens que os homens: 45% delas possuem idade acima de 40 anos, enquanto 67% dos homens estão situados nessa faixa etária. Os dados referentes à composição familiar revelam uma tendência demográfica em curso: a queda do número de filhos na agricultura familiar. Apenas 5% das famílias entrevistadas têm mais que quatro filhos.

Distribuição por faixa etária (%):

Faixa etária Entrevistado	De 20 a 29	De 30 a 39	De 40 a 49	De 50 a 59
Mulheres	7	48	28	16
Homens	0	32	38	25

Fonte: Pesquisa de Campo/1998-2000.

Apesar da maior parcela dos membros das famílias ainda se encontrar em idade reprodutiva, podendo até ocorrer aumento do número de filhos, chama a atenção o fato de que quase 80% das famílias possuem até três filhos.

A média entre as famílias entrevistadas é de 2,4 filhos por família, o que representa uma mudança significativa, em um curto espaço de tempo, uma vez que, na geração imediatamente anterior, o comum era encontrar famílias com oito, dez ou mais filhos. As causas dessa tendência de redução do número de filhos devem ser buscadas na combinação de diversos fatores, associados à modernização da agricultura, à crise econômica ou às mudanças nos valores e necessidades desse grupo social. Dentre os fatores, podem ser mencionados: a dificuldade, seja através da partilha da propriedade, seja através da aquisição de novas terras, de garantir a reprodução dos jovens agricultores; a redução da necessidade de força de trabalho nas propriedades; a difusão dos métodos anticoncepcionais, acompanhada de uma redução da influência direta da Igreja no planejamento familiar; e ainda, a generalização, entre esses agricultores, do entendimento de que dar estudo aos filhos é necessário para que se capacitem para buscar melhores condições de vida.

O conjunto das famílias entrevistadas possui um total de 168 filhos que residem nas propriedades, dos quais 71 são meninos/rapazes e 97 são meninas/moças. Concentram-se nas faixas de idade entre 13 e 19 anos (44% das filhas e 35% dos filhos) e entre 0 e 12 anos (41% das filhas e 47% dos filhos). Em sete famílias, foram mencionados filhos jovens (sete rapazes e uma moça) que não vivem na unidade de produção, sendo que nenhuma das 69 famílias possui mais que um filho que viva nessas condições.

Cabe ainda mencionar que apenas 9% dos 33 filhos entrevistados durante a pesquisa são casados e residem na propriedade dos pais. Aproximadamente 30% das mulheres e dos homens adultos entrevistados residem no atual local de moradia em um período entre 6 e 10 anos. Se a este número forem somados os 18% de entrevistados adultos que moram há pelo menos 5 anos na comunidade, podemos verificar que quase a metade das famílias analisadas deslocou-se recentemente para outros lugares.

A maioria dos entrevistados é descendente de imigrantes de origem europeia, especialmente italianos e alemães, registrando-se também alguns casos de descendentes de poloneses e austríacos. Verificamos ainda, entre os entrevistados, a presença de “caboclos” (em torno de 10%) miscigenados com descendentes de imigrantes europeus.

O predomínio dos descendentes de imigrantes europeus justifica-se, em primeiro lugar, em função da sua importância histórica na colonização de Ijuí, como vimos na primeira parte do trabalho, particularmente nessa região – Noroeste – ,foco inicial do processo de colonização. Verificamos também que 88% das mulheres e 90% dos homens adultos não concluíram o ensino fundamental, tendo grande parte cursado somente até a 4ª série. Atualmente, com mais facilidade de acesso à escola e maior valorização atribuída à educação formal, há uma preocupação do país no sentido de garantir o estudo dos filhos.

Fiz um levantamento de quais as duas principais ocupações que cada um dos membros da família desempenha. As atividades sugeridas foram as seguintes: lavoura, criação, casa, estudante, professor, assalariado rural e assalariado urbano. De acordo com as respostas dadas pelas mulheres, há um equilíbrio entre a dedicação às atividades voltadas à reprodução da família (arrumar e limpar a casa, lavar e passar a roupa, cozinhar, lavar a louça, cuidar das crianças etc.) e as atividades relacionadas à produção: enquanto a “casa” foi apontada como principal ocupação por pouco mais de 50% das mulheres entrevistadas, 47% delas apontaram “lavoura” (30%) ou “criação” (17%) como principal ocupação. Com a segunda ocupação principal mantém-se a mesma lógica, embora se evidencie aí a importância do trabalho das mulheres na criação de animais, apontado como segunda atividade mais importante por 50% das entrevistadas (26% apontaram a casa e 23% destacaram a lavoura).

Entre os homens, há uma forte recorrência nas respostas: 79% disseram que a lavoura se constitui na principal atividade. A mesma porcentagem afirmou que “criação” é a segunda ocupação masculina.

Ao observar as respostas de filhas e filhos, no que diz respeito às ocupações principais, destaco dois elementos relevantes para a análise das relações de gênero: 1) é possível notar dois padrões de comportamento, um característico de mulheres e filhas, outro característico de homens e filhos; 2) a atividade “estudo” ocupa posição diferenciada para moças e rapazes. É o que se pode analisar pelos dados apresentados no quadro a seguir:

Ocupação (%):

Membros da família	lavoura	criação	casa	estudante	total
Mulheres (69)	30	17	52	0	69
Filhas (55)	22	09	36	27	55
Filhos (79)	44	08	03	44	79
Homens (68)	79	19	1	0	68

Fonte: Pesquisa de campo/1998-2000

Para 36 % das filhas entrevistadas, a principal ocupação relaciona-se às atividades da casa; para 27% é o estudo e para 22% é a lavoura. Como a segunda ocupação não consta no quadro, aparece a casa em 41% das respostas, ficando a criação com 28% e o estudo com 19%. Dentre os filhos, 44 % apontaram a lavoura como atividade principal, enquanto outros 44% apontaram o estudo como a segunda ocupação principal. Os filhos dedicam-se mais ao trato das criações (47%) e à lavoura (27%)

A diferença entre moças e rapazes, no que diz respeito à importância do estudo entre suas atividades, pode ser explicada dentre vários elementos, pelo fato de que muitas vezes a atividade escolar só pode ser realizada à noite, ao mesmo tempo em que exige deslocamento da propriedade para outras regiões do município, muitas vezes a pé. É comum, então, nesses

casos, só ser permitido à moça estudar quando tem a possibilidade de ir acompanhada por um irmão, de forma a não se deslocar sozinha à noite. Ainda a moça, por responder pelo trabalho doméstico, acaba tendo até mais responsabilidades com relação a essas tarefas que a mãe não realiza (pois, nesses casos, dedica-se prioritariamente às atividades relacionadas à produção) e tem menos tempo disponível para o estudo que seus irmãos homens.

Esses fatores, porém, não se explicam por si, sendo consequências da valorização diferenciada que a sociedade e os pais atribuem à educação de rapazes e moças: Segundo a visão dominante, as moças não teriam tanta necessidade de aprofundar os estudos, já que seu “destino” estaria reservado às tarefas consideradas domésticas e ao casamento, enquanto aos rapazes caberia uma melhor preparação, de forma a se capacitarem para melhor conduzir os “negócios” da propriedade, ou para tentar nova vida na cidade.

O último aspecto a ser identificado, no que diz respeito à caracterização das famílias entrevistadas, relaciona-se ao grau de participação dos membros da família em entidades de representação política e de organização da produção. Metade das mulheres entrevistadas está filiada ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de seu município. As conquistas registradas na Constituição de 1988, em termos de direitos previdenciários das mulheres rurais, aliadas ao trabalho de sensibilização e conscientização realizado por comissões de mulheres, causaram um rápido crescimento da filiação sindical feminina. Não há dúvida de que a participação das mulheres nas entidades sindicais foi, até poucos anos atrás, bem menor, para não dizer inexistente.

Além disso, vale destacar que 30 mulheres (47%) informaram que participam atualmente da diretoria de alguma entidade (sindicato, associação, Igreja etc). O quadro abaixo indica algumas desigualdades entre homens e mulheres, mas mostra também que é significativo o número das mulheres entrevistadas que declararam possuir documentação básica, o que é mais um indicador da eficácia do trabalho organizativo do próprio movimento de mulheres no seio sindical.

Documentação pessoal e conta bancária das 69 mulheres entrevistadas(%):

Tem certidão de casamento	64
Tem carteira de identidade	43
Tem CPF	45
Tem título de eleitor	62
Tem bloco de produtor	48
Tem carteira de motorista	5
Tem conta corrente individual	1
Tem conta conjunta com o marido	14
Não tem, mas o marido tem conta	30

Fonte: Pesquisa de Campo/1998-2000

2.1 O cotidiano da família rural

Entender a participação dos integrantes da família no contexto das diferentes esferas de trabalho da unidade familiar é um dos nossos objetivos. Tomando-se por base o que acontece no dia a dia das mulheres trabalhadoras rurais, tanto dentro de casa como nas atividades externas, foi possível identificar os papéis sociais desempenhados por mulheres, homens, jovens e crianças, particularmente nas tarefas (cotidianas e não cotidianas) relacionadas à produção de leite.

Para apreender o significado destas relações de gênero, foram adotadas duas estratégias metodológicas complementares. Inicialmente, formulários que orientaram as entrevistas de campo, nos quais era solicitado aos entrevistados – individualmente – que opinassem a respeito da execução e do controle de diferentes atividades desenvolvidas na propriedade. Após a sistematização das informações, os dados foram apresentados e debatidos nos encontros com os grupos pré-escolhidos no início do processo, nos sindicatos envolvidos.

Ao serem colocados frente a frente mulheres, homens e jovens, discutindo aspectos relacionados à distribuição do conjunto de tarefas realizadas na unidade familiar (quem faz o que, quem ajuda quem, quem controla ou planeja o que, quem desenvolve as atividades na casa, na lavoura, na criação, na transformação primária de produtos, na comercialização, na capacitação etc.) ou representando, através da utilização de técnicas de teatralização, seu cotidiano de vida e trabalho, os seminários viabilizaram o debate sobre questões extremamente concretas da vida dos participantes.

Mais do que isso, tratava-se de uma discussão nova, com um enfoque diferente: os participantes dos seminários não haviam tido, até então, a oportunidade de refletir e se questionaram a respeito de costumes quase postos como “naturais”. Grande parte dos participantes das oficinas e dos seminários ficavam perplexos ao perceber como determinados aspectos traduzem, por exemplo, a desigualdade, a desvalorização e a discriminação do trabalho feminino no próprio seio da família.

Cada mulher, individualmente, sentiu o processo de uma forma singular. Em razão disso, foram se manifestando aos poucos. M.G diz que, quando o trabalho foi iniciado, “tinha vergonha de conversar”¹⁵. As mulheres foram, certamente, sentindo-se protagonistas, colocando-se como atores principais.

A cada esforço encontramos muitos tesouros, dentre eles a construção de uma identidade através da percepção da representação que cada mulher faz de si mesma... Percebe-se que o ato de contar sua história de vida implica uma racionalização do passado, que leva a um presente inevitável. As mulheres selecionam e organizam teleologicamente seus temas relevantes, dando coerência e unidade à sua entrevista, criando protagonistas, que são elas mesmas (SANTOS, 1996, p. 254).

Para compor as informações que viriam dar base a esse debate, foi solicitado a cada um dos entrevistados que respondesse como percebia seu papel dentro da unidade familiar. Nesse sentido, cada entrevistado (mulheres, homens e jovens), separadamente, relatou o que

15 Depoimento de M.G, Comunidade de Colônia Santo Antônio. Ijuí (RS), ago. 1998.

faz comumente no seu cotidiano. Para a análise, foram consideradas apenas as atividades mais citadas nas entrevistas.

A participação de cada membro da família nas atividades diretamente relacionadas à produção de leite foi investigada na sequência. Adotando-se o mesmo procedimento do item anterior, foram sistematizadas as principais opiniões de mulheres e homens a respeito de “quem faz”, “quem ajuda” e “quem decide” nas tarefas (cotidianas ou não), selecionadas no formulário. É importante destacar que, nesse item, diferentemente do anterior, cada membro da família não emitiu opinião apenas sobre seu trabalho, mas também sobre o de cada membro da família envolvido na atividade leiteira). Abaixo, depoimentos pontuais:

(...) Se eu chego de viagem, se eu chego às sete, no caso, se eu escuto o barulho do motor, fico bem quietinha, tomando chimarrão, mas se eles veem que eu cheguei em casa, ah, não vão a tirar leite. É assim, a hora que eu cheguei, eu tenho que ir pra estrebaria tirar o leite. Mas eu chego bem quietinha, aí eles chegam e dizem ‘ah, tu já chegou’... Mas ele arruma o trato... é rara as vezes, só se ele não está...isso é trabalho dele...E também pra entregar pro leiteiro, um dia vai eu, um dia ele, daí ele me cutuca na cama... deixa que eu levanto, aí no outro dia ‘agora vai você’... daí ele vai... um dia eu, um dia ele (...) ¹⁶.

(...) lá em casa o compromisso é dos dois... se eu vou pra roça com ele, ele tem que vir me ajudar com as vacas... mas no domingo fica jogando bola, é claro que ele não vai se preocupar com as vacas (...) ¹⁷.

Cada sociedade estabelece padrões de comportamento – correspondentes às diferentes idades e gerações, que regem a divisão social do trabalho. Nas comunidades rurais do sul do Brasil, predomina um tipo de organização social que atribui ao homem a responsabilidade da organização do processo de trabalho agrícola e da representação da unidade de produção no espaço público. Por sua vez, cabe às mulheres agricultora o papel “coadjuvante”: em geral, não são reconhecidas como produtoras, sendo atribuída a elas a função básica de garantir a reprodução da família.

¹⁶ Depoimento de N. P; Comunidade de São Valentim – Ijuí (RS) mar. 1998.

¹⁷ Depoimento de C.G; Comunidade de São Miguel – Ijuí (RS), abr. 1998.

A reprodução desses estereótipos implica um conjunto específico de saberes e práticas, assegurados pela sua transmissão de geração a geração: filhos e filhas são educados de acordo com o papel social que pretensamente deveriam desempenhar na sociedade.

Para identificar os papéis sociais assumidos pelos diferentes componentes da família de agricultores, foi solicitado a cada um deles (casal) que relatasse o que faz normalmente. Com o objetivo de facilitar a sistematização das respostas, o formulário dividiu a duração do dia em sete períodos (antes do café da manhã, depois do café, antes do almoço, depois do almoço, meio da tarde, fim da tarde e depois do jantar), de maneira a tornar possível identificar, para cada um desses períodos do dia, quais as atividades predominantes e quem as executa.

De um modo geral, as mulheres (mães e filhas) desempenham um papel fundamental na dinâmica da unidade de produção familiar, interferindo diretamente nas diferentes esferas de atuação – produtiva e reprodutiva. Os homens – pais e filhos – por outro lado, cumprem função decisiva, particularmente na área da produção, mas raramente atuam no espaço da reprodução familiar.

De acordo com a sistematização dos dados, podemos observar que, antes do café, as mulheres têm como principal preocupação a tarefa da ordenha do leite, que implica um conjunto de atividades complementares (levar as vacas até a estrebaria, tratá-las, lavar as vasilhas, etc). Em geral, essas tarefas são realizadas pelas mulheres que, neste período, ainda preparam o café da manhã para a família e, em alguns casos, cuidam da criação de porcos e aves.

No caso dos homens, as atividades desse período mais lembradas nas entrevistas foram justamente o trato das criações, de gado inclusive, sendo que uma parcela minoritária deles (36% dos maridos e 25% dos rapazes) afirmou dedicar-se também à ordenha das vacas.

A intensidade de trabalho masculino na atividade de ordenha pode ser relacionada à importância comercial da atividade para a unidade familiar. Se o volume de leite produzido é pequeno, verifica-se a tendência de uma menor participação masculina nesta atividade; no entanto, se a produção leiteira assume relevância como fonte de renda, é possível perceber a tendência no sentido de uma participação mais ativa dos homens.

Ainda referente ao período anterior ao café da manhã, nas entrevistas realizadas com os maridos, a resposta que mais apareceu foi tomar chimarrão (57%). Os demais componentes da

família também lembraram desse hábito, porém com menor intensidade. Em algumas famílias, as atividades externas à casa são realizadas após o café da manhã, mas se mantêm a mesma divisão sexual de trabalho.

Após essas atividades, os homens se dirigem à roça, enquanto as mulheres dedicam-se inicialmente às atividades domésticas (limpar a casa, lavar a louça do café e a roupa). Terminada esta tarefa, deslocam-se até as áreas de lavoura para trabalhar na roça. Nos períodos de maior exigência de mão de obra na lavoura, quando da colheita, por exemplo, elas costumam deixar as atividades domésticas em segundo plano e priorizar as tarefas agrícolas.

É possível relacionar a intensidade de trabalho das mulheres na lavoura ao número de filhos disponíveis para a execução de tais atividades. Se a família ainda não possui filhos em idade de trabalho na lavoura ou se alguns deles já deixaram o grupo doméstico, seja para a constituição de outro, seja para migrar em busca de novas alternativas de terra ou emprego, a unidade de produção exige da mulher um esforço redobrado, de modo a superar as limitações de disponibilidade de força de trabalho familiar. Porém, se o número de filhas moças é suficiente para que elas se responsabilizem pelo trabalho doméstico, as mulheres mães tendem a aumentar o tempo de trabalho dedicado às atividades agrícolas.

Principais atividades realizadas pelos membros da família antes do café da manhã (%):

Atividades e nº de entrevistados	Mulher (67)	Homem (68)	Filha (21)	Filho (12)
Tirar leite	71	36	62	25
Preparar café, fazer fogo, cortar lenha	56	*	*	*
Tomar chimarrão	40	57	*	42
Cuidar de outras criações	15	49	*	50
Tratar das vacas	*	27	*	*
Lavar vasilhas, coar leite	*	*	24	*

Fonte: Pesquisa de Campo/1998-2000

No final da manhã, as mulheres (mães e/ou filhas) costumam retornar para casa um pouco mais cedo que os homens, para trabalhar na transformação do leite em seus derivados (queijo, manteiga, requeijão). Os homens (pais e/ou filhos), ao voltarem da lavoura, tratam das criações.

Logo após o almoço, às mulheres cabe a limpeza da cozinha, bem como outras atividades domésticas que eventualmente não tenham sido executadas durante a manhã (limpar a casa, lavar a roupa). Também aqui observo que, enquanto as mulheres estão trabalhando nas atividades domésticas, os homens estão descansando. As respostas dos entrevistados que afirmaram descansar depois do almoço servem como indicador para revelar a sobrecarga de trabalho das mulheres: cerca de um terço delas (mães e filhas entrevistadas) mencionaram que descansam depois do almoço, enquanto, no caso dos homens, este percentual sobe para 58%, e nas entrevistas com os rapazes, chega a 75%.

Depois de recuperar parte das energias despendidas no período matinal, os homens retomam às atividades agrícolas, sendo acompanhados, sempre que possível, por outros membros da família (mulher e filhos). Conforme as declarações das mulheres, parece ser nesta parte do dia que preferem trabalhar na horta.

Os jovens – moças ou rapazes – que frequentam a escola no período noturno tendem a preferir o início da tarde para estudar e fazer suas tarefas escolares. Por sua vez, os jovens que frequentam a escola em outro período do dia deixam para estudar à noite. Terminadas as tarefas, trabalham junto aos pais nos serviços domésticos ou agrícolas.

Ao final da tarde, todos retornam à casa e vão cuidar dos animais: as mulheres voltam-se fundamentalmente para as tarefas relacionadas à produção leiteira (tratar as vacas, ordenhar, etc.) enquanto os homens dedicam-se às demais culturas, também colaborando nos serviços relativos à ordenha e ao trato do gado.

Terminadas as tarefas externas a casa, os jovens que estudam à noite preparam-se para ir à escola. Para os homens, o dia de trabalho geralmente se encerra nesse momento, tendo em vista que nenhum deles citou para além desse período a realização de qualquer atividade ligada à produção ou à reprodução da família.

E é justamente nesse ponto que reside a principal característica que define também, para as mulheres do campo, a dupla jornada de trabalho: enquanto os homens assistem à TV, escutam rádio ou simplesmente descansam, as mulheres estão cozinhando, limpando a cozinha, passando roupa, costurando ou tricotando. Por mais que muitas dessas tarefas possam ser realizadas simultaneamente ao acompanhamento do noticiário, da novela ou de outro programa de interesse, ainda assim continuam trabalhando. Ou seja, o dia de trabalho das mulheres agricultoras não termina simultaneamente com a jornada de outros componentes da família. O quadro abaixo é esclarecedor em relação ao que afirmo:

Principais atividades realizadas pelos membros da família depois do jantar(%):

Atividades	Mulher (67)	Homem (68)	Filha (21)	Filho (12)
Lavar louça, arrumar cozinha	62	*	*	*
Assistir à TV, escutar rádio	51	76	50	58
Passar roupa	24	*	*	*
Costurar, remendar	15	*	*	*
Descansar	12	18	*	*
Ir à aula, estudar	*	*	43	42

Fonte: Pesquisa de campo/1998-2000

O que observamos nas conversas com as mulheres e homens nas suas casas é que todas as tarefas não cotidianas¹⁸ apontadas são decididas, predominantemente, pelos homens, com exceção às decisões acerca da inseminação artificial e da venda de animais.

Além de identificar “quem faz” e “quem decide”, procurei saber também “quem ajuda” em cada uma das tarefas. Ao contrário dos itens anteriores, em que consegui identificar uma

¹⁸ Os serviços não cotidianos indicados foram: consertar a cerca, Capinar o pasto, consertar a estrebaria, comprar medicamentos, comprar equipamentos, vender animais...

figura que predominava sobre as demais, quando tentamos identificar as pessoas que “ajudam”, percebemos que são vários os membros da família envolvidos.

As tarefas cotidianas são de domínio feminino, tanto no que se refere à execução quanto à decisão. Dentre as atividades diárias, cabe mais ao homem o corte do pasto para a alimentação dos animais, a manutenção da cerca elétrica e a trituração de alimentos. Percebemos que as atividades que envolvem o manejo de equipamentos – cerca elétrica e triturador – são mais restritas à esfera de trabalho masculino. Para a realização de tais serviços, os vários integrantes da família podem ser escolhidos para ajudar.

Às mulheres são atribuídas as tarefas relativas ao manejo dos bezerros: à higiene e à ordenha das vacas, dentre outras. Em todas essas tarefas, as mulheres não apenas são as que mais frequentemente foram apontadas como responsáveis pela execução, mas também como as pessoas que detêm a decisão. Nessas atividades, as mulheres adultas contam com a ajuda de todos os membros da família, particularmente das filhas jovens. As crianças menores inclusive, igualmente têm importante participação nessas atividades, especialmente na limpeza da estrebaria e no manejo dos bezerros. A depoente abaixo fala da divisão dos papéis no trabalho de casa:

(...) O homem funciona assim..., se você se dedica, eles puxam para trás, agora se você não faz, ele vê num instante, né...,daí ele começa a xingar, ‘ih, eu tenho que fazer tudo sozinho’...aí eu faço junto..mas ele sempre tem que ajudar a gente..o pasto é muito pesado.. mandioca eu não consigo mais arrancar...e cana, às vezes ela fala duas, três vezes ‘tem que tirar pasto’ pois é, eu digo: vai me ajuda! Falo duas ou três vezes...,eu faço de conta que não vou . De repente ele pega a carreta e vai buscar o pasto...Não podemos fazer tudo sozinha, por que a gente está sempre lidando na cozinha, lavando a roupa, isso ele não faz, né¹⁹?

Analisando a forma como cada entrevistado reage ao responder a essas questões, é possível apontar algumas considerações, como a forte tendência de as mulheres identificarem em si próprias as principais ajudantes nas tarefas executadas predominantemente pelos homens. Por

19 Depoimento de I.G – Comunidade de Rincão da Lage – Augusto Pestana (RS), nov. 2000.

outro lado, os homens tendem a reconhecer que, na maioria dessas atividades, são os rapazes os principais ajudantes.

Para várias das famílias entrevistadas, quando das respostas a essas questões foi um momento de se dar conta, mostrando inclusive certa surpresa, de que as crianças realizam uma série de atividades, o que parece não ser usualmente reconhecido. De um modo geral, pelas respostas dadas, as mulheres conquistaram importantes espaços nas decisões familiares. Mesmo os homens reconhecem que muitos assuntos já não são mais decididos exclusivamente por eles, já começam a sentir a necessidade de ouvir, conversar e tomar determinadas decisões em conjunto com as mulheres e os filhos. Mesmo assim observei que os homens reconhecem menos o trabalho desenvolvido pelas moças que o desempenhado pelos rapazes – eles parecem não notar o que as filhas realizam.

Devo ressaltar, ainda, que cada integrante da família tende a enfatizar a sua inserção específica, atribuindo a si próprio um destaque especial. Esse comportamento é acentuado entre os rapazes, que são claramente os que mais se autovalorizam.

Além das informações dadas pelo conjunto família a respeito da unidade de produção agrícola, foi solicitada, especificamente às mulheres, uma série de dados complementares, como o que mais gosta de fazer em casa, na lavoura, o que não gosta de fazer em casa, aquilo que a deixa mais insatisfeita, etc. Para perceber o envolvimento das mulheres no trabalho realizado no grupo familiar, considerei importante verificar que atividades que desenvolvem, bem como aquelas que preferem desempenhar. Para obter essas informações, o formulário solicitava que cada entrevistada indicasse as atividades que realiza e que destacasse, dessas, até três, as de sua preferência, à exceção dos serviços domésticos.

A partir das repostas, observei que a grande maioria das agricultoras entrevistadas dedicava-se tanto ao trabalho na lavoura quanto à criação de animais. Das 67 mulheres entrevistadas, 65 apontaram que cuidam dos animais; 62 trabalham na horta; 58 capinam; 53 trabalham na colheita das lavouras; 50 com ervas medicinais; 48 no plantio e 35 na aplicação de adubo. Por mais que não houvesse preocupação no sentido de quantificar as horas de trabalho feminino nessas atividades, fica claro que as mulheres agricultoras exercem papel decisivo na execução das atividades relacionadas à produção, ou seja, seu trabalho, de forma alguma, pode ser considerado como restrito às atividades de manutenção da família.

É curioso constatar que significativa porcentagem das mulheres assinala, entre suas atividades preferidas, a capina. De acordo com as discussões realizadas nos encontros, esta preferência está associada a dois argumentos. Em primeiro lugar, consideram que se trata de um serviço em que se vê o resultado, o trabalho aparece, tem presença, o que se contrapõe diretamente à onipresença dos serviços domésticos, que necessitam ser refeitos diuturnamente (preparar refeição, lavar roupa e louça, arrumar a casa, etc.) e cuja realização, comumente, só é notada quando deixa de acontecer. Além disso, a preferência pela capina aponta o fato de ser um trabalho realizado em espaço aberto, amplo, onde o “pensamento voa”, dizem.

Em segundo lugar, capinar é regionalmente conhecido como um “serviço” leve, o que significa ser percebido como um “serviço adequado às mulheres”. É interessante observar, no entanto, que, em outras regiões do país – mais especificamente no sertão de Pernambuco, segundo pesquisa realizada pela Caatinga (1987)²⁰, capinar é considerado um serviço “pesado”, atribuído quase que exclusivamente aos homens e jovens do sexo masculino.

O exemplo acima revela claramente que o significado – trabalho leve ou pesado – atribuído a uma tarefa agrícola específica (capinar) é construído socialmente e não a partir de qualquer determinação biológica. O trabalho é considerado mais ou menos difícil, mais ou menos importante, conforme quem o realiza, homens ou mulheres. Também na agricultura familiar o reconhecimento e a valorização do trabalho são, então, uma questão de gênero. Nessa perspectiva, procurei identificar a participação dos homens nas tarefas consideradas “domésticas”.

De acordo com as repostas dadas pelas mulheres, apenas 20% dos homens participam, com frequência, dos serviços do lar, enquanto uma taxa menor (14%) nunca participa. Segundo as mulheres entrevistadas, quase 60% dos maridos colaboram “de vez em quando” nas atividades domésticas. A partir desta aproximação, interessava detectar quais as atividades em que os homens se envolvem com maior ou menor intensidade. O quadro abaixo apresenta a opinião de 67 mulheres sobre seus companheiros a esse respeito.

20 Nome da ONG pernambucana na cidade de Ouricuri, que presta assessoria a grupos de mulheres vítimas da seca no Agreste, onde tive a oportunidade de conhecer in loco suas ações de resistência à seca no sertão nordestino

Opinião das mulheres sobre a participação dos homens no trabalho doméstico (%):

Atividades	Nunca	De vez em quando	Com Frequência
Lavam roupa	44	09	01
Limpam a casa	34	21	02
Lavam louça	27	27	03
Tiram leite	21	16	21
Fazem comida	14	40	05
Cuidam da horta	13	29	18
Cuidam das galinhas	12	21	25
Cuidam das crianças	04	27	21

Fonte: Pesquisa de campo/1998-2000

Os dados apontam que é pouca a participação dos homens no trabalho doméstico, mas expõem também uma realidade em mudança, pois o envolvimento desses maridos nos serviços da casa é, com certeza, significativamente maior do que foi o de seus pais.

A redução do tamanho da família, agora com menor número de filhos – mais especificamente de filhas, costumeiramente responsáveis por auxiliar as mães nos trabalhos da casa, é, com certeza, um dos fatores que tem provocado um maior envolvimento dos maridos nessas tarefas.

Quando esse assunto foi discutido nos encontros nas comunidades, ficou claro, entre brincadeiras, que há mais homens dispostos a realizar tarefas relacionadas ao trabalho doméstico do que a assumir publicamente que as realiza. Em diferentes grupos, foram relatados – por mulheres e homens – casos de maridos que fazem a limpeza da casa, mas que realizam esse trabalho depois de fechar todas as janelas: “Assim o vizinho não vê²¹”. Talvez seja por isso que “lavar roupa” seja a atividade doméstica mais evitada pelos homens, pois o tanque fica fora da casa.

21 O medo do deboche na comunidade no fim de semana é o motivo aceito por alguns companheiros do porquê não lavam roupa em casa.

Os dados apresentados dão visibilidade ao fato de que, na vida rural, as mulheres apenas são as principais responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar, embora desempenhem papel fundamental no trabalho relacionado à produção. Indicam que a atuação das mulheres na produção não é reconhecida pelos agentes externos à propriedade e é pouco valorizada dentro da família, mas apontam, entretanto, para mudanças que já estão ocorrendo no interior da própria estrutura sindical, num gradual reconhecimento de sua profissão.

Esses dados, levantados no início do projeto, anunciam um grande desafio para homens e mulheres nos sindicatos, associações e movimentos: incorporar a perspectiva de equidade de gênero não apenas nos documentos, nos discursos, mas nos espaços de decisão, de poder, reivindicando a elaboração de políticas públicas, na composição das direções do movimento sindical como um todo.

2.2 As mulheres rurais e os espaços de poder

Em geral, os dados da pesquisa revelaram que o número efetivo de agricultoras nos cargos diretivos²² é reduzido. Cerca de 42% das diretorias, nas comunidades entrevistadas, não contam com a participação de mulher. Por outro lado, dentre os 10 sindicatos de trabalhadores rurais que fazem parte da ASTRI, 58% possuem representantes das agricultoras na sua direção.

Na distribuição interna dos cargos, observei, conforme a análise das entrevistas com as famílias, que as mulheres desempenham as funções de secretária, vice-secretária ou atuavam no conselho fiscal. É curioso observar que apenas um sindicato tenha como presidente uma mulher, e que apenas um sindicato possui mulher ocupando a função de tesoureira. Esses exemplos são uma clara demonstração da diferenciação de poder existente no interior da estrutura sindical da Associação. Apesar desse quadro, que mostra as debilidades da participação feminina nas direções dessas entidades, metade dos sindicatos entrevistados avalia como bom o espaço conquistado pelas mulheres, mesmo reconhecendo a necessidade de aumentar tais

22 Na diretoria inclui-se a coordenação executiva (presidência, secretaria e tesouraria) e o conselho fiscal.

números. Essa avaliação é reiterada quando se questiona a evolução recente da participação feminina na direção: 42% dos sindicatos confirmam um crescimento do número de mulheres nas diretorias. O aumento é devido à “*perda do medo e da vergonha de participar*”, assim como ao maior interesse, motivado, em particular, pela implementação de projetos de agroindustrialização da produção. É importante destacar, entretanto, que 30% das mulheres informaram ter havido uma diminuição da presença feminina em cargos de direção. Esta queda tem sido causada pela falta de uma definição mais clara dos objetivos da Associação: seja pela paralisação das atividades para a implementação dos objetivos traçados pelo grupo, pela falta de interesse em participar e pelos horários marcados para as reuniões.

Quase a metade dos sindicatos considera que cabe aos homens o papel principal de representação da entidade, ou seja, prevalece, na estrutura sindical, uma visão que percebe os homens como os seus representantes naturais. Reiteramos tal ponto de vista, afinal, são eles que ocupam os principais cargos de direção e são eles que lidam com as grandes decisões relacionadas, por exemplo, à comercialização ou aos investimentos; são eles que negociam os projetos, são eles que assumem as responsabilidades pelo contato com o mundo público; são eles que participam dos principais cursos de capacitação profissional, das lutas políticas.

Quando não aparece o homem como representante, as respostas dos entrevistados indicam uma presença difusa do “casal” ou da “família”. Nesses casos, a mulher só aparece acompanhada do homem (“casal”) ou diluída no conjunto da “família”. Porém, o que me chama a atenção é o fato de que em nenhuma das respostas apareceram as mulheres, isoladamente, tal como acontece com os homens.

As informações coletadas junto às comunidades evidenciam que a Igreja Católica se constitui no principal canal de manifestação das agricultoras: 182 mulheres entrevistadas foram identificadas como participantes da Igreja. A seguir, aparecem os sindicatos, (114), a comissão de mulheres (59)²³ e a Pastoral (45). Demonstraram também o grau de exclusão das

23 É curioso observar que o número de mulheres filiadas às associações, que foram identificadas como participantes do STR, chega a quase o dobro do número apresentado para a Comissão de Mulheres. Isso pode revelar o desinteresse das agricultoras pelas discussões específicas e uma maior valorização das temáticas sindicais gerais.

mulheres agricultoras dos processos de gestão das administrações públicas locais²⁴. Nos três municípios onde foi feito o levantamento de dados sobre os sindicatos, apenas 13 agricultoras foram identificadas como integrantes de algum conselho municipal. Esse dado pode parecer inexpressivo, mas, ao mesmo tempo, revela a ausência das mulheres nesse processo, além de evidenciar as limitações da ASTRI na formação de atores sociais com condições de intervir na cena política.

A pesquisa realizada com as 30 famílias filiadas aos sindicatos demonstrou que cabe predominantemente ao homem o papel de ser representante, tanto nos sindicatos de trabalhadores rurais quanto nas cooperativas. Em termos comparativos, 75% dos membros masculinos (com idade acima de 18 anos) das famílias entrevistadas são filiados aos STRs e 60% às cooperativas. No caso das mulheres, essa participação cai para 64% nos STRs e 25% nas cooperativas²⁵.

Tais dados revelam alguns aspectos importantes. De um lado, a juventude rural – rapazes e moças – apresenta uma participação reduzida em ambas as organizações, traduzindo, provavelmente, suas expectativas “negativas” de continuar na atividade agrícola. De outro lado, evidencia o distanciamento das mulheres em relação às cooperativas (que poderiam representar os “grandes negócios” na agricultura). Tal afastamento é justificado em função do “acúmulo de serviços”, mas aparece também um outro componente importante: a imposição de ideias, o autoritarismo que regula o funcionamento das cooperativas, que contrasta fortemente com as associações de que fazem parte. No que se refere aos STRs, 20% das mulheres entrevistadas participam das atividades ligadas à coordenação municipal de mulheres trabalhadoras rurais alcançam maior envolvimento no sindicalismo, o que depende, direta e fundamentalmente, segundo os depoimentos dessas agricultoras, da falta de tempo disponível, causada pelo excesso de tarefas na unidade de produção familiar.

24 Entendo como cargos de representatividade aqueles nas comissões municipais de saúde, educação, orçamento, etc.

25 Este número pode estar superestimado, pois, num outro momento do formulário, apenas seis mulheres declararam fazer parte de cooperativas.

Identifiquei, portanto, a necessidade de intensificar o debate junto às mulheres e jovens agricultoras para ampliarem a sua participação, particularmente nos sindicatos.

A análise de tal ponto demonstra que a ASTRI e os sindicatos são percebidos pela grande maioria das famílias (73%) como um espaço ocupado prioritariamente pelos homens. Apenas oito famílias afirmaram que essas entidades não constituem espaços exclusivamente masculinos. As principais razões apontadas para explicar o maior envolvimento dos homens nas atividades desenvolvidas pela ASTRI e seus sindicatos estão relacionadas a dois fatores interdependentes: de um lado, a dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres e, de outro lado, a maior “*facilidade dos homens para sair de casa*” pois “*têm mais tempo*” e “*estão mais livres*”. A “*acomodação*” e o “*desinteresse*” das mulheres, a falta de informações sobre os assuntos internos da ASTRI e dos sindicatos e a não participação em cursos de formação ou de capacitação e em reuniões fora da comunidade foram outros aspectos levantados pelas famílias para justificar a ausência das mulheres no cenário sindical.

Porém, o que mais marcou essa questão foram as seguintes declarações: “*as mulheres ajudam a discutir em casa e os homens expõem as ideias*”; “*as mulheres têm medo de falar*”; “*a culpa é dos homens que convidam as mulheres para ir às reuniões somente na última hora, e às vezes nem contam aonde vão*”. Situações como essas dificultam qualquer tentativa de ampliar a participação das mulheres na direção de um processo de democratização da estrutura sindical regional. Este sentimento de “*medo*” retrata a real condição da mulher agricultora, pois, na prática, ela é tratada (e condicionada socialmente para se ver) como uma pessoa “*inferior*”. Cabe aos homens o poder da representação e do discurso. São eles que devem discutir, dar ideias, participar, executar:

(...) Excluídas do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos, e mais especialmente dos econômicos, as mulheres ficaram durante muito tempo confinadas ao universo doméstico e às atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência; atividades (principalmente maternas) que, mesmo quando aparentemente reconhecidas e por vezes ritualmente celebradas, só o são realmente enquanto permanecem subordinadas às atividades de produção, as únicas que recebem uma verdadeira sanção econômica e social, e organizadas em relação aos interesses materiais e simbólicos da descendência, isto é, dos homens. (BOURDIEU, 1999, p. 116).

Por sua vez, as famílias entrevistadas²⁶ que opinaram contrariamente entendem que os sindicatos de que compartilham já não se configuram como espaços de predomínio dos homens. Para elas, homens e mulheres assumem as decisões em conjunto e participam em igualdade de condições. “*Todos conseguem falar à vontade*”, justifica um dos entrevistados.

Observei que algumas famílias ligadas aos sindicatos, e que desenvolveram um projeto de agroindustrialização e passaram a obter um rendimento financeiro mais favorável, destacam a importância nesse processo do aumento da participação feminina. Uma delas afirmou: “*Até dois anos atrás, a participação dos homens era maior. Quando convertemos a produção do leite, as mulheres começaram a participar mais*”. A construção de uma unidade agroindustrial exige uma especialização da divisão social do trabalho. Isso permite que o grupo defina e distribua, de forma mais equilibrada, as tarefas, entre os seus, abrindo espaços para uma ampliação da presença das agricultoras.

Entretanto, essa observação requer mais cuidado, pois é possível que a participação da mulher tenha-se ampliado muito mais pela necessidade de uma força de trabalho para desempenhar o conjunto das atividades do que por uma “*tomada de consciência de gênero*”. Ou seja, as dificuldades encontradas para administrar e executar a diversidade de funções exigidas num empreendimento agroindustrial impõem um aumento da participação das mulheres e dos jovens. E possivelmente, seja esta a principal justificativa para o crescimento da participação das mulheres na associação e no sindicato.

Mesmo nos sindicatos que possibilitam maiores espaços de participação às agricultoras, verificam-se áreas “*masculinas*”, onde elas ainda não conseguiram entrar, tais como a comercialização: “*Nosso grupo tem participação igual. As mulheres só não participam da construção e na venda e compra dos frangos*”, afirma uma depoente. Apesar dos avanços, persistem ainda determinados espaços de poder cristalizados nas mãos dos homens.

Em relação à participação da juventude rural nas reuniões da ASTRI, devo destacar que apenas 23% dos casais entrevistados responderam que ela participa do sindicalismo. Uma

26 As oito famílias são filiadas a seis sindicatos diferentes.

grande parte das famílias, por ser de formação recente, ainda não possui filhos e filhas jovens. Nesses casos, as crianças se dedicam mais aos estudos e aos serviços na unidade de produção, envolvendo-se, eventualmente, com as atividades programadas pela Associação. Dentre os casais com filhos e filhas adolescentes, percebi que as relações de gênero reproduzem a condição dominante. De acordo com os relatos, tudo indica que os rapazes possuem um maior grau de envolvimento, se comparado ao das moças.

Apenas uma única família afirmou que, em seu sindicato, são as mulheres que falam mais nas reuniões²⁷. Outras quatro famílias informaram que mulheres e homens expõem igualmente as suas ideias e propostas, não havendo desigualdade de oportunidades. Isto significa que 83% das famílias reconhecem os homens como os principais personagens no exercício do discurso.

Apreender as razões que explicam a predominância do discurso dos homens sobre o das mulheres nas reuniões configura-se como um aspecto de fundamental importância em minha análise. Para as famílias envolvidas nessa pesquisa, vários são os motivos que levam os homens a falarem mais. Aparecem, com muita ênfase, os fatores ligados ao domínio masculino das informações, visto que são eles que acompanham mais de perto as ações do sindicato: os homens “*pensam mais nos problemas*”; “*estão mais por dentro do assunto*”; “*estão sempre na roça*”; “*entendem mais dos negócios da direção*”; “*têm mais experiência*” e “*normalmente se aprova a ideia dos homens*”; “*por costume*”. De outro lado, outros argumentos apontam no sentido do que chamam de “*acomodação*” e “*medo*” das mulheres os elementos que impediam uma participação mais ativa nas reuniões: “*as mulheres se intimidam e não conseguem se expressar*”; “*às vezes, as mulheres querem falar, mas não sabem direito*”; “*as mulheres esperam os homens definir os assuntos*”; (os homens) “*decidem tudo, porque as mulheres deixam*”; “*as mulheres não se liberaram e os homens não deixam elas se liberar*”; “*a mulher, quase sempre, espera a decisão do marido e tem medo de errar*”.

27 As outras duas famílias entrevistadas, pertencentes a essa mesma associação, afirmaram que homens e mulheres falam em igualdade de condições. De toda maneira, isso demonstra que essa entidade deve possuir um bom nível de participação e de intervenção das mulheres.

Cruzando as duas informações fornecidas pelas famílias entrevistadas, verifiquei que praticamente 70% responderam que os homens são considerados os que mais falam nas reuniões, e que os sindicatos se constituem em espaços predominantemente masculinos. Apenas três famílias (de duas associações diferentes) assinalaram que as discussões nas reuniões se dão em pé de igualdade entre homens e mulheres, e que há, nessas associações, uma participação mais igualitária de ambos. “ É a ordem dos gêneros que fundamenta a eficácia performativa das palavras – e mais especialmente dos insultos – e é também ela que resiste às definições falsamente revolucionárias do voluntarismo subversivo”²⁸.

Esses dados revelam a fragilidade do processo de construção de novas relações de gênero no interior dos sindicatos ligados à ASTRI. O grande desafio para as organizações sociais que atuam em conjunto com o sindicalismo regional é buscar caminhos alternativos que avancem na direção de um empoderamento das mulheres agricultoras nos processos decisórios das associações e também no interior das famílias, das comunidades rurais e dos demais espaços em que participam.

Um outro item da pesquisa revelado posteriormente nos grupos de capacitação nas comunidades refere-se à escolha de lideranças. O formulário apresentado para as famílias buscou identificar também os critérios definidos para a escolha das lideranças dos sindicatos, procurando diferenciar as qualidades necessárias (e valorizadas socialmente) para os representantes do sexo masculino e do sexo feminino. A intenção era perceber a existência, ou não, da valorização diferenciada de determinados critérios de acordo com o sexo das pessoas.

Dentre os critérios valorizados para a escolha de um ou uma representante, destaca-se principalmente a participação nas atividades e o conhecimento acumulado (“*ter estudo*” ou “*ser esclarecido*” para poder “*repassar as discussões*” nas comunidades). Honestidade, franqueza, confiança, calma, interesse, experiência, liderança, capacidade de unificar um grupo e de dialogar,

28 Pierre Bourdieu afirma que a força da estrutura socialmente construída pela dominação masculina estabelece, em todos os espaços e subespaços sociais, um caráter histórico do poder masculino, impedindo mudanças visíveis nas condições das mulheres. Ver: BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999, 122p.

capacidade de distribuir as tarefas e de resolver as dificuldades do grupo constituem os outros atributos valorizados para quem pretende ser dirigente.

Quando os homens foram solicitados a indicar um outro representante, diferente do atual, todos apontaram um outro homem para ocupar o seu lugar. Questionados sobre as qualidades dessa pessoa, responderam que ela precisava ter, principalmente, conhecimentos²⁹ e formação, ser honesta, sincera e de confiança, ter interesse, dedicação, experiência e disposição. É curioso observar que companheirismo e delicadeza (no sentido de “*saber conversar*” com o grupo) aparecem como aspectos valorizados no comportamento social masculino. Por outro lado, quando se pediu a indicação de uma mulher às agricultoras entrevistadas, as qualidades associadas a essa pessoa relacionam-se fundamentalmente à sua capacidade e disposição de participar. Enquanto apenas dois homens afirmaram que a capacidade se apresenta como um critério de escolha dos representantes, no caso das mulheres parece pesar uma cobrança social ainda maior sobre o seu desempenho à frente dessas organizações e, por isso, exige-se delas a demonstração de sua capacidade e disposição para atuar. Além disso, a mulher, para ser representante da ASTRI, precisa “*ser calma*”, “*ter coragem*” e perder a “*vergonha*”.

Tais constatações refletem-se ainda mais na participação da família no sindicato. Os tipos de participação dos membros da unidade familiar numa determinada instituição representativa e organizativa dependerão, dentre outros fatores, do grau de diversidade de atividades desenvolvidas pela organização. No caso de não se tratar de uma associação sindical, mas sim de produção, criada basicamente para adquirir insumos e equipamentos agrícolas ou ter facilidades de acesso a financiamentos individuais de crédito, os trabalhos realizados no interior do estabelecimento não diferem em praticamente nada das atividades agrícolas de uma unidade familiar de produção não integrada ao associativismo. Entretanto, no caso de uma família que participe de uma associação que esteja implementando a produção coletiva de açúcar mascavo

29 Possuir conhecimentos é uma atribuição muito mais associada ao homem do que à mulher, pois este necessitaria deles para melhor transitar no espaço público, onde a exigência do saber é visto como fundamental para a obtenção da legitimidade perante os grupos externos.

ou a criação coletiva de frangos, por exemplo, impõe-se a necessidade de uma especialização de tarefas e uma definição mais clara dos papéis e das responsabilidades de cada membro da família.

Considero também que a participação dependerá dos seguintes fatores:

- da disponibilidade de força de trabalho familiar: quanto maior o número de pessoas da família para se integrarem às tarefas da associação, maiores as possibilidades de se liberar mão de obra para participar das atividades conjuntas;
- do grau de organização interna: a definição das funções de cada pessoa, de acordo com suas habilidades e potencialidades, amplia as capacidades individuais;
- da afinidade de interesses entre os associados: um grupo com objetivos comuns oferece melhores condições para realizar os projetos traçados, motivando seus participantes;
- da eficiência da circulação de informações: uma boa comunicação entre os associados evita a centralização do conhecimento, facilitando o envolvimento de todos nas decisões.

As diferentes formas de inserção e de participação das famílias de agricultores nas associações produtivas e nos sindicatos delineiam as configurações específicas dessas organizações. Algumas possuem um perfil mais apático; outras, mais dinâmico. Umas já estão implementando seu projeto econômico, enquanto outras não apresentam clareza de objetivos. Umas estão centradas na figura do coordenador (normalmente, um homem); outras conseguiram criar mecanismos de fortalecimento da democracia interna. Enfim, é nessa diversidade e complexidade de situações concretas que mulheres e homens, rapazes e moças buscam os meios necessários para participar, equitativamente, das decisões e da consolidação do associativismo, como uma alternativa econômica de organização.

A descrição dos papéis assumidos por mulheres e homens nas atividades internas do sindicalismo evidencia também como esta definição de funções é permeada por uma perspectiva de gênero. Em geral, é atribuído maior valor social às atividades desempenhadas pelos

homens, em detrimento daquelas realizadas pelas mulheres. Conforme as declarações expressas pelas direções dos sindicatos, somente num aspecto apresenta-se uma coincidência de funções: ambos podem ser líderes na comunidade. Os demais aspectos apontados evidenciam a existência de desigualdades no tratamento entre os sexos.

Embora homens e mulheres participem de cursos de capacitação profissional, nesses encontros os primeiros discutem temas direcionados à produção agrícola, tais como manejo de gado leiteiro, técnicas de conservação de solos, planejamento e gestão da propriedade, entre outros, enquanto as mulheres frequentam cursos com temas ligados à produção de leite e derivados, hortas, ervas medicinais, culinária (conservas e doces), etc. Ambos participam da direção das entidades e dos eventos, só que aos homens cabe a tesouraria e às mulheres, a secretaria. A participação em manifestações políticas, na negociação de projetos ou recursos, a responsabilidade pela área de comercialização (compras e vendas), pela busca de alternativas de produção, pela construção de benfeitorias, pela utilização de máquinas agrícolas e ainda a realização dos “*serviços braçais*” ou dos “*trabalhos mais pesados*”, são tarefas atribuídas quase exclusivamente aos homens. Por outro lado, as mulheres são encarregadas de fazer a limpeza dos locais de reunião e de festas, preparar as refeições e a animação nos dias de reunião. São vistas ainda como pessoas que “*ajudam em tudo*” e que “*apoiam*” as decisões, denotando, assim, um sentido de complementaridade e não de participação ativa como sujeitos desse processo.

Essas situações deixam claro que mulheres e homens assumem responsabilidades e atividades distintas dentro das associações e dos sindicatos. Por mais que a maioria das famílias entrevistadas não reconheça a existência de uma separação entre as atribuições masculinas e femininas, o que se evidencia nas suas falas aponta para a reprodução do padrão dominante das relações sociais de gênero no meio rural do noroeste gaúcho.

Contudo, é preciso registrar uma séria advertência: os casos aqui descritos são analisados do ponto de vista histórico. Nesse sentido, verifica-se que a situação atual vivenciada pelas mulheres demonstra uma realidade diferente daquela vivida pelas agricultoras há 20 anos. Segundo informações das próprias famílias, o espaço ocupado pelas mulheres na sociedade está mais ampliado; novos direitos no plano econômico, social, político e cultural foram

conquistados pela luta, pela organização e pela mobilização feminina. Velhos costumes e padrões morais estão sendo revisados, como a própria participação pública da mulher. Há 20 anos era praticamente inadmissível que mulheres fizessem parte da diretoria de uma associação ou sindicato. Atualmente, esse aspecto já se apresenta como uma realidade, ainda que em proporções reduzidas.

As atividades que as mulheres exercem, dentro e fora da unidade de produção familiar, podem ser classificadas de acordo com a sua finalidade, assumindo um caráter reprodutivo, produtivo e/ou comunitário. No interior do estabelecimento agrícola, cabe a elas, juntamente com suas filhas, a responsabilidade pela execução e administração das atividades reprodutivas, incluindo-se aí desde as tarefas relacionadas à limpeza da casa até os cuidados ligados à reprodução do grupo familiar como um todo, particularmente no que diz respeito à alimentação, vestuário, educação e saúde de seus membros. No âmago dessas atividades, além do serviço doméstico, aparecem como de vital importância para o funcionamento da unidade familiar todo o trabalho despendido pelas mulheres no plantio das chamadas “miudezas” (verduras, hortaliças, mandioca, cebola, alho, batatinha, tomate, amendoim, milho para pipoca, ervilha, etc.) no “*canteiro*” de ervas medicinais e no pomar.

Na produção agropecuária, as agricultoras desempenham um papel central tanto na criação de animais – gado leiteiro, aves e suínos – quanto na lavoura. Tradicionalmente, são as mulheres que, na região noroeste do Rio Grande do Sul, assumem a responsabilidade pela ordenha do leite, pelo manejo do gado leiteiro (os cuidados com a alimentação, saúde e reprodução animal) e pela limpeza das instalações e dos equipamentos. Rapazes e principalmente moças colaboram nessa atividade, acompanhando suas mães. A criação de aves e porcos constitui-se em outra importante fonte de proteínas na alimentação familiar, sendo, em muitos casos, também uma fonte de recursos financeiros, pois parte da produção está direcionada ao mercado consumidor das cidades. Em ambas as atividades, as mulheres desempenham um papel decisivo. Da produção animal, a que conta com a menor presença da mulher é a criação de peixes, sendo os homens os principais responsáveis por essa atividade.

Por outro lado, as diversas lavouras (milho, soja, trigo, etc.) são atividades administradas pelos homens. No entanto, dependendo da tarefa, concorrem todos os membros da família. Lavar, plantar, carpir, roçar e colher são ações que, com frequência, envolvem a mão de obra feminina. Mesmo assim, a sua participação nestas atividades é vista como “*ajuda*”. No que diz respeito à participação das agricultoras nas atividades voltadas para a agroindustrialização e a comercialização, fica clara uma tendência de elas se envolverem muito mais nas tarefas de transformação da produção agrícola, do que nas atividades ligadas ao mercado – área de controle masculino, quase que exclusivamente. As mulheres realizam a comercialização somente daqueles produtos que são considerados pelos homens como secundários (leite e derivados, mandioca, frutas, verduras, ovos, ervas medicinais).

Além dessas atividades que, em geral, estão circunscritas na unidade familiar de produção, as agricultoras podem participar de um conjunto de espaços e instituições comunitários e/ou municipais. Reservados a elas estão os grupos de reflexão da Igreja, grupos de família ou de catequese, pastorais sociais, clubes de mães, Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, associações de agricultores familiares, STRs ou comissões de mulheres dos sindicatos, cooperativas, dentre outros.

Para participar dessas atividades, as agricultoras encontram várias dificuldades. A falta de colaboração na execução das tarefas ligadas à reprodução familiar, particularmente nos serviços domésticos, configura-se como ponto de estrangulamento central. De acordo com as declarações fornecidas por elas, a não distribuição das tarefas entre todos os membros da família sobrecarrega o trabalho feminino e, com isso, cria obstáculos para um envolvimento mais efetivo em outras atividades. A dupla jornada de trabalho mais uma vez surge como um entrave a sua participação: à noite, enquanto os homens descansam depois de um dia de trabalho, as mulheres e suas filhas moças continuam trabalhando na casa.

A natureza dos serviços domésticos também é alvo de críticas, pois se trata de um trabalho que, permanentemente, precisa ser refeito: as roupas precisam ser lavadas e passadas a cada dia; as refeições têm que ser preparadas pelo menos duas vezes por dia; a casa precisa ser limpa com frequência e assim por diante. Atualmente, podemos identificar, no meio rural, casos de

famílias em que os homens ou rapazes assumem, junto com suas esposas ou mães, essas tarefas “*do lar*”. Em algumas, a cada semana, essas atividades são realizadas por um dos filhos ou por uma das filhas, junto com a mãe. Em outras, o marido “*ajuda*” a mulher nesses afazeres.

Contudo, é inegável que ainda se trata de uma parcela muito pequena da agricultura familiar que busca construir novas relações de gênero na família. Para a grande maioria, essas responsabilidades são de competência exclusiva das mulheres e das moças. A rigor, o homem só se encarrega dessas tarefas em casos muito particulares, como falecimento, doença, participação em curso/encontro ou viagem da mulher.

Como em geral as famílias não dispõem de equipamentos eletrodomésticos ou de instalações de infraestrutura ideais de uma estrebaria – um potreiro, um piquete, um chiqueiro, etc – ou de equipamentos agrícolas que atenuem a carga de trabalho feminino (como a ordenhadeira), exige-se das mulheres um esforço físico adicional para cumprir determinadas tarefas. Muitas vezes, o entrave não é financeiro, pois a família, inclusive, dispõe de recursos para adquirir tais produtos ou melhorar a construção dessas instalações. Mas, por se tratar de uma despesa associada a uma atividade vista como secundária pelos homens, não se faz investimento para facilitar as condições de trabalho das mulheres. Esse é apenas um exemplo de como as decisões na família passam pelo crivo de uma perspectiva de gênero.

Conciliar a realização dos trabalhos na produção agrícola com as atividades reprodutivas da família e, eventualmente, com tarefas organizativas na comunidade ou no município é considerado, pelas agricultoras, como um grande desafio que, necessariamente, só será solucionado a partir do momento em que houver uma distribuição equitativa do conjunto dessas atividades. Conforme depoimentos, uma das condições básicas para que possa haver maior participação das mulheres agricultoras nos processos de gestão e decisão das diferentes entidades que se apresentam nas comunidades rurais, é a desconstrução/reconstrução dos atuais papéis sociais do que é tipicamente masculino e do que é caracterizado como feminino. Somente a partir do momento em que houver uma alteração substantiva na definição e na responsabilização pelas tarefas reprodutivas, é que se abrirá espaço para uma mudança real no patamar de participação das mulheres.

De acordo com a opinião da maioria dos representantes das comunidades, há *oportunidades iguais nas discussões e decisões*. No entanto, essa igualdade de direitos não elimina a possibilidade de haver subordinação. Como já foi dito por alguns entrevistados, os homens falam mais que as mulheres, ocupam os principais cargos de representação e dominam a dinâmica de funcionamento da Associação e dos sindicatos.

As posições masculinas e femininas ainda divergem. Não se chegou a um estágio de igualdade de participação. Há casos em que, quando uma família precisa tomar uma decisão importante, as ideias de cada um dos seus componentes são debatidas, até se chegar a um consenso sobre o assunto. Em outras, no entanto, é comum discutirem internamente, mas “*a última palavra*” é dada pelo homem. “*Ainda existe, no fundo, um pouco de superioridade do homem nas decisões*”³⁰. Isso ocorre porque, segundo os argumentos apresentados, o homem está mais envolvido na produção e, portanto, tem mais “*experiência*” e “*conhecimento*”. Atualmente, com o número crescente de mulheres casadas, a existência de faixas etárias mais jovens, o direito à participação nas decisões da unidade de produção, a mulher está sendo exigida mais intensamente. “*A mulher começou a opinar. Antes ficava calada. Pensava que só o marido estava certo*”³¹. É curioso observar que todas as 30 famílias entrevistadas afirmaram que as mulheres participam da administração dos recursos financeiros gerados pelo trabalho familiar, planejando junto com seus maridos como e onde aplicá-los.

Seguindo a lógica de construção e afirmação de seus direitos sociais, as mulheres e também os jovens têm exigido, na prática, uma presença mais ativa na definição dos rumos a serem seguidos, tanto pela família quanto pelos sindicatos. Cerca de 65% das direções dos sindicatos informaram que percebem sinais de uma ampliação da participação feminina nessas entidades. Dentre esses sinais, podem ser destacados dois pontos fundamentais: a) a presença feminina nas reuniões, opinando e dando sugestões, organizando e planejando as atividades, fazendo as atas,

30 Depoimento de C. S; da Comunidade de Colônia Santo Antônio – Ijuí (RS), jun. 2000.

31 Idem, 2000.

elaborando e negociando projetos produtivos, e b) também sua presença nos cursos de capacitação, nas diretorias e na representação da associação em encontros e reuniões fora do grupo.

Os depoimentos demonstram que os principais problemas de participação das agricultoras nos sindicatos estão relacionados à dupla jornada de trabalho feminino. A desigualdade na distribuição das tarefas reprodutivas, somada ao “*acúmulo de serviços*” e “*compromissos*” na casa, na produção e na comunidade, constituem-se no maior empecilho para uma participação mais ativa das mulheres nessas organizações. A escassez de recursos financeiros por parte de muitas famílias para investir nas atividades da unidade de produção ou da associação as tem levado a gastar um tempo maior de trabalho nessas atividades, desestimulando o seu envolvimento em ações coletivas. Isso se traduz no que identificam como “*falta de tempo disponível*” para ir às reuniões, na necessidade de “cuidar dos filhos pequenos e dos idosos”. Além disso as tarefas domésticas podem ser responsáveis pela aparente “*falta de vontade*” ou de “*interesse*” devido à cultura sexista construída no meio rural.

A inadequação dos horários das reuniões, comumente realizadas à noite (justamente no período em que as mulheres precisam se dedicar com mais intensidade aos trabalhos domésticos), também contribui para a confirmação desse quadro de baixa participação das agricultoras na Associação e nos sindicatos. Outro aspecto que interfere diretamente neste processo diz respeito à falta de programas de formação que sejam capazes de incentivar, valorizar e apoiar as iniciativas desenvolvidas por essas organizações.

De um modo geral, segundo as direções dos sindicatos não haveria relação entre grau de escolaridade e participação. Pelo que observei, ter um nível educacional mais elevado não garante uma participação mais efetiva, o que me faz concordar com as direções. Na tentativa de viabilizar maior presença das mulheres nas decisões dos sindicatos, as direções dessas entidades adotaram algumas medidas: reforçaram os convites para que participem das reuniões, dos cursos de capacitação e dos encontros para trocas de experiências; valorizaram suas opiniões nas discussões; criaram oportunidades para que todas as pessoas possam expressar suas ideias livremente.

Os homens que foram envolvidos no processo, reconhecem que precisam adotar novas estratégias para ampliar a participação feminina. Dentre essas possíveis ações, destacam-se: o incentivo ao desenvolvimento de atividades agroindustriais, que ofereça o aumento da rentabilidade econômica; o monitoramento técnico do processo produtivo, visando melhores resultados na produção e na produtividade; a capacitação dos grupos familiares de agricultores, para que tenham conhecimentos técnicos sobre as atividades agrícolas realizadas. Além de tais medidas, de caráter basicamente econômico, foi apontada também a necessidade das reuniões serem programadas para dias e horários adequados à participação de todos, e de se desenvolver um trabalho de convencimento das famílias para que se faça uma distribuição equilibrada das atividades domésticas (totalmente concentradas nas mulheres), bem como do conjunto de tarefas e responsabilidades.

As famílias entrevistadas consideram que uma ampliação da participação feminina nas associações e nos sindicatos poderia contribuir para maior unidade e valorização do grupo, uma vez que daria uma motivação adicional para se diversificar as atividades e melhorar as condições de vida das famílias participantes.

Conforme assinalai anteriormente, o incentivo à participação das agricultoras em cursos de capacitação foi uma das medidas encaminhadas pelas direções dos sindicatos. A grande maioria das famílias que deu seus depoimentos (80%) afirmou que as mulheres têm participado desses cursos. Entretanto, é importante ressaltar que as áreas temáticas dos encontros de que participam reproduzem justamente os papéis tradicionais da mulher no campo.

Em geral, as agricultoras têm frequentado cursos sobre o aproveitamento de alimentos (produção de conservas e doces, embutidos, licores), alimentação alternativa, plantio e uso de ervas medicinais, corte e costura, enfermagem e saúde, trabalhos artesanais (pintura e tricô), massagens, melhoria das condições de vida, etc. Poucos são os casos de participação em cursos voltados ao aprofundamento de conhecimentos técnicos na agricultura. O destaque maior fica para os cursos sobre gado leiteiro (manejo animal e produção de leite e derivados); seguido do tema planejamento e gestão da propriedade. Cursos isolados sobre uso de agrotóxicos, proteção de fontes d'água e sindicalismo também foram realizados pelas mulheres entrevistadas.

Algumas mulheres que participaram desses cursos de capacitação foram indicadas pela Associação ou pela própria comunidade. Outras, inclusive, foram por interesse pessoal no tema: “*eu mesma me decidi*”; “*eu falei que ia e fui*”. De qualquer forma, as mulheres dialogaram com os maridos, filhos e filhas para se “*liberarem*” durante os dias do curso. Em algumas famílias, a saída da mulher é valorizada e conta com o apoio dos demais membros; em outras, esta “*negociação*” é um pouco mais difícil, pois os homens apresentam restrições à sua participação em tais atividades.

Os cursos que envolvem a participação feminina, como as técnicas de aproveitamento de alimentos e dos recursos da propriedade, particularmente o controle da qualidade da água, diminuem custos com a saúde familiar, melhoram a qualidade de vida da família, aprimoram as técnicas de manejo animal, facilitam a sobrevivência de toda a família no campo, configurando benefícios concretos para as agricultoras. Assim, podem desenvolver suas potencialidades individuais e receber um incentivo que as motive ainda mais a participar das discussões e das decisões da Associação e da família. Além desses fatores, as mulheres agricultoras se beneficiariam também de outros espaços (menos concretos e palpáveis), cuja principal vantagem se relaciona com as oportunidades que se lhes abrem em termos de construção de sua cidadania política.

Os sindicatos, as comissões de mulheres e a ASTRI são as principais organizações que promovem eventos voltados à formação e à capacitação das famílias de agricultores. A Emater, as prefeituras municipais e as cooperativas agrícolas também patrocinam cursos, fundamentalmente aqueles destinados à reprodução dos tradicionais papéis femininos.

Dados apresentados pelo movimento de mulheres revelam ainda que as organizações ligadas à agricultura familiar precisariam ter uma postura mais ofensiva com relação à definição e ao caráter dos cursos de capacitação e das atividades de extensão rural, desenvolvidas principalmente pelas instituições governamentais. De acordo com as associações pesquisadas, apenas sete (23%) afirmaram ter promovido debates com técnicos que prestam serviços de extensão rural e assistência técnica, visando reprogramar suas ações.

Essas constatações foram trabalhadas nos processos de capacitação que construímos com os grupos no meio rural. Após terem sido analisados os dados da pesquisa em seminários e

encontros municipais e regionais, desenvolvemos oficinas de capacitação na área da saúde. Uma preocupação sempre presente entre as mulheres com as quais trabalhei foi com seu corpo e sua saúde.

Na sociedade camponesa, há uma preocupação determinante em relação ao corpo, porém reprimida. Falar de doença é uma maneira “autorizada” de falar de si e também um jeito de falar da sociedade. Por isso identificamos, com os grupos, alguns elementos que merecem ser apresentados.

Quando parti para o empírico, coordenando o processo de capacitação dos grupos de mulheres, o corpo e a questão da saúde não estavam no roteiro. Mas o que assisti, o que ouvi e as leituras sobre gênero a que procedi, obrigaram-me a considerar essa questão. A frase que abre essa reflexão faz destacar o quanto o tema saúde é central para as populações no meio rural e para todos os trabalhadores braçais. Comenta-se da doença dos outros, dos membros da família, de si mesma. A doença é inconscientemente percebida como algo externo à pessoa, que a persegue como uma sina, um destino.

Nas entrevistas, observei que, na opinião das mulheres, as pessoas antigamente eram mais fortes, mais saudáveis. As causas desse fenômeno são atribuídas não somente à fartura da alimentação, mas também à sua substância mais natural. O camponês vivia em simbiose com o meio ambiente. Nesse sentido, uma agricultora, depôs:

Eles caminhavam no gelo de pé no chão para limpar trigo (e não ficavam doentes)... Batiam vários sacos de arroz com o “manguá”. Hoje, a pessoas são de natureza mais fraca. Já nascem doentes. A terra é mais fraca, a abelha naquela época era mais graúda, mais escura. Até o mel das abelhas enfraqueceu. O mel era duro. A gente cortava ele com a ponta da faca e levava no bolso para ir trabalhar³².

É comum, no meio rural, ver famílias inteiras arruinadas pelo custo do tratamento médico-hospitalar e dos medicamentos. Uma das mulheres envolvidas no processo comentava:

32 Depoimento de Tia Pina, 84 anos, Comunidade de Santo Antônio – Catuípe (RS), jul. 1999.

“Eles (vizinhos) não estão acostumados a prevenir e a planejar. A família do seu Pedro vendeu uma junta de terneiros para pagar as corridas de carro até Cruz Alta, para tratar da mãe que estava doente³³”. Junto com a modernização da lavoura, foi sendo gerada uma preocupação muito maior com a saúde e o recurso a especialistas. Chamou a minha atenção a frequência de consultas que o pessoal do meio rural faz a postos de saúde, muitos deles localizados na sede do sindicato.

Neste contexto, associo o declínio das práticas tradicionais de cura e a destruição de outros saberes ao estabelecimento do saber médico como o único discurso legítimo no campo da saúde. É notadamente pelos meios de comunicação, como o rádio e a televisão, que são veiculadas informações e propagandas, valorizando os recursos médicos urbanos, sofisticados tecnologicamente e mais avançados, em detrimento da medicina popular, do saber e das práticas terapêuticas tradicionais. Nos dias atuais, criou-se paulatinamente, uma dependência dos recursos médicos institucionalizados também por parte da população rural. Apesar de recorrerem aos médicos, ficam com uma certa desconfiança com relação aos mesmos, já que, ao contrário dos curandeiros, não explicam ao enfermo a doença de que ele sofre, não usam uma linguagem acessível e não fazem parte do mesmo grupo social. A desconfiança aumenta ainda mais quando o médico não usa técnicas conhecidas pelo paciente.

Nos encontros de educação com os grupos, aos poucos, uma equipe multiprofissional trabalhou a questão da saúde. Novas técnicas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e temas relacionados aos cuidados com o corpo foram discutidos. A respeito do teste preventivo do câncer, proposto pela Secretaria Municipal da Saúde de Ijuí, uma das mulheres do grupo assim se pronunciou:

(...) Eles (pessoal da secretaria) disseram que não podiam atender nas comunidades do meio rural, que tinham que ir até o posto no centro. Então eles que paguem a passagem

33 Depoimento de I.G Comunidade de Rincão da Lage – Augusto Pestana (RS), set. 1999.

para essas mulheres que têm de ir lá. O pessoal da cidade fica olhando a gente como se fosse de outro mundo. Temos que mudar esse tipo de atendimento, é direito nosso³⁴.

Os seminários e os cursos de capacitação das agricultoras e dos agricultores indicam um novo componente: o gênero. Como a experiência desses encontros foi muito rica e revelou pontos importantes no debate, considere fundamental apresentar uma análise acerca dos efeitos potencializadores desse processo na conformação de novas relações sociais no cotidiano dessas pessoas³⁵.

Durante a realização desses encontros, todos os participantes deixaram suas atividades nas unidades de produção para passar dois dias debatendo um tema sobre o qual, aparentemente, poucos já haviam conversado: gênero. Mas a curiosidade pelo “assunto novo” e o “compromisso de mudança” com as organizações que promoveram esses seminários fizeram com que todos se sentissem orgulhosos de terem sido convidados para contribuir no debate. Além disso, a apresentação dos resultados da pesquisa realizada entre eles servia também como uma motivação a mais.

Enquanto, para uns, a participação no seminário foi uma oportunidade para fortalecer amizades, já que se conheciam de outras reuniões, comemorações ou manifestações políticas ou religiosas, para outros se constituiu num momento de iniciação, de sair pela primeira vez de sua comunidade, representando-a numa atividade “fora”. No entanto, para todos os participantes, os seminários significaram um momento de troca de experiências, um espaço de socialização de vivências, individuais e comunitárias, e também um espaço de aprofundamento do conhecimento de sua própria realidade social. Assim, com base nessa percepção de suas vidas, construída coletivamente ao longo do debate, foram pensadas ações capazes de modificar as relações desiguais de poder existentes entre homens e mulheres nos diferentes espaços produtivos.

34 Depoimento de A.T. Comunidade de Três Vendas – Catuípe (RS) set. 1999.

35 As oficinas sobre saúde no meio rural foram importantes, pois qualificaram os grupos de mulheres envolvidos na pesquisa nos assuntos acerca de sua sexualidade, na produção de remédios caseiros e o principal, a conscientização acerca de seu corpo.

Ao longo dos eventos, os participantes dos seminários tiveram amplas oportunidades para expressarem seus sentimentos, exporem-se sem receio de serem objeto de brincadeiras. Esses encontros cumpriram o objetivo de ampliar a discussão, apresentando meios para que as pessoas pudessem questionar e repensar as suas próprias vidas e, a partir daí, reordenar suas relações.

No início das discussões, algumas pessoas expressaram suas angústias pessoais, pois “*nunca ouviram falar nessa palavra*” (gênero) e apresentaram suas inquietações: em geral, preocupavam-se em saber o que significa esse conceito e por que elas foram escolhidas para participar dos seminários. Afinal, o que tinha a ver esse tema com suas vidas e com as comunidades, em particular? Para introduzir o debate e aliviar o desconforto inicial dos participantes, em vez de se fazer uma “palestra”, explicando o significado de gênero, optou-se pela apresentação da fita de vídeo “Gênero, Mentiras e Vídeotape”, produzida por uma ONG paulista, a *Sempreviva Organização Feminista - SOF*. Mesmo sendo um filme que retrata a vida das mulheres nas cidades, as semelhanças com as situações estruturais da condição de ser mulher e de ser homem foram imediatamente percebidas pelos participantes. No decorrer da apresentação do vídeo, as pessoas se identificavam com as personagens da história e iam descortinando o significado do tema a ser debatido. Entre risos e reflexões, foram entrando na trama dos seminários, reconstruindo suas próprias vidas.

Terminada a apresentação do vídeo, o sentido inicial foi substituído por um certo ar de alívio, de descontração. Era como se as pessoas dissessem: “*mas é isso que viemos discutir?*”. O que parecia distante, abstrato e teórico, tornava-se próximo, concreto e cotidiano. Ao reabrirmos o debate, a sensação foi similar à de quando algum objeto que está sob forte pressão: todos queriam falar, todos tinham alguma coisa a dizer. Nos encontros realizados, observei que esse foi o momento em que mulheres e homens, cada um com seus argumentos específicos, assumiram a “*culpa*” pela situação. De um lado, os homens se perceberam como responsáveis diretos pela discriminação das mulheres, pois seguidamente não valorizam o trabalho por elas desempenhado, não dividem as responsabilidades do “*servicinho doméstico*” e não criam oportunidades para garantir sua participação, principalmente na atual estrutura do sindicato. De outro

lado, as mulheres se autoidentificaram como “*acomodadas*”, reconheceram que têm medo de enfrentar novos desafios, que não confiam em si mesmas e se autocriticavam por consentirem a continuidade de tal relação de dominação/exploração e por não buscarem a sua emancipação.

Em geral, esse ponto abriu os caminhos para avaliar uma das questões chaves do debate: não se tratava de julgar quem tem a “*culpa no cartório*”. O que interessava, especificamente, era: a) identificar a existência de um problema: a subordinação das mulheres no seu relacionamento com os homens; b) reconhecer que o problema resultava fundamentalmente de uma construção social – legitimada e reproduzida pelas instituições sociais (família, escola, igrejas, meios de comunicação) e políticas (leis e Estado), pelos costumes e comportamentos tradicionalmente repassados pelo próprio processo cultural de uma sociedade³⁶.

Ainda, nesse ponto, observei que em nenhum momento se verificou entre as mulheres posturas do tipo “revanchista” (no sentido de se inverterem os polos da dominação sexual e elas agora passarem a exercer o poder sobre os homens) ou do tipo “salvacionista” (de se perceberem como as únicas capazes e interessadas em reverter esse quadro). Logo nas primeiras discussões, o enfoque dado pelos participantes apontava no sentido de se construir espaços de diálogo e de democratização das relações, sem que houvesse a prevalência de um gênero sobre o outro. Os exemplos dados a partir das próprias experiências ilustram a utopia que querem construir de forma coletiva.

No momento inicial, orientei o debate no sentido de as pessoas perceberem que as diferentes sociedades construíram suas definições do que é “ser mulher” e “ser homem” e dos papéis sociais que cada um ocupa na história recente da humanidade. Importante era deixar claro que esses papéis não são determinados pelas diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, mas são frutos de um processo sociocultural, construído coletivamente pela sociedade. É, portanto, uma definição cultural, o que significa dizer que nem todas as sociedades possuem a

36 Ver: SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

mesma divisão de papéis: enquanto, em uma determinada sociedade, uma atividade pode ser atribuída ao homem, em outra, a mesma atividade pode ser considerada feminina.

Nesse sentido, um dos pontos centrais do debate sobre as relações de gênero destacou o caráter dinâmico das mesmas, pois esse conceito não deve ser visto como algo “natural”. Sendo assim, os papéis desempenhados por homens e mulheres, bem como o conjunto de suas relações, deveriam ser entendidos como um processo em permanente mudança: conservação-dissolução-reconstrução.

No debate entre os participantes, construía-se uma visão que permitisse identificar uma das tarefas principais das entidades e que está ligada à necessidade de se desnaturalizar os papéis que mulheres e homens desempenham atualmente na sociedade. Isso significava afirmar que as identidades, os sentimentos, os valores, as atitudes e os papéis de “ser homem” e de “ser mulher” não são permanentes ou estáticos e tampouco são predeterminados por uma ordem natural e biológica imutável. Afinal de contas, onde está escrito, por exemplo, que lavrar é uma atividade masculina e cozinhar é uma tarefa feminina? Por se tratar de uma relação social, deveríamos reconhecer que essas definições culturais estão sujeitas à transformação histórica e social.

Ao longo das discussões sobre as identidades masculina e feminina nos espaços de produção e sobre as dificuldades sentidas particularmente pelas mulheres, para intensificar a sua participação nos processos de decisão nesses espaços, procurei sensibilizar os participantes desses encontros para se questionarem a respeito de determinados conceitos estabelecidos pela sociedade e que, muitas vezes, eram incorporados sem nenhuma crítica, sem se indagar por que tem de ser assim e não poderi ser de outra forma.

De modo geral, os seminários possibilitaram aos participantes perceberem não apenas sua identidade de gênero, mas também algumas das mudanças no modelo tradicional de divisão dos papéis masculino e feminino. Utilizando uma dinâmica de grupo denominada “balaio de gênero”, solicitei que cada participante retirasse de um saco uma tarjeta onde estava escrita uma determinada atividade. O objetivo desse exercício era verificar quem desempenha cada tarefa, levando em conta o contexto regional em que cada participante está inserido e não a sua vida particular. À medida que cada pessoa ia apresentando e explicando por que acha que

é “coisa de homem” ou “coisa de mulher”, pudemos identificar os estereótipos que justificam a vinculação de certas atividades às mulheres e outras aos homens.

Essa forma de discussão dos papéis sociais nos possibilitava também a identificação de novas dimensões nas relações de gênero, particularmente no que diz respeito às modificações em curso no padrão tradicional de divisão das tarefas. De acordo com vários depoimentos, determinadas atividades ligadas ao processo produtivo anteriormente consideradas masculinas, hoje já são realizadas indistintamente por homens ou mulheres. Nesses casos, foi comum as pessoas se sentirem indecisas em relação ao local onde fixar a tarjeta no quadro, por isso se definiu um espaço para aquelas atividades que podem ser realizadas em conjunto ou isoladamente, por homens ou mulheres. Entretanto, é importante destacar que foram raros os exemplos de situações em que os homens compartilham atividades vistas como tipicamente femininas, tais como trabalhar na horta, cozinhar ou lavar roupa, mesmo para aqueles que assumem algumas responsabilidades domésticas, como fechar a porta e a janela da casa na hora de lavar e enxugar a louça.

Os seminários trouxeram à tona um outro elemento de fundamental importância para o debate sobre as relações de gênero nos espaços de produção. Trata-se do surgimento de espaços de criação de novas relações na sociedade, ou seja, das mudanças que estão em gestação na base da sociedade rural, particularmente no interior das famílias pertencentes ao estrato de agricultores mais ligados às organizações sociais que atuam no meio rural. Cabe considerar como esses espaços podem ser potencializados numa direção que supere a condição atual das mulheres. Nesse caso, a *associação dos sindicatos de trabalhadores rurais de regional de Ijuí – Astri*, pela sua diretoria, começou a perceber que a atual estrutura reproduz aquilo que justamente o processo da pesquisa e os seminários mais questionaram: a igualdade das relações de poder e de decisão na estrutura sindical.

Paralelamente ao processo de migração, masculinização (maior número de homens em relação às mulheres) e envelhecimento da população rural, que produzem significativas modificações no perfil das famílias rurais, as discussões evidenciaram também as potencialidades para o florescimento de uma outra modalidade de relações sociais de gênero. Mulheres e homens

que participaram desses encontros relataram importantes depoimentos pessoais que demonstraram mudanças de comportamento social, que não devem ser desprezadas quando se está desenvolvendo um trabalho de investigação sobre relações sociais no meio rural. Nesse sentido, o que importa é destacar os sinais que revelam o aparecimento de formas inovadoras de relacionamento entre homens e mulheres, as quais possuem um caráter contestador e transformador face ao padrão vigente.

Devo advertir que o grupo participante dos seminários foi formado, na sua maior parte, por lideranças comunitárias, municipais e regionais, de agricultores e familiares que atuaram e continuam atuando em diferentes organizações e entidades da região (sindicatos, igrejas, pastorais, associações e movimentos sociais). Tratava-se de um grupo com uma certa trajetória coletiva e que possuía um acúmulo de experiências comunitárias e de discussões em torno da criação de uma nova sociedade e de um modelo alternativo de desenvolvimento. De modo geral, essas pessoas foram muito influenciadas pelos princípios traçados pela Teologia da Libertação (solidariedade, igualdade de direitos, respeito mútuo, democracia...). A partir dessas características, percebi por que constituem um grupo social que, em termos político-ideológicos, apresentava claras diferenciações dos demais agricultores.

Adotei por base a premissa de que as relações de gênero devem ser percebidas como dinâmicas e em permanente movimento. Assim, é preciso reconhecer que, ao longo das últimas três ou quatro décadas, muitas coisas mudaram no seio das famílias rurais, ou seja, muitas delas, constituídas a partir dos anos 70-90, estabeleceram novas regras para a divisão de papéis sexuais. Nesse grupo específico, é comum perceber a presença de um número significativo de homens desenvolvendo atividades ligadas à reprodução da família, consideradas exclusivas das mulheres, tais como cuidar de filhos, preparar refeições, lavar a louça, limpar a casa, cultivar a horta e cuidar das pequenas criações, dentre outras.

Há cerca de trinta anos atrás, se um homem assumisse responsabilidades domésticas, principalmente se tivesse filhas moças em sua casa, esse fato seria comumente interpretado de forma preconceituosa por seus vizinhos e parentes. Por outro lado, no caso de uma família composta apenas pelo casal e por filhos homens, esse preconceito já não apareceria de modo tão

forte, sendo a “ajuda” à mãe justificada pela ausência de moças e em função das necessidades de reprodução do grupo familiar.

No entanto, as diferentes formas de preconceito social continuam existindo em nossa sociedade. E não se trata apenas de preconceito do homem em relação às mulheres. O preconceito pode se manifestar também entre pessoas do mesmo sexo; por exemplo, ainda hoje, quando uma mulher começa a despontar como uma importante liderança de sua comunidade e passa a ser convidada a participar de eventos na cidade ou em outros municípios, quando começa a participar com mais intensidade de outras atividades fora de sua localidade, é tachada, por suas próprias companheiras, como “*passedeira*”. Diversas “suspeitas” podem ser levantadas quanto à sua conduta. Com frequência, é questionada se não se incomoda de participar de um encontro onde a maioria dos elementos são homens. E até dizem: “*o que uma mulher vai fazer no meio de uma reunião de homens?*”

Outro exemplo se refere ao caso dos jovens que, quando passam para o ensino médio, ou mesmo quando ainda estão cursando entre a 5ª e 8ª séries do ensino fundamental, são obrigados a estudar à noite. Nesses casos, o tratamento dado pelas famílias às jovens é diferenciado, particularmente quando a moça não tem com quem voltar para casa. No caso dos rapazes, estes podem voltar sozinhos, sem nenhum tipo de restrição a que frequentem escola noturna. Se for uma moça, a maior preocupação dos pais é com “*o que vão falar*” da filha na vizinhança, e por isso colocam empecilhos à sua saída. Nos dois exemplos utilizados, ficam claras as pressões ideológicas exercidas pela sociedade como uma forma de reação a um determinado comportamento, percebido como “inadequado” para uma mulher (adulta ou jovem).

Atualmente, entre os casais que possuem participação política em diversas entidades, quando a mulher precisa participar de um encontro ou ir a uma determinada manifestação, em que necessita passar mais de uma noite fora de casa, as crianças ficam sob a responsabilidade do marido, que assume as tarefas normalmente desempenhadas pela mulher. Percebi, no caso dos casais em questão, que os homens apresentam maior disposição para dividir as tarefas relacionadas à reprodução familiar, se comparados a seus pais, no passado.

Desnudei assim um outro aspecto da pesquisa: os sentimentos. Se, do lado da mulher, o que aparece é o “medo”, do lado do homem, o sentimento central é a “vergonha”. Em ambos os casos, o que está em jogo é o questionamento aos modelos de comportamento construídos para cada sexo, isto é, os padrões de comportamento masculino e feminino socialmente esperados de cada pessoa. De acordo com essa divisão de papéis, a mulher não pode participar da vida pública, pois o “seu lugar” é dentro de casa, cuidando das tarefas necessárias para garantir a reprodução familiar. Ao homem cabe a tarefa (considerada de “maior importância”) de prover a família das condições materiais para a sua plena existência. Sendo assim, o homem não precisa se preocupar com as “coisinhas da casa”, já que o seu papel está voltado para fazer a ligação da família com o mundo público (a cidade, o comércio, a política). Esses “servicinhos” da casa não são considerados “produtivos”; por isso, tarefas como cuidar de filhos são vistas como “coisas de mulher” e, conseqüentemente, excluídas do “mundo do trabalho”.

A separação de “mundos” que define, de modo isolado, o que é permitido socialmente para agricultores e agricultoras, vem sendo questionada por pessoas que, no cotidiano de suas vidas, procuram estabelecer práticas de convivência, fundadas no respeito mútuo, na solidariedade e na igualdade, princípios que embasam a construção de uma nova sociedade. Todavia, como todo processo de transformação sociocultural, ainda é prematuro avaliar se essas novas relações que se constroem no campo terão capacidade de se tornarem uma alternativa concreta às relações dominantes entre homens e mulheres, capazes de hegemonizar a sociedade. E mais, se efetivamente essas relações irão criar um equilíbrio na distribuição de poder entre os sexos, nas diversas estruturas da sociedade.

No transcorrer da pesquisa, observei que antigas barreiras (verdadeiros “tabus”) começam, lentamente, a se desfazerem, abrindo espaços para a consolidação de novas relações de gênero dentro e fora da casa, principalmente na estrutura representativa dos agricultores(as): o sindicato. Portanto, o desafio colocado para as organizações sociais que visam à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável é o de potencializar e acelerar essas mudanças em curso, orientando suas ações para a ampliação desses espaços já conquistados. Mesmo que esses espaços ainda sejam restritos, se comparados ao desafio da transformação social da sociedade

brasileira, eles demonstram fundamentalmente uma possibilidade de se firmarem novas regras para as relações de gênero, as quais, numa perspectiva mais ampla, podem contribuir decisivamente para o fortalecimento da cidadania e da democracia política na sociedade.

Nesse contexto, emergiu dos seminários e cursos de capacitação um ponto de discussão fundamental: a relação entre a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável³⁷, voltado para a consolidação da agricultura familiar e a necessidade de se forjarem as bases das novas relações sociais de gênero no campo. Essa concepção de desenvolvimento se opõe à visão tradicional, que centra a sua intervenção em políticas de crescimento econômico (urbano-industrial, principalmente), deixando de lado a execução de programas voltados à preservação ambiental, à garantia da igualdade social e à consolidação democrática. A construção do desenvolvimento sustentável deveria transformar não só as relações econômicas e políticas, mas também as relações sociais. Ou seja, a transformação social deve ser buscada no cotidiano da vida.

Homens e mulheres que participaram deste projeto concluíram que, se não buscarem construir relações sociais igualitárias no seu dia a dia, na família, na escola, no trabalho, nas rodas de chimarrão, nas igrejas, nas entidades populares, nas instituições públicas, na política, na cultura, na arte, no esporte, enfim, em todos os espaços de convivência dos indivíduos, a nova sociedade pela qual estão lutando já nascerá marcada pelos atuais preconceitos.

A discussão com grupos de agricultores familiares, organizados em diferentes movimentos e entidades, assume uma importância estratégica, à medida que o debate possibilita fundamentar as novas relações sociais que estão sendo construídas. Porém, devemos reconhecer que é na implementação prática e cotidiana dessas novas formas de relacionamento e convívio que se encontram as maiores dificuldades e obstáculos para se estabelecer um reordenamento das relações sociais. Somente o tempo e a prática poderão dizer se, efetivamente, os encontros

³⁷ Entende-se desenvolvimento sustentável como um processo de profundas mudanças e de elevação de oportunidades sociais que articula crescimento econômico, conservação ambiental, qualidade de vida, cidadania e justiça social.

realizados no âmbito deste projeto contribuíram para impulsionar as mudanças nas relações de gênero entre os agricultores familiares da região.

Ao término dos seminários, observei que as pessoas se despediam umas das outras com uma forte emoção que misturava alegria e empolgação. Alegres e animados, identificavam-se como parte de um grupo social que possui em suas mãos uma responsabilidade social e política que muitos até então não haviam percebido: transformar, no cotidiano de suas vidas, as relações entre mulheres e homens, suprimindo as relações de poder atualmente existentes e dando novos significados e conteúdos sociais às relações de gênero.

Devo considerar ainda que os seminários e as oficinas de capacitação se configuraram como importantes momentos de socialização, sensibilização e articulação de diferentes mulheres e homens. Ao final desses encontros, os participantes discutiram e sugeriram um conjunto de ações que permitissem às organizações presentes encaminhar essa discussão para um número maior de famílias de agricultores, de maneira que essas preocupações relacionadas à equidade das relações de gênero se alargassem, incorporando-se a um número maior de famílias.

Estes compromissos estão sendo assumidos pelas entidades vinculadas ao meio rural do noroeste sul-rio-grandense. O interesse dos representantes dessas organizações na ampliação e no aprofundamento deste debate nos municípios e nas comunidades demonstra a atualidade do tema. Além disso, assumiram também a responsabilidade de socializar esta experiência, ampliando a discussão para o conjunto dos movimentos e organizações ligadas à agricultura familiar de toda a região Sul. A continuidade e o sucesso da experiência dependerão fundamentalmente da capacidade dessas organizações estabelecerem uma agenda comum, que possa contribuir para a construção de consensos e para a coordenação de ações de impacto local e regional.

Assim, incorporar a abordagem de gênero na formulação e implementação de ações políticas que viabilizem a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável significa trabalhar em favor da igualdade de possibilidades e oportunidades de desenvolvimento, nos níveis micro – família – e macro – sociedade – a partir de uma perspectiva que favoreça a eliminação das relações desiguais de poder entre mulheres e homens, recriando uma nova história social em que as mulheres sejam as protagonistas dessa história.

CONCLUSÃO

A caracterização da ASTRI, juntamente com a história da ocupação da região noroeste do estado, a formação de seus sindicatos e as famílias de agricultores, contextualizou o cenário sobre o qual mulheres e homens intervêm nos espaços produtivos, dentro ou fora da unidade de produção familiar. A compreensão desses pontos conferiu o pano de fundo para a realização da análise sobre o ponto central deste estudo: identificar os processos socioculturais que bloqueiam a participação ativa das mulheres agricultoras nas diferentes esferas de decisão no interior da família, da comunidade rural, da associação ou de outros espaços relacionados à produção agrícola. A finalidade maior desta pesquisa foi construir alternativas que proporcionassem uma participação equitativa de homens e mulheres nesses espaços, em particular na Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Regional de Ijuí.

Parti da premissa de que a participação feminina nos processos decisórios relacionados à produção no meio rural e na estrutura sindical ainda é muito restrita. Apesar de se envolverem diretamente em inúmeras tarefas do ciclo produtivo familiar e em reuniões das comunidades, as agricultoras possuem uma influência relativamente pequena sobre as decisões que afetam a continuidade dos empreendimentos realizados pela família ou pela Associação. Essa realidade impôs, então, a necessidade de avaliar o processo de democratização interna, tanto no seio das famílias quanto das organizações sociais, formadas por agricultores familiares na região.

A análise da categoria – participação – requer do pesquisador uma postura crítica em relação ao conjunto dos dados sistematizados. Como essas informações foram obtidas por formulários, entrevistas e observações qualitativas, exigindo-nos um tempo maior de permanência nas comunidades e uma qualificação específica dos entrevistadores, foi preciso ter o cuidado de não tomá-las, a princípio, como verdadeiras, pois se corria o risco de distorcer a realidade. Essa advertência é fundamental, uma vez que, para entender a complexidade da situação vivida pelos agricultores familiares, a partir de uma perspectiva de gênero, é necessário cruzar as diversas informações solicitadas, de maneira que se possa evidenciar as contradições nos discursos

desses atores sociais. Tais contradições, dissimuladas ou não, nos revelavam, acima de tudo, o caráter desigual dessas relações.

Na análise que efetuei, avaliei que a pesquisa não parte da premissa de que às mulheres interessava assumir os atuais papéis sociais desempenhados pelos homens ou lutar pela troca dos papéis. A perspectiva analítica e histórica adotada pressupôs que o fundamental era a possibilidade de se rever as bases das relações entre mulheres e homens³⁸. Nesse sentido, o que estava em jogo não era a presença da mulher, mas, fundamentalmente, as condições reais para exercer o poder de influenciar nas decisões.

Nesta pesquisa, discuti e apresentei formas de conferir visibilidade ao conjunto do trabalho realizado pelas mulheres, incluindo o trabalho da casa e com os filhos. Nossa referência foi o debate feminista acerca do reconhecimento das atividades domésticas e reprodutivas como trabalho, além da luta em prol da conquista de direitos políticos na estrutura sindical.

Este estudo foi uma tentativa de visibilizar e refletir a presença feminina no desenvolvimento político e econômico das instituições sindicais. O quadro desenhado procurou destacar aspectos importantes na análise da situação atual, vivenciada por agricultores e agricultoras que participam de experiências ligadas à organização política, social e produtiva. O objetivo central da pesquisa foi identificar o lugar social e histórico ocupado pelas mulheres nesses espaços e criar mecanismos de discussão coletiva entre representantes de entidades e agricultores, sensibilizando-os para realizar ações voltadas a garantir a superação das desigualdades nas relações sociais de gênero.

Analisar a participação da mulher em movimentos sociais implica discutir a temática referente às relações de gênero, à medida que esse modo específico de vida social é caracterizado por uma íntima relação com os recursos naturais e também por uma forma de organização do

38 Segundo Moema Viezer, “o que interessa às mulheres não é assumir os atuais papéis designados aos homens. Tampouco é a troca dos atuais papéis definidos para mulheres e homens. Interessa a revisão das relações que continuamente criam, mantêm e desenvolvem a subordinação da mulher ao homem. Trabalhar sobre as relações de gênero enquanto relações sociais significa, em última instância, desvendar e rever todas as formas de organização e convívio na sociedade” (*apud* REDE MULHER DE EDUCAÇÃO, s/d: p.25).

trabalho familiar, na qual os critérios “sexo” e “idade” são elementos chaves na distribuição das diversas tarefas no âmbito do público e do privado. Na agricultura familiar, as mulheres são parte integrante de uma família e possuem responsabilidades, tanto nas atividades econômico-produtivas (espaço onde divide o conjunto das tarefas com os demais membros da família), quanto nas doméstico-reprodutivas (espaço onde impera a indivisibilidade sexual do trabalho, ou seja, só as mulheres – adultas, idosas e jovens – executam tais atividades).

Em função dessas características, o trabalho político-produtivo das agricultoras nos estabelecimentos rurais não é percebido socialmente, tornando-se invisível, inclusive do ponto de vista das estatísticas oficiais, na medida em que as mulheres, historicamente, têm sido discriminadas e marginalizadas, consideradas apenas como “donas de casa” e não como agricultoras. Prevalece o sentido da “ajuda” e não do trabalho propriamente dito. Por isso, o trabalho da mulher agricultora é desvalorizado socialmente, não sendo reconhecido como uma ação produtiva.

De outro lado, o que vale, segundo a concepção subjacente às instituições que realizam as estatísticas nacionais, são as atividades que geram dinheiro; aquelas relacionadas à reprodução da família, em geral, são menosprezadas por esses instrumentos. Esse exemplo demonstra a falsa neutralidade ideológica das estatísticas, uma vez que evidencia um tratamento desigual no enquadramento de determinadas funções.

Por isso, diante dessa realidade que exclui, desvaloriza e desconhece a importância social do papel desempenhado pelas mulheres agricultoras nos espaços de produção, o movimento de mulheres trabalhadoras rurais preconizou e desenvolveu, com outras organizações atuantes nos grupos de agricultores familiares, um conjunto de atividades voltadas à geração de condições mais favoráveis para um processo de empoderamento. A experiência acumulada pelas organizações e pelas pessoas envolvidas nesse processo foi extremamente enriquecedora e contribuiu para capacitar um grupo significativo de dirigentes e lideranças comunitárias (mulheres e homens) no noroeste gaúcho. Comparando-se a situação atual com a do início dos trabalhos, observei um considerável avanço no grau de compreensão coletiva acerca da temática gênero. Hoje, essa discussão consolidou-se no âmbito de diversas organizações locais, não sendo restritas às

ações implementadas pelo próprio movimento estadual de mulheres trabalhadoras rurais, mas principalmente pela própria FETAG.

Concretamente, tal desafio passa, neste momento, por dois níveis básicos: de um lado, pela construção cotidiana de novas relações sociais de gênero no seio das famílias de agricultores, de maneira que os problemas e desigualdades verificados ao longo deste trabalho venham a ser superados. Durante as discussões travadas no projeto, mulheres e homens deixaram evidente que, sem uma redistribuição das responsabilidades domésticas, das tarefas relacionadas especificamente à reprodução social dos agricultores familiares –e que são fundamentais na conformação da dupla jornada de trabalho das agricultoras – não há condições de se falar em empoderamento das mulheres, ou seja, na criação de espaços sociais que venham a permitir que mulheres e homens compartilhem o trabalho e o processo decisório sobre as diferentes atividades, desenvolvidas dentro e fora da unidade de produção agrícola.

De outro lado, esse desafio coloca-se também no plano interno e externo das organizações. Internamente, passa pela necessidade de transformar as estratégias políticas, criando mecanismos institucionais que garantam condições de empoderamento às mulheres agricultoras; externamente, pela necessidade de elaborar e apresentar ao poder público propostas de políticas fundadas numa perspectiva de equidade de gênero. Nesse sentido é que o sindicalismo, os movimentos rurais femininos da região assumiram o compromisso político de levar adiante esse debate, ampliando-o para as comunidades rurais e o interior das instâncias dessas organizações, com a finalidade de dar continuidade a este processo extremamente rico, complexo, mas, principalmente, relevante, apaixonante e histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. et. al. Fome e assalariados rurais. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Raízes da fome**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987, p. 116-134.

A educação popular e o feminismo na América Latina (dados de 1998). **La Red de Educación Popular entre Mujeres de Latinoamérica y el caribe REPEM LAC**, Disponível em: <<http://www.repem.chasqueur>>. Acesso em: abr. 1999.

ALEMÁN, S. **Equidad de género en el desarrollo rural**: lineamentos par un marco normativo y político mundial. Madrid: Instituto de la Mujer, 1998, 320 p.

ALGRANTI, L. M. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia. Rio de Janeiro: José Olympo, 1993, 346p.

AMADO, J. Quiero ser uma persona. Historia y fuentes orais. **Fronteras**. Barcelona: Universitat Espana, n. 12, 126p, 1994.

ANDERSON, B. S. **História de las mujeres**: uma historia propia. 3. ed., v. 1. Barcelona: Critica, 2000. 422p.

ARILHA, M. (Org). **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: Ecos/Ed. 34, 304p, 1999.

ASSEMBLEIA DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS, II, ago. 1997, Ijuí. **Anais...Ijuí/RS**: Sindicato de Trabalhadores Rurais, 1997.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, 215p.

BOLETIM informativo do Movimento Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Porto Alegre: GEA – grupo de estudos e assessoria agrária, 1991.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 160p.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, 180p.

BRAIDOTTI, R. Teorias de los estúdios sobre la mujer. **Historia y fuentes orais**. Barcelona: Universitat, n. 06, 110 p., 1991.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984, 252 p.

BRUMER, A. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clio et al. (Org.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: UFSM, 1996, p. 39-58.

BURKE, P. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Edunesp, 1992, 355p.

_____. **Formas de história cultural**. Versión de Belén Urrutia. Madrid: Editorial Alianza, 2000, 340p.

CARVALHO, L. M. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

CALVO, H. **Gênero en el desarrollo rural**. CENDA (Centro Nacional de Alfabetización). Lima: Sachs Editor, 1997, 320p.

CHAUVEAU, A; TÉTARD, P. (Org.). **Questões para a história do tempo presente**. São Paulo: Edusc, 1992, 132p.

CHODOROW, N. **O feminismo da diferença**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990, 204p.

COLLING, A. M. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, 160 p.

CORNELL, D. **O feminismo como crítica da modernidade**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1989, 230p.

CORREA, S. **Gênero**: reflexões conceituais, pedagógicas e estratégicas. In: SEMINÁRIO MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS, organizado pelo IBAM, out. 1989, Recife. **Anais...** Recife: SOS Corpo, 1990.

_____. Relatório. In: SEMINÁRIO MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS, organizado pelo IBAM, out. 1989, Recife. **Anais...** Recife.

COSTA, A. O. **Alternativas escassas**. Fundação Carlos Chagas. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, 344p.

_____. **Direitos tardios**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Ed. 34, 1997. 360p.

_____. **Uma questão de gênero**. Fundação Carlos Chagas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, 356p.

DACANAL, H. J. (Org.). **RS: Imigração e colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, 280p.

DADOS do feminismo no mundo. Índice de emprego e mercados de trabalho feminino no mundo. **ONU Mulheres** – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br>>. Acesso em: maio 2000.

DE BONI, L. A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. v. 3. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, 315p.

DELGADO, G. B. A organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores: a Comissão Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora. **Cadernos da CUT**. São Paulo, 1996, 90p.

DREHER, M. N. **O desenvolvimento econômico do vale do Rio Sinos**. São Leopoldo: Edições EST, 1995, 140p.

EDICIONES DE LAS MUJERES. Santiago: ISIS internacional. Fin de siglo – Gênero y Câmbio civilizatório, n. 17, dec. 1994. Informativo trimestral.

ESTUDOS FEMINISTAS. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, v. 6, 1998.

FÁVERO, E. C. **Imagens femininas**: contradições, ambivalências, violências. Região colonial italiana do Rio Grande do Sul – 1875-1950. 1995. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (FETAG). FETAG: 30 anos de luta. Porto Alegre, 1994, 170p.

_____. **Relatório da diretoria**. Porto Alegre, 1970

FISCHER, I. R.; MELO, L. A. de. **O trabalho feminino**: efeitos da modernização agrícola. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Massangana, 1996, 192p.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, 155p.

_____. Pensador e poder. **Revista Educação, Subjetividade e Poder**. Ijuí: Unijuí, p. 7-17abr., 1996.

_____. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 240p.

FRIEDMAN, B. **A mística do feminino**: para a reflexão do novo feminismo. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1996, 270p.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO (FNUAP). **A situação da população mundial**. 1996. Versão portuguesa: Gêneses. Rio de Janeiro: Relatório Mundial de 1998.

GIULANI, P. C. O movimento de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo : Contexto, 1998, p.640-667.

GOMÀRIZ, E. **Los estúdios de género y sus fuentes epistemológicas**: periodización y perspectivas. Santiago: FLACSO, 1992, 310p.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987, 170p.

HOLLANDA, B. H; BRUSCHINI, C. **Horizontes plurais**. Novos estudos de gênero no Brasil. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Ed. 34, 1996, 320 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTAÍSTICA (IBGE), Dados Coletados na Agência de Ijuí, 1989.

INSTITUTO DE LA MUJER. **El sexismo en los libros de texto**. Vários autores, n. 37, 1998.

_____. Género y ruralidad: las mujeres ante el reto de la desagrtarización. **Série Estudos**. Madrid, n. 47, 1998.

_____. **La igualdad de la mujer en el uso del tiempo**. Madrid, n. 20, 1997.

_____. Los usos del tiempo como indicadores de la discriminación entre géneros. **Série Estúdios**. Madrid, n. 46.

LAGOS, R. A. **Población, pobreza y mercado de trabajo en América Latina**. Santiago: OIT, 1998, 178p.

LE GOFF, J. (Org.). **A história nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1983, 318 p.

_____. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990, 533p.

LECHAT, N. A questão de gênero no MST. 1993. Dissertação de Mestrado – Universidade de Campinas, Campinas. Ijuí: UNIJUÍ, 1997. **Coleção Trabalhos Acadêmicos-Científicos**. Série Dissertação de Mestrado.

LIVRO de ata nº07 de 1984 da Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Regional de Ijuí (ASTRI).

MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Porto Alegre: Sulina, 1997, 304p.

MARIA, M. Fundo das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM. Brasília, ano 2, n. 2, 2000.

MARTINS, J. S. **Frenteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997, 210p.

MEIHY, J. C. S (Org.). **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, 78p.

- MILLET, K. **Política sexual**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, 170p
- MINAYO, M. C. S. **Raízes da fome**. Rio de Janeiro: 1987, 185p.
- MITCHELL, J. **Feminismo da igualdade**. Recife: Contexto, 1998, 90p. Cadernos SOS Corpo.
- MONTENEGRO, A. T. Memória e história. O tempo e o cotidiano na história. **Série Ideias**. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, n. 18, 1993, 87 p.
- MOREIRA, B. A. **Espelho de vênus**: identidade social e sexual da mulher. Grupo CERES. São Paulo: Brasiliense, 1981. 210p.
- MOREIRA, J. C. **Geografia**: espaço e globalização. São Paulo: Scipione, 1999, 380p.
- MOSER, C. La planificación de genero en el tercer mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estrategias de Genero. In: PITANGUY, Jacqueline. **Mulheres latino-americanas em dados – Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO–CEPIA, 1993, 145p.
- MOURE, T. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: LANDO, Aldair M. et al. (Org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, 260p.
- MURARO, R. M. **Corpo e classe social no Brasil**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1996, 120p.
- NAVARRO, Z. **A história do cooperativismo e sindicalismo gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS, 1989, 180p.
- NOVAIS, F. **História da vida privada no Brasil**. v. 4. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 729-809.
- PALLARES BURKE, L. M. **As muitas faces da história**. São Paulo: Unesp, 1999, 280p.
- PERROT, M. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 167-231.
- _____. **História das mulheres no ocidente**. v. 5. Porto: Afrontamento, 1998, 698p.
- PITANGUY, J. **O que é o feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 90p. Coleção Primeiros Passos.
- PRIORI, D. M. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996, 126p.
- PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL. **Catálogos de depoimentos**. Introdução e apresentação: Aspásia Camargo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981, 208 p.

REVISTA Rural Tatu. **Frente agrária gaúcha**. Porto Alegre: Sul Revista, 1972.

SANTOS, A. P. **Tempo e espaço no cotidiano da pobreza**: as fundadoras da Associação de Mulheres Carolina Maria de Jesus. História Oral de Vida. São Paulo: USP/ Xamã, 1996, 254p.

SCOTT, J. História das Mulheres. Trad. Magda Lopes. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992, 380p.

SCOTT, Joan Wallach. “**Gênero**: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, J. G. **O que é a questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1988, 230p.

SOUZA-LOBO, E. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. **Revista de Ciência Social**: as mulheres e os novos espaços democráticos na América Latina, 1, n. 2, p. 24-32. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

SUÁREZ, M.; LIBARDINI, M. **Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil**: uma perspectiva de gênero. Brasília: IICA, 1992, 171p.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1992, 385p.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Schwarcz, 1998, 489p.

VAINFAS, R. (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

VERONESE, O. **FETAG**: 30 anos de luta. Porto Alegre: FETAG, 1993.

VIEZER, M. Informativo bimestral Rede Mulher de Educação, s/d: 25. São Paulo: 2000, produção bimestral.

VÍGARA, L. P. **Revista Mujeres Rurales**. Segovia: Produção Femur, n. 22, maio 2000.

VIOTTI DA COSTA, E. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. **Revista de Pós Graduação em história da UFRGS**. Porto Alegre, n. 10, dez. 1998, 130p.

ZAMBIAZI, J. L. **Lembrança dos velhos**. Chapecó-SC: Grifos, 1997. 130p

ZERO HORA. **Projeto muda vida de agricultoras**. Porto Alegre, 08 de dezembro de 1999. Caderno Geral, p. 59.





TRIUNFAL
GRÁFICA & EDITORA

Diagramação, Impressão e Acabamento

Triunfal Gráfica e Editora

Rua Fagundes Varela, 967 - Vila Ribeiro - Assis/SP

CEP 19802 150 - Fone: (18) 3322-5775 - Fone/Fax: (18) 3324-3614

CNPJ 03.002.566/0001-40